

**O impacto da crise económica na identidade europeia em Portugal: a
perspetiva dos intelectuais portugueses**

Ana Raquel Almeida Grifo

**Dissertação
de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
Especialização em Ciência Política**

Outubro de 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – área de especialização em Ciência Política, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Catherine Moury.

Agradecimentos

Até há cerca de dois anos, nunca imaginei vir a escrever sobre temas relacionados com a União Europeia. Não sei bem como cheguei aqui, mas estou muito feliz por o ter feito. E estou ainda mais satisfeita por ter escolhido a Professora Catherine Moury como minha orientadora. Não foi a Professora Catherine que me lançou a ideia de estudar a identidade europeia, mas foi ela que a abraçou, sendo uma verdadeira orientadora, no sentido em que, dando-me a autonomia necessária, indicou-me os caminhos mais adequados.

E nesses caminhos estavam os intelectuais. Quando se começou a delinear a possibilidade de entrevistar intelectuais portugueses, a Ana Grifo de 16 anos que ainda habita em mim, ansiosa por deixar Sangalhos e ir para Lisboa, deu pulos de alegria! Uma das razões que, aos 18 anos, me fez querer estudar em Lisboa foi a possibilidade de estar mais próxima das pessoas que admiro. E este trabalho permitiu-me conversar com muitas dessas pessoas. Nunca lhes poderei agradecer convenientemente a disponibilidade e o interesse que mostraram pelo meu trabalho. Agradeço-lhes, também, terem-me provado que há pessoas a quem devemos prestar atenção em Portugal.

Esta tese começou a ser escrita em Setembro de 2015, mas há um grupo de pessoas que apenas apareceu na minha vida a 18 de Maio de 2016 e que merece os meus sinceros agradecimentos. Ainda a fase de entrevistas ia a meio quando decidi que precisava de trabalhar; assim começou a minha experiência profissional no *Research Office* da Nova School of Business and Economics, onde me tem sido dada a possibilidade de explorar o outro lado da investigação. Desde logo alertei que ainda estava empenhada na minha dissertação, daí que em alguns dias pudesse não ser a colaboradora mais assídua. No *Research Office* deram-me a liberdade necessária para prosseguir com as entrevistas.

Tenho agora uns agradecimentos mais pessoais a fazer. Ao meu pai e ao entusiasmo com que ocupou muitas tardes da minha infância a falar-me da dissolução da União Soviética, da Guerra Fria e da queda do muro de Berlim enquanto eu, sentada ao seu colo, olhava para mapas que então me pareciam incompreensíveis. Só mais tarde me apercebi que essas tardes me fizeram sempre voltar à Europa. À minha mãe, principal inquisidora do projeto europeu. Ao meu irmão, à sua curiosidade e às discussões constantes provocadas pelo desejo de me contrariar. À minha tia Helena e à minha avó Floripes, sempre preocupadas com o meu futuro profissional.

À pessoa que conhece tão bem as ideias e as palavras desta dissertação como eu, que me conhece tão bem como eu. Ao Tomé, que aceitou passar comigo todas as horas do seu dia ao longo de meses. Ao Tomé, a pessoa mais inteligente que eu conheço e que faz com que eu passe metade do dia com interrogações e a outra metade cheia de certezas. Ao Tomé, o companheiro ideal.

Por fim, à União Europeia, por nunca me deixar sem material.

O IMPACTO DA CRISE ECONÓMICA NA IDENTIDADE EUROPEIA EM PORTUGAL: A PERSPETIVA DOS INTELLECTUAIS PORTUGUESES

ANA GRIFO

RESUMO

Palavras-chave: Identidade europeia; Intelectuais públicos portugueses; União Europeia

Portugal é frequentemente considerado, a par com outros Estados da dita Europa do Sul, um país pró-europeu. Dados do Eurobarómetro evidenciam que o apoio dos cidadãos portugueses à União Europeia foi abalado pela crise económica. Mas apoio não é sinónimo de identidade, embora a conflagração seja frequente. Importa diagnosticar o estado da identidade europeia em Portugal, especialmente depois da conjuntura crítica da crise económica.

Não sendo representativos do conjunto da população, entendemos os intelectuais como um caso paradigmático desta, na medida em que problematizam e sistematizam os anseios dos cidadãos, tendendo a formular as suas opiniões consoante o contexto nacional. Não nos esqueçamos também que foram os intelectuais (europeus, não portugueses) a avançar com as primeiras ideias de integração europeia, afastando-se do projeto quando este toma um rumo excessivamente económico e tecnocrático. Os intelectuais regressam à cena europeia quando, a partir de Maastricht, a União Europeia se infiltra mais na vida quotidiana e deixa de ser a entidade económica distante dos cidadãos. Os intelectuais, tradicionalmente caracterizados por serem uma voz crítica e radical, regressam à União Europeia. E em Portugal? Quão críticos são os intelectuais? Como sentem a sua identidade europeia? Assim, guiemo-nos pela dupla questão ‘Foi a identidade europeia dos intelectuais portugueses afetada pela crise? Se sim, como?’.

Levamos a cabo entrevistas em profundidade a uma pequena amostra de vinte intelectuais portugueses. Esta revelou-se bastante diversificada, assim como as suas respostas. Não só os entendimentos sobre identidade europeia são muito diversos, como também os sentimentos de identidade europeia são variáveis e indissociáveis de outras dimensões da integração.

THE EFFECT OF THE ECONOMIC CRISIS ON THE EUROPEAN IDENTITY IN PORTUGAL FROM THE VIEWPOINT OF PORTUGUESE PUBLIC INTELLECTUALS

ABSTRACT

Key words: European identity; Portuguese public intellectuals; European Union

Portugal, alongside other South European countries, is usually considered a pro-European country. However, Eurobarometer data show that Portuguese citizens' support for the European Union has been shaken by the economic crisis. But despite the frequent conflation of these two terms, *support* does not equal *identity*. This confusion signals the need for a better understanding of European identity in Portugal, especially after the economic crisis.

Public intellectuals may not be a representative sample of the whole population, but they can be understood as a paradigmatic case, since they problematize and structure citizens' anxieties; their opinions being shaped by their national context. We also need to bear in mind that European intellectuals were the first to push forward European integration ideas, subsequently backing out from the actual project as it took a perceived excessively economic and technocratic course. Public intellectuals, in their traditional critical and even radical roles, returned to the European stage when, from Maastricht onwards, the European Union, no longer a distant economic entity, seeped into its citizens' daily lives. But what about Portugal? How critical of the EU are Portuguese intellectuals? How do they feel their European identity? Hence our double question: Did the economic crisis affect Portuguese intellectuals' European identity? And if so, how?

We carry out in-depth interviews of a small sample of twenty Portuguese intellectuals, who turned out to present a broad range of opinions. Not only did they show a wide diversity of understandings of European identity, they also reported a great diversity of their own feelings of European identity - which remained for them tied to other integration features.

Índice

1. Introdução.....	1
1.1. Identidade europeia: uma definição	4
1.2. Porquê mais um estudo sobre identidade europeia?	7
1.3. Porquê um estudo focado na elite intelectual?	12
2. Metodologia e justificação metodológica.....	16
2.1. Os intelectuais na Europa.....	17
2.2. Os intelectuais na presente dissertação	22
2.3. A escolha dos intelectuais	25
2.4. A construção da entrevista	27
3. Múltiplas identidades: da identidade individual à identidade nacional.....	32
3.1. Porquê estudar identidades na Ciência Política.....	32
3.2. Conceitos de identidade e identidade coletiva	35
3.3. A formação e os desafios das identidades nacionais	41
4. A identidade europeia em interação com a economia.....	48
5. A identidade europeia em Portugal	55
6. A identidade europeia dos intelectuais portugueses.....	61
6.1. Definição e sentimentos de identidade europeia	62
6.2. O impacto da crise económica na identidade europeia dos intelectuais portugueses.....	67
6.3. A identidade europeia em Portugal de acordo com os intelectuais	70
6.4. Observações finais sobre as entrevistas.....	74
7. Conclusões.....	78
Bibliografia	81
Anexos	97

1. Introdução

Esta introdução foi repensada e reescrita dezenas de vezes. Entre setembro de 2015 e setembro de 2016, período de redação desta dissertação, a União Europeia (UE) marcou presença em praticamente todos os noticiários televisivos nacionais. Em setembro de 2015 a chanceler Angela Merkel convidava os sírios a entrarem na Alemanha, enquanto Viktor Órban, primeiro-ministro húngaro, construía um muro na Hungria. Paralelamente a União Europeia realizava sucessivas cimeiras com resultados escassos. A União Europeia percebia, assim, que Varoufakis, ministro das finanças grego no primeiro semestre de 2015, não havia sido o maior dos seus problemas. Percebia, também, que tem vizinhos e que esses vizinhos nem sempre estão em paz.

Em novembro de 2015, Paris é alvo de atentados terroristas levados a cabo pelo autoproclamado Estado Islâmico. A extrema-direita, já inflamada pela chegada de milhares de refugiados que não partilham dos valores que esta entende como europeus e/ou nacionais, aumenta ainda mais o tom de voz. Em março de 2016 é a vez de Bruxelas pôr a Europa a chorar (literalmente, com a Alta Representante para a Política Externa e Segurança, Federica Mogherini, a não conter as lágrimas), com novos atentados terroristas.

Entretanto a União Europeia resolve encerrar o dossiê dos refugiados, entregando o seu destino à Turquia e a Erdoğan, seu primeiro-ministro, que simultaneamente apela ao julgamento do humorista alemão Jan Böhmmermann cujo crime foi fazer rir as pessoas com versos satíricos sobre o chefe de Estado turco (que posteriormente enfrentou uma tentativa falhada de golpe de Estado em Julho de 2016). Em Junho de 2016, depois de uma campanha parca em argumentos e com o homicídio de uma deputada, os cidadãos britânicos, embora com uma pequena margem, votam para sair da União Europeia. O *Brexit* parece ser uma inevitabilidade, mas não um processo tão rápido e linear como se esperaria, sendo o resultado imediato a divisão: do Reino, dos partidos, das gerações.

Passados os dias loucos do referendo britânico (com troca de cadeiras improváveis e outras nem tanto), Portugal volta a concentrar-se na sua posição na União Europeia e todos os dias tem de lidar com a ameaça de sanções à Península Ibérica que não cumpriu as metas do défice. Para uns, a União Europeia é o diabo que apenas sabe castigar, para outros é o profeta que alerta para as maleitas nacionais. Em todo o caso, é uma entidade fraturante.

Pelo caminho, os meios de comunicação nacionais não têm espaço para falar das políticas antidemocráticas da Polónia e da Hungria, da crescente tensão no Báltico nem do crucial referendo constitucional italiano.

Perante esta multiplicidade de conjunturas importa diagnosticar o estado da identidade europeia, condição fundamental para a *ever closer union* que se pretendia com a integração europeia. Afinal, os problemas surgem de várias direções e não são interpretados por todos os Estados da mesma forma. As narrativas multiplicam-se e dá-se um contínuo jogo de aproximação e afastamento entre os europeus. Mas diagnosticar o estado da identidade europeia no seu todo seria um empreendimento longe de possível para os nossos escassos meios. Concentramo-nos, portanto, no cenário português e nas representações dos intelectuais. Daqui não extrapolaremos para o cenário europeu, dada a diversidade de narrativas e as especificidades de cada Estado. Mesmo a própria crise económica afetou de formas diversas cada um dos Estados da União Europeia, não sendo o impacto em Portugal semelhante ao impacto num outro qualquer país.¹

Iremos estudar a identidade europeia em Portugal e a sua relação com a crise económica. Não procuraremos perceber a resposta da identidade europeia face a toda a atualidade europeia, mas isolando apenas a resposta desta à crise económica, embora cientes da dificuldade e subjetividade deste exercício.

Nesta dissertação iremos, portanto, analisar o impacto da crise económica na identidade europeia da elite intelectual portuguesa. Esta escolha deve-se, essencialmente, a três ordens de razões. Antes de mais, a identidade, percecionada como mais estável², não recebe tanta atenção como o apoio à integração europeia, quer em períodos de crescimento económico, quer em momentos de crise. Centramo-nos em Portugal porque, tal como outros Estados-membros sujeitos a programas de ajustamento económico, sentiu de forma mais acentuada a crise económica e as suas consequências, pelo que importa estudar o seu impacto de um ponto de vista para lá da economia. Por outro lado, é provável que, como conjuntura crítica, esta crise evidencie vulnerabilidades que anteriormente passavam despercebidas, nomeadamente os sentimentos de identificação dos portugueses

¹ Jan Zielonka (2016) sublinha esta mesma diversidade de graus de impacto da crise económica e financeira que, na verdade, é uma multiplicidade de crises interdependentes:

Money has been lost, political careers have been ruined and ideological truths have been challenged as a result of these crises. However, different states and social groups experienced these crises in different ways. Some of them even benefited from Europe's disarray (Zielonka, 2016: 2).

² Embora se possa modificar, de forma mais lenta, gradual e apenas em algumas condições (Burke, 2006).

com a União Europeia. Dentro do cenário português, focamo-nos na elite intelectual que raramente vê as suas atitudes aferidas, embora possua um relevante papel de intérprete da realidade (Bauman, 1987), cujo comportamento e tomadas de posição públicas podem influenciar as perceções e ações dos cidadãos.

Guiar-nos-emos pela pergunta de partida, desdobrada em duas, ‘Foi a identidade europeia dos intelectuais portugueses afetada pela crise? Se sim, como?’. Estas depreendem, antes de mais, a exposição de um ponto de partida (da identidade europeia) e só depois a análise do ponto de chegada. Isto é, começamos por identificar quais as características longitudinais da identidade europeia em Portugal. Apenas depois nos focaremos no momento presente e nas mutações que esta possa ou não ter sofrido. A nossa hipótese é a seguinte: ‘A crise económica e financeira iniciada em 2008 provocou um enfraquecimento da identidade europeia nos intelectuais portugueses’³.

Ser cidadão europeu não é necessariamente sinónimo de se sentir e identificar como europeu. Como filhos dos anos noventa, ao longo de toda a vida ouvimos falar de integração europeia, ora porque há uma nova moeda, ora porque podemos viajar sem constantemente apresentar passaporte. A comunicação social bombardeia-nos frequentemente com cimeiras europeias, decisões da Comissão ou do Conselho, discussões sobre continuidade de Estados-membros (ou, no passado, sobre novas adesões). Ouvimos muito falar das instituições, mas pouco dos sentimentos.

Não há lugar na Ciência Política para os sentimentos? Julgamos que há e deve haver. Afinal, são sentimentos de descontentamento que propiciam revoltas e revoluções.⁴ James C. Davies (1962), enquadrando-se na *Aggregate-Psychological Theory*, destaca as expectativas crescentes das pessoas (depois de um período de crescimento económico) que não correspondem ao bem-estar que estas efetivamente alcançam, daí a emergência de movimentos revolucionários. São também sentimentos comuns que orientam as ideologias, sendo estas o quadro partilhado de modelos mentais

³ No capítulo seguinte, dedicado à metodologia e sua justificação, elencaremos as razões e os raciocínios que conduziram à construção desta pergunta de partida e hipótese.

⁴ Esta perspetiva encontra-se mais explícita em determinadas teorias sobre as causas para as revoltas e revoluções, revistas no trabalho que é uma referência neste campo – *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China* (1979), de Theda Skocpol. Ora, em todas as teorias (marxista, *aggregate-psychological theory*, *systems value consensus theory*, teoria do conflito político, mas também nas abordagens que destacam o contexto internacional e mundial, bem como a potencial autonomia do Estado) há maior ou menor carga de interpretações subjetivas e sentimentais das pessoas. Todavia, é na *Aggregate-Psychological Theory* que as motivações psicológicas dos indivíduos merecem maior destaque, pretendendo perceber-se como agem e pensam as pessoas que se desejam organizar contra o *status quo*.

por grupos de indivíduos que lhes permite a interpretação do ambiente em seu torno e prescrição de sugestões que o possam melhorar (Parsons, 1951: 24). São sentimentos e considerações pessoais que impelem os indivíduos a participar politicamente e, alguns, a ascender à elite política. Como refere Pippa Norris (1997) não é apenas o capital político dos indivíduos que os impele a concorrer para cargos políticos, mas também a sua motivação.

Assim, nesta dissertação focar-nos-emos num conjunto de sentimentos muito particular: a identidade europeia, entendida como a identificação política, cívica, cultural e económica entre todos os cidadãos da União Europeia, que simultaneamente suporta e é reforçada pelo projeto europeu, associada a solidariedade e desejo de prosseguir com ação concertada. Mais concretamente, falamos da identidade europeia dos intelectuais portugueses depois do período mais crítico da crise económica. Recorde-se que no presente ano de 2016 se assinalam os trinta anos da integração de Portugal na União Europeia, pelo que o balanço da identidade dos portugueses como europeus se torna ainda mais pertinente. Embora não façamos este balanço com recurso direto às perceções dos cidadãos, apresentamos o entendimento e a análise dos intelectuais.

1.1. Identidade europeia: uma definição

Nas próximas páginas dedicar-nos-emos a explorar o conceito de identidade europeia, dimensão da integração europeia que consideramos ser quase como uma coluna vertebral para esta. Isto é, dos seus elementos e identificações decorre a formulação dos interesses, mas também estes podem, numa relação circular, moldar a identidade. Por outro lado, a identidade ajuda também a determinar ações e comportamento. Sendo um quadro mental considerado estável, mas que se altera por resposta ao contexto, importa conhecer qual a sua resposta à conjuntura crítica da crise económica, ainda que de uma pequena parte da população (embora a resposta identitária deste segmento da população – os intelectuais – possa ter impacto nas respostas identitárias dos cidadãos).⁵ Esperamos que neste momento da leitura já tenha ficado claro que falamos da identidade europeia no domínio da União Europeia.

⁵ Este impacto situar-se-á, no presente trabalho, sempre no domínio da possibilidade. Não temos instrumentos para medir o impacto das análises dos intelectuais nos cidadãos, embora tenhamos trabalhos que o evidenciem. Contudo, somos cautelosos quanto a esta possibilidade, tal como explicaremos adiante.

Estas características da identidade europeia coincidem com as de qualquer identidade coletiva: maleável, não estática, simultaneamente influenciadora dos interesses e influenciada pelos interesses, condutora da ação e conduzida pelas ações. Mas quais as especificidades da identidade europeia? Para já, importa delimitar esta no contexto da União Europeia, composta por dimensões política, cívica, cultural (Bruter, 2004; 2005) e económica (Risse, 2003). A identidade europeia tem como função fomentar sentimentos de identificação e solidariedade entre os membros desta comunidade (Weiler, 1997; Lehning, 1999), bem como desejos de ação concertada no futuro. Estes devem ser os traços fundamentais da identidade europeia. Espera-se, no entanto, que numa comunidade tão vasta se assistam a diferentes entendimentos sobre o que é a identidade europeia (Checkel & Katzenstein, 2009). Esta pluralidade de entendimentos pode ser tão diversa conquanto não coloque em causa as características definidoras supracitadas.

Sempre que nos referirmos a identidade europeia, exceto se houver indicação em contrário, referimo-nos à identidade europeia no contexto da União Europeia, isto é, potencialmente estruturada por esta. Não é nosso objetivo adotar uma postura de defesa da necessidade da identidade europeia ou, pelo contrário, de descarte desta. A nossa pretensão é perceber como e onde se encontra a discussão sobre a identidade europeia em Portugal, mas, especialmente, como sentem os intelectuais portugueses a identidade europeia.

A identidade europeia é, tal como todas as outras identidades coletivas, um processo (Duchesne, 2008), onde as práticas discursivas e narrativas assumem especial destaque (Strath, 2002). Se tivéssemos de avaliar o estado de desenvolvimento deste processo, possivelmente diríamos que se encontra ainda numa fase inicial, incipiente, pelo menos em determinadas dimensões. No entanto, não deve ser esperado que em momento algum a identidade europeia venha a assumir uma narrativa heróica, de afinidade completa dos seus cidadãos (Cram, Patrikios & Mitchell, 2011). Nem tampouco se deve esperar que a identidade europeia adquira o mesmo grau de identificação da identidade nacional. Essa será uma das fundamentais *misconceptions* de quem, à partida, descarta o estudo da identidade europeia empurrando-a para o domínio do místico e do impossível. Se se esperar que a identidade europeia se assemelhe ou venha a assemelhar às identidades nacionais, então nunca se poderá falar de uma ténue existência ou possibilidade daquela.

Não é por ainda não ser uma realidade reconhecida unanimemente que podemos afirmar “A identidade europeia não existe”. Esta afirmação envolve uma determinada visão do que é a identidade europeia e implica ou a exclusão de certas dimensões ou a necessidade de cumprimento de todas as dimensões para que se possa falar de uma efetiva identidade europeia. Isto é, se a identidade europeia for entendida, por exemplo, como exclusivamente constituída pelos laços de solidariedade e coesão entre os Estado-membros, então a atualidade evidencia a sua inexistência.⁶ Este entendimento não nos parece correto porque exclui importantes dimensões como a económica e a cívica, ignorando políticas efetivas como o euro, Schengen ou o Erasmus. Estas simultaneamente contribuem e constituem a identidade europeia (com diferentes graus de relevância)⁷. Por outro lado, a necessidade de cumprir uma *check-list* de exigências para confirmar a existência de identidade europeia cedo se revelaria impossível e frustrante de concretizar.

Todavia, mesmo que se insista na afirmação de que a identidade europeia não existe, a noção subjacente é a de um ideal por atingir, em potência. Ou seja, é plausível que exista uma identidade europeia, enquanto uma identidade asiática ou africana parece impossível e a sua discussão é reduzida (Judt, 1996). Assim, por haver algumas condições para uma identidade europeia, dão-se inúmeras discussões em torno do tema, o que nos confere um objeto de estudo. Uma dessas discussões foca a crise de identidade da Europa e da União Europeia, quer no meio académico quer na imprensa. Ora, mais uma vez, argumentar por uma crise de identidade implica que a identidade (ou o seu projeto) tenha existido em determinado momento, de forma mais ou menos incipiente.

A nossa definição de identidade europeia, acima indicada, inspira-se na *Declaration on European Identity* (1973) que, embora não avançando uma definição precisa, enumera os vários elementos que a compõem:

The Nine wish to ensure that the cherished values of their legal, political and moral order are respected, and to preserve the rich variety of their national cultures. Sharing as they do the same attitudes to life, based on a determination to build a society which measures up to the needs of the individual, they are determined to defend the principles of representative democracy, of the rule of law, of social justice – which is the ultimate goal of economic progress – and of

⁶ Se assim fosse, um grego preguiçoso e um alemão austero (estereótipos do auge da crise económica europeia) nunca se poderiam dizer comungadores de uma identidade europeia.

⁷ Relevância no sentido da afetividade. Ou seja, o euro possivelmente não gera sentimentos de identificação tão fortes como, por exemplo, uma experiência de mobilidade Erasmus.

respect for human rights [...], a common market, based on customs union, and [...] institutions, common policies and machinery for co-operation.

The diversity of cultures within the framework of a common Europe civilization, the attachment to common values and principles, the increasing convergence of attitudes to life, the awareness of having specific interests in common and the determination to take part in the construction of a United Europe, all give the European Identity its originality and its own dynamism.

A Declaração inclui ainda a noção de evolução da identidade europeia em função da dinâmica de construção de uma Europa unida.

Na presente dissertação entendemos também a identidade europeia como um processo dinâmico, variável dependente influenciada por vários fatores, sendo que aqui apenas nos focamos num dos fatores: a economia. Resumindo, definimos a identidade europeia como uma identidade coletiva em construção, edificada sobre uma história europeia mais ou menos comum, espelhada em movimentos culturais homogêneos⁸ mas também em valores democráticos. É ainda uma identidade que pressupõe uma cidadania e é moldada por múltiplos fatores, incluindo a economia.⁹ A concretização da identidade europeia em cada indivíduo passa pela sua identificação com a União Europeia e seus valores, pela solidariedade face aos restantes indivíduos de outros Estados-membros, mas também pelo desejo de agir concertadamente numa lógica de consolidação da integração.

1.2. Porquê mais um estudo sobre identidade europeia?

Apesar da proliferação de trabalhos sobre o apoio à integração europeia, medido através de variadíssimas dimensões (o apoio propriamente dito, o apoio à prossecução da integração, o apoio às instituições, às políticas e aos líderes, confiança, entre outros), a identidade europeia tem também constituído um objeto de estudo central para muitos. A identidade europeia é uma narrativa muito poderosa, mobilizada de forma mais ou menos

⁸ Falamos de escolas literárias, musicais e de outras artes. Por outras palavras, e exemplificando, falamos do Renascimento, do Barroco ou do Romantismo.

⁹ Sendo a União Europeia uma organização com fins marcadamente económicos (aliás, são estes que estão na sua génese, e não os fins identitários) não se pode dissociar esta dimensão da sua construção identitária, embora estejamos conscientes de que não é uma moeda única que constrói uma identidade.

vazia, mais ou menos frequentemente. Muitas vezes o apelo a uma identidade europeia anda de mãos dadas com o apelo a uma nova narrativa europeia.¹⁰

Importa distinguir apoio de identidade. De acordo com Verhaegen, Hooghe e Quintelier, seguindo a tipologia de Eichenberg e Dalton (1993), o apoio à integração europeia é: *a positive attitude towards a closer cooperation between European member states* (Verhaegen, Hooghe & Quintelier 2014: 298). Por seu lado, a identidade europeia vai além de uma atitude positiva ou negativa, representando antes um sentimento de pertença a um grupo social, que pode ser reforçado por diferentes fatores (ibid., 299), sendo em princípio mais estável do que o apoio.

São os pós-materialistas que primeiro avançam estudos sobre a identidade europeia, sendo nesse momento os mais notáveis os de Inglehart (1970). Como já referido, em 1973, a então Comunidade Económica Europeia publica o primeiro (e único) documento oficial sobre a identidade europeia.¹¹ Mas é após Maastricht que se multiplica a discussão sobre a identidade europeia, seguindo, essencialmente, três tópicos axiais: definição, concretização e relação entre identidades nacionais e identidade europeia.

O primeiro relaciona-se com a definição do conceito de identidade europeia, dividido em dimensões (cívica e cultural, como enuncia Bruter 2003), diferente entre os vários Estados (isto é, a existência de múltiplas identidades, concluída por Katzenstein e Checkel 2009) ou definida por oposição entre “nós” e os “outros (Lehning 1999).

Paralelamente à definição do conceito, procura-se também identificar os caminhos para a construção e/ou consolidação da identidade europeia, identificando-se quem são as pessoas que se sentem europeias e o que entendem por tal. Bruter (2004) procura analisar o impacto das notícias, símbolos e da ausência de fronteiras¹², enquanto Delanty (2005) não é tão concreto e destaca um cosmopolitismo europeu construído em torno da

¹⁰ Este apelo tem sido uma constante nos últimos anos, com a indefinição europeia e a história comum do pós-guerra cada vez mais longe, seja por via dos sucessivos alargamentos a países que não estão no coração da Europa nem estiveram no coração da Segunda Guerra Mundial, seja porque o tempo efetivamente passa e o que uns viveram a outros apenas é contado. É por isso que Timothy Garton-Ash afirma:

A shared political narrative sustained the postwar project of (west) European integration for three generations, but it has fallen apart since the end of the cold war. Most Europeans now have little idea where we're coming from; far less do we share a vision of where we want to go. We don't know why we have an EU or what it's good for. So we urgently need a new narrative (Garton Ash, 2007)

¹¹ Se excetuarmos as referências no Tratado de Lisboa (2007) e os projetos de investigação apoiados por fundos da União Europeia (por exemplo, Comissão Europeia 2012), então, sim, a *Declaration on European Identity* é o único documento exclusiva e sistematicamente dedicado ao tema da identidade europeia.

¹² Recchi (2014) também procurará perceber o impacto destes elementos na formação da identidade europeia.

comunicação e da necessidade de aceitação e consciência dos cidadãos, elemento partilhado por Kohli (2000). Karolewski (2011) sublinha a construção *top-down* da identidade europeia, através das elites, referindo, entre outros meios, os símbolos, tal como Bruter (2004). Quintelier, Verhaegen e Hooghe (2014) defendem a importância da transmissão intergeracional da identidade europeia.

Em terceiro lugar, compreender a relação entre identidades nacionais e apoio à integração/identidade europeia é uma das mais acesas discussões no âmbito da discussão da identidade europeia, dividindo-se as hostes entre quem vê uma lógica de confronto e aqueles que entendem, antes, a existência de complementaridade. Carey (2002) cunhou a expressão *undivided loyalties* para veicular que uma forte identidade nacional não é compatível com identidade europeia uma vez que se relaciona com menor apoio à integração europeia. Anthony D. Smith (1992), crente na manutenção do Estado-nação como a identidade coletiva de referência, perceciona também uma lógica de confronto entre identidades nacionais e identidade europeia. No campo oposto, Bruter (2005) assume uma visão essencialmente política da identidade europeia, afirmando que esta pode ser complementar às identidades nacionais. Outros académicos, tal como Diez Medrano e Gutiérrez (2003), usam o termo *nested identities* para ilustrar essa mesma complementaridade.

Em qualquer destas discussões está implícita a variedade de fatores que podem influenciar a construção da identidade europeia: a cultura, a identidade nacional, as elites, a cidadania, entre outros. Mas outros elementos podem ser adicionados a esta equação, nomeadamente aquele que mais nos interessa: a economia.

Ora, Liesbet Hooghe e Gary Marks (2004) são os primeiros a procurar estudar a relação entre identidade e economia, embora associados a um outro elemento: o apoio. Note-se que até ao momento (e ainda hoje tal se verifica) a atenção era dirigida para a influência da economia no apoio à integração europeia, com poucas referências à identidade. Vejam-se, neste âmbito, as explicações utilitaristas de Gabel (1998). Podem ser vários os fatores a concorrer para esta preferência:

- as dúvidas quanto à possibilidade de discussão da identidade europeia como uma realidade, tida frequentemente como utópica e esotérica;
- o apoio à integração e a confiança dos cidadãos na União Europeia são mais voláteis do que a identidade europeia, isto é, mais sensíveis ao contexto, tendo

uma resposta mais imediata a este. A identidade é mais estável, as suas variações serão mais raras e apenas provocadas por fenómenos e acontecimentos de grande relevo e impacto (que melhor momento para estudar a identidade europeia do que o atual?);

- o apoio à integração é mais fácil de medir: por via de entrevistas e/ou de inquéritos, sendo estes mais fáceis de construir e distribuir do que os instrumentos que permitem medir a identidade: as perguntas são claras, diretas e de fácil codificação;
- há uma multiplicidade de modelos e terminologias para enquadrar não só o apoio político a qualquer instituição política como também as tendências de apoio à integração europeia. Referimo-nos, respetivamente, ao modelo de apoio político de Easton (1975) e às tendências de *permissive consensus* (Lindberg & Scheingold, 1970) e *constraining dissensus* (Hooghe & Marks, 2008).

Mas voltemos à relação entre economia e identidade. Hooghe e Marks (2004) procuram relacionar as noções de identidade, economia e opinião pública¹³ do seguinte modo: é a identidade ou a racionalidade económica que molda a opinião pública face à integração europeia? Apesar de termos este estudo como um dos nossos pontos iniciais de referência, devem ser feitas algumas ressalvas. Antes de mais, a identidade a que Hooghe e Marks se referem não é tida aqui em conta como variável dependente, mas independente. Além do mais, a identidade protagonista deste estudo é a identidade nacional e não a identidade europeia, embora se reconheça o papel cada vez mais proeminente dos fatores identitários: *a new – or, rather, old – kid on the block* (ibid, 415). Concluem que tanto a identidade como a racionalidade económica exercem influência sobre o apoio, embora a primeira pareça ser determinante, especialmente quando se apresenta sob a forma de identidade exclusivista. Adotando uma abordagem em que a identidade constitui uma das variáveis independentes, Hooghe e Marks não deixam de referir brevemente (como possível extensão de projeto) o carácter mutável desta, sujeita a variadas influências.¹⁴

Garry e Tilley (2009), assim como Verhaegen, Hooghe e Quintelier (2014) procuram também perceber a interação entre identidade, economia e apoio à integração.

¹³ A opinião pública é aqui tida como um quase sinónimo de apoio à integração.

¹⁴ *To understand the political implications of identity one therefore has to probe how identity is constructed and mobilized. Political elites and parties appear to be key* (Hooghe & Marks, 2004: 418).

Os primeiros veem a identidade como intermediária entre fatores macroeconómicos e o apoio à integração. Isto é, mostram que o impacto da identidade no apoio está dependente do contexto económico. Já Verhaegen, Hooghe e Quintelier têm em atenção os benefícios económicos como variável dependente que pode afetar a identidade e o apoio à integração (estas duas dimensões são tidas como partes constituintes da lealdade ao projeto europeu). Acabam por concluir que ambos são determinados pelos benefícios económicos, embora o utilitarismo consiga explicar melhor o apoio, dado que este possui matizes mais cognitivos do que a identidade, essencialmente afetiva. No entanto não dissociam a identidade europeia do apoio à integração; isto é, consideram que a primeira possa influenciar o segundo, embora não estabeleçam essa relação tão explicitamente como Garry e Tilley.

Mais recentemente, Polyakova e Fligstein (2016) procuram relacionar a identidade com a recente crise económica. Assim, concluem que nos Estados-membros mais severamente afetados pela crise se verificou o fortalecimento das identidades nacionais, diminuindo as perceções de identidade europeia.

Em todos estes trabalhos (exceto em Hooghe e Marks) não obstante as diferentes abordagens, há uma constante que se verificará igualmente na presente dissertação: a identidade (europeia) como variável dependente da, entre outros fatores, economia. Seguindo este raciocínio estabelecemos a nossa hipótese de trabalho de diminuição da identidade europeia da elite intelectual portuguesa. Outra linha de raciocínio contribuiu para esta hipótese, que desenvolveremos no momento devido: o intelectual como crítico e radical (Lipset & Dobson, 1972).

A literatura sobre a relação entre identidade europeia e crise económica iniciada em 2008 é ainda muito reduzida; outra coisa não seria de esperar, dada a atualidade dos acontecimentos que não permite o distanciamento necessário para estabelecer padrões e relações.¹⁵ Contudo, o momento presente permite uma aferição das atitudes mais rigorosa, no sentido em que se avaliam perceções face a este e não no futuro, quando se fazem

¹⁵ Devemos destacar que o mesmo não se passa com a relação entre a crise e a confiança e/ou apoio à integração. Encontrando-se os dados do Eurobarómetro disponíveis para o trabalho de qualquer académico, resta procurar explicações para a queda no apoio e confiança dos cidadãos face à integração europeia. Até ao momento, são mais comuns os trabalhos que relacionam estas dimensões com as atitudes face ao contexto e instituições nacionais (Armington & Ceka 2013; Roth, Lehmann & Otter 2011; Serricchio, Tsakatika & Quaglia 2013). Contudo, é também frequente avaliar o impacto da crise na confiança face às instituições europeias. Novamente destacamos, embora sem querer desvalorizar estes trabalhos: é mais fácil medir a confiança em instituições do que medir uma identidade coletiva.

passar as interpretações pelo crivo da História. A par com Flyvbjerg (2006), não consideramos que esta abordagem de tal forma *context-dependent* constitua uma fraqueza. Pelo contrário, quando o que queremos analisar são emoções, parece fazer sentido que o contexto assuma aqui um papel central.

Fazemos agora uma viagem muito superficial pelos estudos sobre identidade europeia em Portugal, quer sobre o conceito em si, quer sobre a aplicação do mesmo no contexto português. Não podemos ter apenas em consideração os estudos académicos sobre o assunto, mas também o que se escreve sobre a identidade europeia nos meios de comunicação, assim como o que é publicado em livros. Eduardo Lourenço (2001), assim como Vasco Graça Moura (2013) e Adriano Moreira (1994) publicaram obras de não-ficção sobre a identidade europeia para um público geral e não estritamente académico. Adriano Moreira, nomeadamente, não se fica pela reflexão sobre a identidade europeia, relacionando esta com a identidade portuguesa.

No domínio académico devem ser destacadas as professoras Maria Manuela Tavares Ribeiro (2003; 2010a; 2010b; 2010c) e Isabel Valente (2006; 2011), cuja produção sobre a ideia de Europa ou sobre a identidade europeia é mais profícua.¹⁶ Não obstante, podem ser mencionados determinados congressos académicos que incidem sobre esta temática. Regra geral, as reflexões giram sempre em torno do carácter mutável não só da identidade europeia como da própria construção europeia, desde que respeitando os valores da ideia de Europa (isto é, a paz, a unidade na diversidade e a democracia). No entanto, a identidade europeia não é um tema que suscite ainda muitas questões e reflexões em Portugal.

1.3. Porquê um estudo focado na elite intelectual?

Qualquer que seja o tema consideramos ser pertinente ouvir os intelectuais.¹⁷ Afinal, são estes que clarificam a realidade, que trabalham como intérpretes desta (Bauman, 1987) para depois veicularem as suas opiniões, frequentemente críticas e radicais. Quando falamos de construção europeia, embora os intelectuais de hoje não

¹⁶ Para além dos livros e artigos de autoria de cada uma delas, destaque-se também a revista científica eletrónica *Debater Europa*, onde ambas assumem papéis de destaque, quer na direção, quer na publicação.

¹⁷ Certamente não concordará connosco quem apresentar uma visão de anti-intelectualismo. Esta tendência, presente e discutida na atualidade, é provavelmente uma constante na vida intelectual. A imprensa norte-americana e artigos de opinião discutem o que terá originado a ascensão de Donald Trump; contudo, já em 1963 nos Estados Unidos se publicava um livro intitulado *Anti-intellectualism in American Life* (Richard Hofstadter)

sejam os intelectuais do início do século XX, importa auscultá-los sobre o rumo do projeto que, de alguma forma, por eles foi lançado. Lembremo-nos do Movimento Pan-Europeu do período entre-guerras lançado pelo conde Coudenhove-Kalergi, mas não só. Ainda antes da integração europeia iniciada em 1957, outros foram os intelectuais, de variadas origens geográficas, políticas e ideológicas que apelaram a uma maior unidade europeia:

Intellectuals like Benda, Jean-Paul Sartre, Raymond Aron, André Malraux, Lucien Febvre, Jacques Maritain, Emmanuel Mounier, André Gide, François Mauriac, José Ortega y Gasset, Altiero Spinelli, Benedetto Croce, the Mann brothers, Max Horkheimer, Otto Kirchheimer, Carl Schmitt, Ernst Jünger, Karl Jaspers, Isaiah Berlin, Karl Popper, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek and Arnold Toynbee were all active before and after 1945, as were the different schools of European Marxism, political Catholicism, liberalism, social democracy, and orthodox and renegade conservatism. (Hewitson & D'Auria, 2012: 12).

A identidade europeia, especialmente, e de acordo com a nossa perspectiva, uma vez que não é mensurável quantitativamente, merece uma análise mais complexa e completa. Os intelectuais podem proporcionar essa mesma análise.

Esta importância que atribuímos aos intelectuais é o móbil principal da nossa escolha metodológica. Contudo, outras razões existem, embora não passem do domínio da hipótese (sustentado por algumas leituras). Por exemplo, sendo relativamente consensual que não existe uma identidade europeia capaz de suportar o projeto europeu, a construção e/ou reforço desta passa pelo discurso. Ora, quem melhor para usar o discurso do que os intelectuais? Através das suas reflexões, os intelectuais podem questionar ou apelar a uma identidade europeia. Não afirmamos que estes possuem um papel inquestionável, mas que poderão ter alguma influência. Sendo tantos e tão diversos os espaços de comunicação na atualidade, multiplicam-se os meios para os intelectuais transmitirem as suas interpretações da realidade.¹⁸ Pode ser difícil de medir a influência dos intelectuais, mas sabemos, pelo menos, que estes assumem um lugar de destaque na esfera pública. Habermas cunhou este conceito e atribuiu-lhe uma importância fulcral no desenvolvimento das sociedades modernas, pretendendo recuperar no século XXI uma esfera pública ativa. Ora, existe uma esfera pública se existir discussão e, frequentemente,

¹⁸ Estamos, no entanto, conscientes de que os múltiplos espaços de comunicação possibilitam também a multiplicação de interpretações da realidade, nem todas provenientes de intelectuais.

esta é lançada e alimentada pelos intelectuais. Nas sociedades democráticas contemporâneas a influência dos intelectuais tende a ser crescente, com a multiplicação destes e uma maior audiência que os ouve e entende, tendo em conta o aumento da literacia e da educação, assim como a existência de cada vez mais canais de comunicação (Sowell, 2010: 559). De acordo com alguns estudos, quando os intelectuais são tidos entendidos pelo público como especialistas (*experts*) podem ter um impacto substancial na opinião pública:

Their credibility may be high because of their actual or portrayed experience and expertise and nonpartisan status. It is not unreasonable for members of the public to give great weight to experts' statements and positions, particularly when complex technical questions affect the merits of policy alternatives (Page, Shapiro & Dempsey, 1987: 35)

Mas influência não deve ser confundida com manipulação nem com adesão cega dos cidadãos às ideias e alertas dos intelectuais.¹⁹

De um ponto de vista mais geral, a literatura onde os intelectuais têm lugar é uma literatura sobre estes e não tanto uma literatura onde estes participam. Ou seja, há livros e estudos sobre a função dos intelectuais, mas não tanto uma reunião de contributos de intelectuais face a um determinado tema. Por outro lado, parece ter-se dado um divórcio entre o trabalho académico e o trabalho intelectual, daí que este projeto procure, humildemente, combinar ambos.

Em suma, problematizamos a questão do seguinte modo: identificamos uma conjuntura crítica – a crise económica e financeira, acompanhada, em Portugal, de um resgate internacional – que pode ter influência na identidade europeia da elite intelectual portuguesa. Ora, a haver uma mudança na identidade desta, há, por conseguinte, alterações no comportamento e ação em função da reorganização dos significados. Sendo o comportamento dos intelectuais um comportamento público, a sua possível mudança na identidade pode (ou não) refletir-se em alterações também nas perceções identitárias dos cidadãos, uma vez que estes são os destinatários das opiniões que os intelectuais formulam. Ainda que a identidade seja um conjunto de características individuais, pode ser alterada por ação de fatores externos: neste caso, do ponto de vista dos cidadãos, os

¹⁹ Richard Posner (2001) exemplifica esta distinção ao invocar nomes de intelectuais americanos que, apesar de sucessivas previsões erradas (e muitas vezes extremas), continuam a ser ouvidos.

fatores externos são não apenas a crise mas uma visão de outra pessoa e/ou grupo que condiciona a visão e percepção individual.

2. Metodologia e justificação metodológica

O objetivo estrutural da presente dissertação é o seguinte: saber como é que os intelectuais portugueses entendem a sua identidade europeia depois da crise económica iniciada em 2008. Assim, pretendemos responder à seguinte pergunta de partida, desdobrada em duas: Foi a identidade europeia dos intelectuais portugueses afetada pela crise? Se sim, como?

A nossa hipótese axial é a seguinte: A crise económica e financeira iniciada em 2008 provocou um enfraquecimento da identidade europeia nos intelectuais portugueses. Em virtude de dificuldades económico-financeiras, Portugal (tal como outros Estados-membros) foi sujeito a um programa de ajustamento no qual as instituições europeias (a par com o Fundo Monetário Internacional) foram protagonistas. Os dados do Eurobarómetro mostram a diminuição do apoio dos cidadãos portugueses à integração europeia durante os anos da intervenção externa da *troika*, bem como uma diminuição da identificação com a União Europeia. Mas será que o mesmo sucede com a elite intelectual, não só quanto ao apoio mas especialmente quanto à identidade? É a elite intelectual um caso paradigmático, na medida em que representa as características gerais da sociedade em que se insere? É provável que a resposta seja afirmativa, uma vez que as visões dos intelectuais podem ser fortemente influenciadas pelo contexto nacional em que se integram (Haller, 2008: 311). O nosso objetivo último não é a generalização, o que não quer dizer que o *case-study* aqui tido em conta não possa ser entendido como uma referência para a restante população nacional.

Ora, importa justificar as nossas opções metodológicas. Iremos fundamentar a escolha dos intelectuais como estudo de caso, apoiando-nos em reflexões sociológicas sobre o papel da elite intelectual na sociedade contemporânea, bem como a sua relação com a temática da identidade europeia. Num momento posterior exploraremos brevemente a adequação das entrevistas semiestruturadas em profundidade ao nosso tema. Referir-nos-emos, sempre que possível aos “intelectuais” e não à “elite intelectual”, dada a heterogeneidade deste grupo e ao papel que atribuímos ao intelectual contemporâneo em Portugal, de maior proximidade e abertura.

2.1. Os intelectuais na Europa

Quem propôs a instauração de um dia da Europa? Quem propôs o Hino da Alegria como hino da Europa? Foi a mesma pessoa. Foi um tecnocrata europeu? Não, foi um dos mais destacados intelectuais europeus, o conde de Coudenhove-Kalergi. Este é apenas um exemplo da proeminência dos intelectuais na integração europeia. No século XIX alguns intelectuais falavam em nome do ideal de unidade europeia²⁰, sendo que muitos deles se uniram em torno de organizações internacionais e encontros que procuravam discutir e alcançar este mesmo objetivo. Ao longo de décadas, muitos foram os que propuseram modelos de integração; no entre-guerras e no pós-Segunda Guerra Mundial, não só lançaram propostas como efetivamente participaram na construção de uma nova Europa, unindo-a. Entretanto os intelectuais afastaram-se da Europa crescentemente técnica para nos últimos anos retomarem as reflexões sobre questões mais políticas, culturais e identitárias (Checkel, 2009: 194 – 202).

Começamos pela definição de intelectual, elaborada a partir de diversas leituras e reflexões. Entendemos os intelectuais como “guias para o presente confuso” (Said, 2002), isto é, “intérpretes da realidade” (Bauman, 1987). A função dos intelectuais divide-se, essencialmente, em duas: a clarificação de uma determinada realidade e a formulação de interpretação e opinião próprias que podem influenciar as perceções dos cidadãos. À partida a opinião dos intelectuais influenciará mais significativamente aqueles indivíduos que menos tenham refletido sobre o assunto em questão (Vossing, 2015), daí que em determinadas ocasiões as opiniões dos intelectuais tenham mais impacto do que noutras. Sendo a União Europeia um assunto tão opaco para tantos cidadãos, os intelectuais possuem aqui um importante papel a desenvolver.

Mas o intelectual é também, frequentemente, crítico e radical (Lipset & Dobson, 1972), enquadrado numa cultura política de objeção (Habermas, 2006). Por outras

²⁰ Há algumas semelhanças entre o século XIX e o período entre-guerras e do pós-Segunda Mundial. No início do século XIX a Europa encontrava-se devastada com as investidas napoleónicas e, mais tarde, a guerra franco-prussiana de 1870 também havia deixado as suas marcas. É neste contexto que um destacado intelectual, Victor Hugo profetiza otimisticamente [HUGO, V. (1867) *Introduction au Paris-guide de l'exposition universelle de 1869*. Paris: Librairie Internationale]:

Au XX^e siècle, il y aura une nation extraordinaire. [...] La nation centrale d'où ce mouvement rayonnera sur tous les continents sera parmi les autres sociétés ce qu'est la ferme modèle pour les métairies. Elle sera plus que nation, elle sera civilisation; elle sera mieux que civilisation, elle sera famille. Unité de langue, unité de monnaie, unité de mètre, unité de méridien, unité de code [...]. Cette nation aura pour capitale Paris, et ne s'appellera point la France; elle s'appellera l'Europe. Elle s'appellera l'Europe au XX^e siècle et, aux siècles suivants, plus transfigurée encore, elle s'appellera l'Humanité.

palavras, é frequentemente referida a função de resistência e perturbação dos intelectuais, contestatários do *status quo*. Said (ibid.) afirma que o intelectual não deve permitir que a consciência adormeça, sendo célebre, nesse sentido, o enunciado de Vaclav Havel (1991: 167):

The intellectual should constantly disturb, should bear witness to the misery of the world, should be provocative by being independent, should rebel against all hidden and open pressure and manipulations, should be the chief doubter of systems, of power and its incarnations, should be a witness to their mendacity.

Adotamos, portanto, uma perspetiva dos intelectuais como *class-less*, isto é, capazes de transcender a sua classe, possuindo relativa autonomia para serem críticos responsáveis, por vezes incorrendo em rebeliões²¹. O intelectual deve, portanto, ser independente, desligado de interesses que possam comprometer as suas opiniões. Não pretendemos, todavia, afirmar que o intelectual é e deve ser imparcial, uma vez que partilhará sempre, umas vezes mais do que noutras, de uma forma de pensar que não será completamente única.

No entanto, devemos fazer algumas ressalvas ao papel dos intelectuais, procedendo, de alguma forma, à sua “desromantização”. Primeiro, os intelectuais não convergem em perspetivas únicas e unas; não são sempre críticos nem pensam todos da mesma forma. Segundo, não se pode nem deve esperar que estes se independentizem totalmente. Isto é, o intelectual nem sempre é completamente objetivo (nem tal deve ser expectável), no sentido em que partilha de uma ideologia. Michael Freeden alerta para estes erros de análise, assim como destaca a decisão que os intelectuais devem tomar: transmitir interpretações ou apelar à ação (Freeden, 2010: 144)? Enquanto uma análise de pendor marxista defenderia o papel do intelectual como parte da engrenagem transformadora do mundo, cremos que não é esse o caso na atualidade europeia. Os intelectuais possuem, assim, duas funções fundamentais: interpretar e prescrever (ibid.).

Apesar da centralidade que neste trabalho atribuímos aos intelectuais, estamos conscientes que a sua autoridade não é significativa. Aliás, no seguimento do aspeto anterior, não esperamos que seja. Por outras palavras, a autoridade de interpretação e

²¹ Todavia esta probabilidade será menor nas atuais sociedades democráticas contemporâneas, como exploraremos adiante numa breve reflexão.

veículo de ideias é suficiente; não o é para apelar à ação, mas também não tem de ser esse o papel do intelectual na Europa atual (pelo menos na maioria das problemáticas da sociedade europeia).²²

Falemos agora do papel dos intelectuais na Europa. No presente trabalho não recorreremos a intelectuais europeus de acordo com a definição da obra de Lacroix e Nicolaïdis (2010). Ou melhor, os nossos intelectuais são europeus mas apenas pelo contexto geográfico e não porque defendam, impreterivelmente, ideias de integração europeia.²³

Recorde-se que os intelectuais desde cedo assumiram um papel de destaque na formulação de ideias para possíveis modelos de integração europeia. Contudo, o modelo eminentemente económico e tecnocrático em que começou por assentar a então Comunidade Económica Europeia afastou os intelectuais, que só redescobriram a Europa na década de oitenta, quando os poderes da organização aumentam e adotam também explicitamente uma direção política (Checkel, 2009: 194 – 202). Neste sentido, Lacroix e Nicolaïdis referem-se ao paradoxo dos intelectuais europeus: com a transformação do projeto europeu numa realidade, os intelectuais afastam-se deste, embora tenham lançado as sementes para a sua construção. Assim, depois do período entre-guerras, considerado o período de ouro dos intelectuais europeus, os intelectuais afastam-se do projeto de integração europeia. Lacroix e Nicolaïdis apontam três razões, sendo a última a mais forte:

- A perversidade de um projeto de unificação europeia que surge depois de um outro projeto também de unificação, mas procurada através da violência, logo, a imediata associação com Hitler e o nazismo;
- Um projeto visto como manobra de diversão para desviar a atenção dos dois grandes acontecimentos de então: a Guerra Fria e a descolonização;
- A desilusão com uma Europa de *'tradesmen' and technocracy, narrowly economic in nature, and devoid of the kind of commitment to values and spiritual*

²² Com este parênteses pretendemos lançar a ideia de que há temáticas em que os intelectuais devem ser interventivos e apelar à ação. Por exemplo, na questão do grande afluxo de refugiados (em 2015 e 2016), incipientemente gerido pela União Europeia.

²³ Referimo-nos neste momento a Justine Lacroix e Kalipso Nicolaïdis tal como nos referiremos muitas vezes ao longo deste trabalho, dado que o livro por estas editado é uma das nossas referências fundamentais. Falamos do livro *European Stories: Intellectual Debates on Europe in National Contexts*.

uplifting with which they had identified Europe in the interwar period (Lacroix & Nicolaïdis, 2010: 38).

Assim era o envolvimento dos intelectuais na Europa até Maastricht:

There were plenty of intellectuals in Europe but few intellectuals on Europe. The political scientists and other social scientists who remained engaged with the European project spoke and published in restricted circles disconnected from the public sphere. (ibid.: 41)

Nos últimos anos a crise económica da União Europeia conduziu a recorrentes tomadas de posição dos intelectuais europeus (entre eles Habermas, Eco, Weiler), bem como apelos a diferentes rumos para a União²⁴. Habermas, proponente de um constitucionalismo europeu (Habermas, 2005), teve uma voz ativa em 2015, aquando da intensificação da crise grega, criticando o resultado e os acordos atingidos, prejudiciais para a Grécia, Alemanha e União Europeia (*The Guardian*, 2015). Joseph Weiler, apelando também a um *demos* europeu, afirma que só pode haver cidadania europeia se forem criadas “instituições e mecanismos que deem poder às pessoas quanto à governação na Europa”, simultaneamente sublinhando a necessidade de melhores e mais fortes lideranças (*Expresso*, 2015); afirma ainda que a Europa falhou os dois grandes testes de solidariedade que foram a crise grega e o fluxo de migrantes (*RTP*, 2015). Umberto Eco, por seu turno, reforça a importância da cultura na identidade europeia, propondo o alargamento do programa ERASMUS a taxistas, canalizadores e outros trabalhadores (*La Stampa*, 2012).

Referimo-nos anteriormente aos apelos a uma nova narrativa europeia. De quem partem esses apelos? Frequentemente, dos intelectuais. Várias propostas para o futuro da União Europeia partem e são cunhadas por estes indivíduos. Alguns exemplos: o patriotismo constitucional, de Habermas, o cosmopolitismo europeu de Ulrich Beck, a cultura Iluminista defendida por Slavoj Žižek. Porém, vemo-nos novamente obrigados a chamar a realidade até nós. Os apelos a uma nova narrativa europeia partem dos intelectuais, mas também de algumas elites políticas. São os atores políticos que mais se pronunciam (ou que mais espaço têm no cenário noticioso) sobre as decisões, o presente

²⁴ Outras conjunturas críticas motivaram o “levantamento” dos intelectuais, como é exemplo a participação de determinados Estados europeus na guerra do Iraque. Veja-se o texto de Habermas e Derrida (2003): *February 15, or what binds Europeans together: A plea for a common foreign policy, beginning in the core of Europe*.

e o futuro da Europa. Díez Medrano, ao estudar as representações dos cidadãos e as visões expressas por diversos atores na esfera pública, evidencia essa mesma consciência necessária:

While occasionally these actors are intellectuals, they are more often than not politicians or representatives from interest groups. Their views on Europe are sometimes inspired by those of public and scholarly intellectuals but only partially overlap with them (Díez Medrano, 2010: 280).

Raramente os intelectuais que se expressam sobre a União Europeia o fazem de acordo com uma perspectiva de exclusiva e incondicional defesa desta (daí que também não nos limitemos ao estudo das perceções dos intelectuais europeus consoante definição de Lacroix e Nicolaïdis). Recuperamos, portanto, as noções do intelectual como crítico e radical. É neste sentido que surge a nossa hipótese de trabalho: os intelectuais podem constituir um caso paradigmático de desencanto com a integração europeia, expressando uma contestação intelectualizada ao rumo desta.²⁵

Como “não há um caso Dreyfus para todos” (Judt, 2012)²⁶, esta conjuntura crítica afigura-se como um momento ideal para o destaque das opiniões dos intelectuais. Mais do que isso, consideramos que a relação dos intelectuais com a identidade europeia assume especial destaque. Ora, a identidade europeia no contexto da União Europeia não constitui um fenómeno natural pelo que a sua construção é essencial. Assim, um dos meios evidentes para a construção desta identidade é o discurso: das elites e dos *media*. Se há segmento da população que precisa, obrigatoriamente, de recorrer ao discurso, são os intelectuais. Aliás, foi isso mesmo que os intelectuais fizeram em determinados momentos de construção ou reconstrução de identidades nacionais.²⁷ Se a nossa hipótese de enfraquecimento da identidade europeia nos intelectuais em Portugal se confirmar, então um dos meios para a construção desta está comprometido. Desta forma o *identity framing* da identidade europeia é realizado negativamente, não sendo esta mobilizada

²⁵ Mesmo nos Estados tradicionalmente mais europeístas, como a Alemanha, por exemplo, verifica-se um clima de desilusão face à União Europeia (Kundnani, 2014).

²⁶ O célebre caso Dreyfus teve lugar em França, em 1894, sendo tido como o paradigma da mobilização dos intelectuais contra uma injustiça patente na sociedade. A condenação por traição, recorrendo a provas falsificadas, do Capitão Alfred Dreyfus, de ascendência alsaciana e judaica, conduz à publicação da carta *J'accuse* por Émile Zola. Este, a par com Anatole France, Henri Poincaré, Clemenceau, Marcel Proust, Claude Monet, Émile Durkheim e outros cientistas, jornalistas e escritores, assina o *Manifesto dos Intelectuais* em 1898, em defesa de Alfred Dreyfus. Foi neste momento que o termo “intelectual” adquiriu proeminência.

²⁷ Esta reconstrução da identidade nacional com o contributo dos intelectuais deu-se na Alemanha Federal do pós-guerra mas também em toda a Alemanha após a queda do Muro de Berlim.

como resposta à crise, mas colocada em causa pela conjuntura (ou com as suas fragilidades evidenciadas).²⁸

Relembramos que a nossa hipótese teórica assenta na noção do intelectual como crítico e radical, daí que consideremos que a identidade europeia destes poderá ter sido afetada pela crise económica. Por outro lado, os intelectuais não são exatamente representativos da população geral, mas são os representantes críticos da sociedade, um estudo de caso que não pretendemos generalizar, mas que consideramos ser um indicador fiável dos sentimentos daquela.

2.2. Os intelectuais na presente dissertação

Focando agora a escolha dos entrevistados, estes são intelectuais públicos portugueses das mais variadas áreas.²⁹ Não é comum em Portugal a elaboração de dissertações onde sejam entrevistados intelectuais públicos.³⁰ Por outro lado, é frequente encontrar trabalhos que analisem a vida, pensamento e obra de um determinado intelectual público da História e Cultura portuguesas, bem como a resposta de um determinado grupo de intelectuais a uma conjuntura política específica, já distante na História. Podemos dizer que neste trabalho procuramos a resposta de um grupo de intelectuais a uma conjuntura crítica contemporânea.

Claro que há motivos óbvios que explicam a nossa opção pelas entrevistas aos intelectuais em Portugal: é mais fácil, pela proximidade, entrevistar intelectuais públicos portugueses do que irlandeses, por exemplo, bem como imediatamente mais interessante.³¹ Por outro lado, como supracitado, resolvemos ousar e ambicionar a concretização de um trabalho original e atual.

Gostaríamos de deixar umas notas relativas às reservas com que os intelectuais atuais devem ser encarados. Antes de mais, apesar de partilharmos da visão dos

²⁸ Sabemos que esta postura não é consensual. Jan-Werner Muller (2003), por exemplo, afirma claramente que *If European intellectuals want to contribute anything useful to redefining Europe's role in the world, they should quit playing the 'identity game'*.

²⁹ Consultar anexo 2 para uma caracterização genérica dos vários intelectuais. Para uma caracterização mais detalhada de cada um deles, consultar anexo 3.

³⁰ Esta nossa conclusão decorre de uma pesquisa exaustiva no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (www.rcaap.pt). Os intelectuais públicos marcam a sua presença em entrevistas para meios de comunicação, embora o modelo de “colectânea” de opiniões e perceções dos intelectuais seja raro.

³¹ Sem desvalorizar possíveis contributos valiosos de intelectuais públicos irlandeses ou de qualquer outra nacionalidade, é mais interessante começar por perceber as atitudes e opiniões de vários segmentos do nosso próprio país e depois partir para outros Estados.

intelectuais como intérpretes e guias, estamos conscientes que estes não são propriamente heróis e enfrentam sérios desafios nas sociedades democráticas contemporâneas, não obstante a multiplicação de meios para a mediatização das suas opiniões. No entanto também não pretendemos alimentar a visão do caminho inexorável para o declínio dos intelectuais, culpando-se o conforto de ensino universitário (Posner, 2001) e o empobrecimento da cultura pública (Jacoby, 1987). Aliás, as visões de declínio dos intelectuais e/ou de conceção de uma época de anti-intelectualismo não têm, obviamente, lugar neste trabalho. Não se trata de pretendermos reabilitar os intelectuais, mas de destacarmos a importância da sua voz.

Consideramos que estes se encontram injustamente afastados dos estudos da Ciência Política (embora com forte presença na Sociologia), dado o seu papel fulcral em determinados momentos da vida política, como por exemplo em transições democráticas. Assim, tentamos incluí-los neste trabalho, onde a combinação de diversas áreas das Ciências Sociais é inegável. Por outro lado, este afastamento dos intelectuais da Ciência Política pode ser justificado, pelo menos no Ocidente, pelo papel ingrato destes e pelos inúmeros desafios que se veem obrigados a enfrentar. No fundo, os intelectuais devem esperar por um evento de destaque, uma conjuntura crítica que lhes permita maior influência e visibilidade. Que melhor momento para tal do que a crise da União Europeia?³² Encontramo-nos, portanto, perante uma conjuntura contemporânea, o que torna a nossa abordagem largamente exploratória, procurando responder, essencialmente, a como foi afetada a identidade europeia.

Recapitulando: a relação entre intelectuais e identidade europeia parece-nos do maior interesse, na medida em que, por os intelectuais exercerem uma atividade de discurso e a identidade europeia precisar do discurso para ser estimulada, o trabalho intelectual, frequentemente crítico, pode comprometer o desenvolvimento daquela perante uma conjuntura crítica. É esta postura crítica dos intelectuais que nos leva a formular a hipótese de diminuição da sua identidade europeia, consonante com a diminuição de identificação dos cidadãos portugueses com a União Europeia, depois de um programa de ajustamento com a participação de instituições europeias.

Assim, levaremos a cabo entrevistas semiestruturadas em profundidade a intelectuais portugueses das mais variadas áreas. Ora, estes indivíduos para serem

³² Há na atual atividade do intelectual um elevado e inevitável grau de oportunismo.

considerados intelectuais públicos cumprem os seguintes requisitos: interpretam e clarificam a realidade, possuindo opiniões próprias sobre a mesma, que transmitem publicamente a um público amplo, através dos meios de comunicação social nacionais.³³

Seguimos, portanto, uma abordagem de caso paradigmático ou de *case-study*. Esta abordagem contempla o estudo de um único caso ou de uma pequena amostra que, embora não se pretenda exatamente generalizar para uma população mais alargada, pode dar muitas indicações sobre o corrente estado desta. Por outras palavras, estudamos aprofundadamente a elite intelectual e as suas posições perante uma conjuntura específica (a crise económica sentida em Portugal), assumindo que aquela represente os anseios e as preocupações da população nacional. Podemos generalizar os resultados aqui obtidos para toda a população portuguesa? Será mais cauteloso não o fazer, mas isso não quer que o presente trabalho não pinte com muitas cores o quadro da identidade europeia em Portugal.

Aliás, avançamos agora uma simples observação nossa: Portugal parece ser um país que gosta de intelectuais e que se identifica com as suas intervenções.³⁴ Na nossa conceção de intelectuais o mediatismo assume especial relevância: o intelectual só o pode ser se falar para uma audiência. Os espaços de comentário televisivo em Portugal, por exemplo, não são ocupados apenas por intelectuais, mas, além de haver muitos espaços para tal, os cidadãos parecem prestar atenção a estes. Olhemos para o atual Presidente da República, eleito no presente ano: Marcelo Rebelo de Sousa foi, durante anos, o intelectual por excelência em Portugal. Com um espaço reservado de comentário, Marcelo, como é nacionalmente conhecido (como se fosse um amigo ou um vizinho), interpretava semanalmente a realidade política, social e económica para a população nacional, não falando em nome do partido a que pertence. Se era radical e contestatário como muitas definições de intelectual dizem que este deve ser? Talvez não. Se era um intérprete da realidade? Claramente.

Por outro lado, esta abordagem frequentemente produz resultados *context-dependent*. O nosso trabalho é um desses exemplos, dada a inserção das entrevistas no

³³ Os *media* são o meio primordial para a difusão de interpretações e opiniões do intelectual, embora possam ser combinados com outros meios. O que não pode suceder para que um indivíduo seja considerado um intelectual público, na nossa ótica, é a publicação de opiniões exclusivamente em meios de difusão estritamente académica ou em fóruns e/ou redes sociais na Internet.

³⁴ Não com todas, dada a diversidade e heterogeneidade de opiniões.

tema e ainda no tempo da crise económica. É esta uma fraqueza da *case-study research*? Flyvbjerg descontrói este mito:

There does not and probably cannot exist predictive theory in social science. Social science has not succeeded in producing general, context-independent theory and, thus, has in the final instance nothing else to offer than concret, context-dependent knowledge. And the case study is especially well suited to produce this knowledge (Flyvbjerg, 2006: 223).

2.3. A escolha dos intelectuais

Não é rigoroso falar de uma classe intelectual – este trabalho prova-o. Desde cedo quisemos contemplar mais do que académicos, mas claro que estes compõem uma grande parte da nossa amostra. No entanto, são académicos que falam para lá das suas plateias de alunos, ocupando colunas regulares em jornais ou um espaço televisivo. Contudo, não temos em conta apenas aqueles académicos que possuem um espaço regular de comentário. Entrevistamos também pessoas cuja atividade principal é, essencialmente, falar para os cidadãos.

No entanto, “falar para os cidadãos” não é um critério que faça sentido só por si. No nosso entender, e recorrendo aos enunciados sociológicos sobre o papel do intelectual, este deve ser e pensar de forma independente. Por este motivo excluímos da nossa conceção de intelectual todos aqueles que, embora com espaços de comentário (televisivo ou na imprensa escrita), o fazem em nome de um partido, de uma ideologia ou organização.

Inevitavelmente, a nossa amostra dependeu muito da disponibilidade e interesse dos intelectuais que pretendíamos entrevistar. Tivemos que excluir algumas pessoas da nossa lista inicial e incluir outras que, por um motivo ou outro, não constavam da mesma³⁵. No total, contactámos 55 intelectuais, entre Abril e Junho de 2016. Destes 55, 32 responderam-nos, sendo que destes entrevistámos 20. Os restantes 12 não foram entrevistados ou porque não tinham disponibilidade ou porque, infelizmente, nós próprios já havíamos fechado a vaga de entrevistas. Assim sendo, temos uma taxa de resposta aos contactos de 58%, sendo a taxa de resposta à entrevista de 36%.³⁶

³⁵ Em alguns casos questionámo-nos por que não havíamos incluído esses indivíduos na amostra inicial.

³⁶ Para uma análise mais detalhada dos detalhes práticos e técnicos das entrevistas, consultar Anexo 1.

Dos intelectuais não se espera completa imparcialidade. Embora tenhamos escolhidos intelectuais que não falam em nome de um partido e/ou de uma ideologia, sabemos que cada um deles possui uma determinada postura ideológica. Desta forma procurámos seleccionar uma amostra com posições ideológicas diversas, embora esse não tenha sido e não esteja aqui espelhado como um critério fundamental.

Em relação ao elefante na amostra: em momento algum pretendemos conscientemente elaborar uma amostra onde houvesse representatividade de género. Isto é, nunca nos prenderíamos a uma exigência artificial e discriminatória. Convidámos algumas mulheres a participar neste pequeno projeto, mas recebemos sempre respostas negativas, não por falta de interesse em responder à entrevista, mas por reduzida disponibilidade ou mesmo ausência do país. De alguns intelectuais do sexo masculino também recebemos respostas negativas, pelos mesmos motivos.

Na nossa amostra temos, portanto, os seguintes intelectuais³⁷:

- académicos com funções de comentário político, seja ele televisivo ou não (André Azevedo Alves, António Costa Pinto, João César das Neves, José Adelino Maltez, Luís Campos e Cunha, Miguel Monjardino, Pedro Adão e Silva, Pedro Lains, Viriato Soromenho Marques);
- comentadores que já tiveram funções políticas (António Vitorino, Francisco Louçã, bem como Adriano Moreira), sendo dois deles também académicos;
- comentadores atualmente com funções políticas (Rui Tavares);
- comentadores que também têm outras funções que não académicas (Daniel Oliveira, Miguel Sousa Tavares, Pedro Marques Lopes e Pedro Mexia);
- indivíduos que, esporadicamente, comentam a sociedade e a política, ainda que as suas áreas de atuação na sociedade não passem pela política (Miguel Real³⁸, João Lobo Antunes³⁹ e Richard Zimler⁴⁰).

No Anexo 2 deste trabalho pode ser encontrada uma esquematização que inclui aqueles que, para nós, constituem os espaços de atividade onde um intelectual se deve

³⁷ Para biografias mais desenvolvidas dos intelectuais aqui enumerados, consultar Anexo 3.

³⁸ A presença de Miguel Real no espaço intelectual português dá-se mais no domínio da publicação de livros que refletem sobre a sociedade – portuguesa, europeia e ocidental.

³⁹ Um médico também pode ser um intelectual, ainda que a sua atividade não passe por espaços de comentário político frequente.

⁴⁰ Richard Zimler também não é presença assídua na televisão ou nos jornais como comentador da atualidade. No entanto, como escritor reconhecido e querido na sociedade portuguesa, é possível que as suas opiniões sejam acolhidas, ecoando na população.

mover e em quais desses atuam os intelectuais por nós entrevistados. Assinalamos, portanto, quais dos nossos intelectuais exercem atividade académica, jornalística, política, colunística ou de comentário televisivo, quais têm livros publicados (e quais têm como atividade principal a escrita) e quais usam com frequência as redes sociais.

Ora, uma palavra deve ser reservada para este novo espaço de comunicação. As redes sociais possibilitaram a profusão de informação, errada e correta, de opiniões, mal formadas e bem elaboradas. Ora, não é só o cidadão médio que pode usar a *social media* para comunicar as suas reflexões, como também o intelectual pode recorrer a estes meios para fazer circular as suas análises. Por si só, as redes sociais não fazem de um indivíduo um intelectual. Contudo, estas constituem um novo e eficaz meio para difusão de ideias, bem como de interação com um maior número de pessoas que acolhem, positiva ou negativamente, estas ideias. Por isso mesmo, não ignoramos, por exemplo, o uso que Daniel Oliveira faz das redes sociais, publicando frequentemente no *Facebook* e interagindo com muitas das pessoas que seguem as suas reflexões.⁴¹

2.4. A construção da entrevista

De forma a compreender o impacto da crise económica na elite intelectual portuguesa levamos a cabo entrevistas semi-estruturadas em profundidade a vinte indivíduos que consideramos serem intelectuais públicos. Todos os entrevistados tiveram previamente conhecimento, desde o primeiro contacto, que as entrevistas seriam gravadas e posteriormente não seriam tratadas anonimamente.

A metodologia aqui trabalhada é de pendor claramente qualitativo, de forma a alcançar uma exposição da interação entre identidade europeia e crise económica que seja o mais completa e detalhada possível. São, assim, privilegiadas as descrições e explicações verbais, *with quantification and statistical analysis taking a subordinate role at most* (Henn & Weinstein, 2005: 159). Neste sentido, os meios privilegiados de investigação serão a análise de bibliografia e, num momento posterior, as entrevistas. Procuramos, assim, analisar em profundidade um *study-case*.

Seguimos como influência os estudos sobre a identidade europeia que procuram uma abordagem mais teórica e reflexiva (Checkel & Katzenstein 2009; Smith 1992;

⁴¹ Há outros intelectuais que o fazem, embora não tenham sido por nós entrevistados. Rui Tavares, por exemplo, também é muito ativo nas redes sociais.

Strath 2002), embora usemos como ponto de partida os dados facilitados pelo Eurobarómetro.⁴²

Explicamos agora, brevemente, por que colocámos de lado uma abordagem exclusivamente focada no Eurobarómetro e nos dados de alguns inquéritos às elites políticas. A história do Eurobarómetro é paralela à história do estudo da identidade europeia.⁴³ Contudo, há duas falhas no Eurobarómetro que colocam em causa o rigor que desejamos: a falta de continuidade temporal de algumas questões⁴⁴ e a sua vacuidade. Há uma questão usada no Eurobarómetro, posteriormente também presente nos inquéritos colocados às elites políticas IntUne⁴⁵ e ENEC⁴⁶, considerada central na medição da identidade europeia em comparação com as identidades nacional e regional:

People may feel different degrees of attachment to their town or village, to their region, to their country or to Europe. Please tell me how attached you feel to ... Your city/town/village; (Our country); Europe; Your region. Very attached; Fairly attached; Not very attached; Not at all attached; Don't know.

Não só esta questão é colocada muito esporadicamente como não mede exatamente identidade europeia, mas antes ligação. Por outro lado, questiona a ligação à Europa. Embora se pressuponha que o respondente remeta logo para a sua ligação à União Europeia, não estamos certos de que todos os farão. Por exemplo, pessoas com uma determinada formação humanística e/ou artística podem responder tendo em conta a sua ideia de Europa cultural, construída ao longo de séculos e não considerando a relativamente recente instituição política e económica criada em parte do continente

⁴² Há trabalhos onde se usam os dados do Eurobarómetro, exclusivamente (Anderson, 1998; Carey, 2002; Fligstein, Polyakova & Sandholtz 2011; Risse 2003) ou de forma combinada com outros métodos, nomeadamente qualitativos (Hurrelmann 2014).

⁴³ O Eurobarómetro, que iniciou um ciclo de aferição regular das atitudes dos cidadãos face ao projeto europeu, foi lançado aquando do surgimento das preocupações com a identidade europeia e o apoio à integração (em 1974). De fácil acesso e interpretação para uma miríade de indivíduos, o Eurobarómetro é uma ferramenta interessante e útil para quem não dispõe de meios para construir e distribuir os seus próprios inquéritos e/ou entrevistas ou usa os seus dados como primeira abordagem exploratória.

⁴⁴ Por exemplo, a questão *Do you ever think of yourself as not only (nationality), but also European? Does this happen often, sometimes or never?* é colocada aos cidadãos portugueses apenas em 1990, 1991 (nas duas vagas), 1992, 2005 e 2006. Já a questão *In the near future do you see yourself as...? (Nationality) only, (Nationality) and European, European only, (Nationality), European only, Don't know, None, Refusal*, embora questionada mais frequentemente, não permite o estudo desejado. Aliás, esta questão poder-nos-ia ser útil mas logo a colocamos de lado por nos depararmos com esta dificuldade.

⁴⁵ *Integrated and United: A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe.*

⁴⁶ *European National Elites and the Crisis.*

européu. Colocados perante esta questão, alguns respondentes sentiriam necessidade de qualificar as suas respostas.⁴⁷

Além dos problemas identificados, devem também ser consideradas as limitações dos métodos quantitativos, que, embora úteis para tratamento estatístico e generalizações, não permitem perceber o raciocínio que conduz à resposta. Por outro lado, o inquérito não nos era útil: não entrevistamos uma elevada amostra que requeira perguntas e respostas facilmente comparáveis e convertíveis em dados estatísticos. Por outro lado, especialmente numa questão tão reflexiva e emocional como é a identidade, parece-nos contraintuitivo recorrer a meios que não permitam o desenvolvimento de respostas. A obrigação de optar por uma resposta dentro de um leque de hipóteses possíveis coloca limitações ao respondente e não satisfaz os nossos objetivos. Pretendemos assim evitar os constrangimentos decorrentes das questões de resposta fechada, frequentemente geradoras de frustração contraproducente. Não faremos, portanto, generalizações estatísticas mas generalizações analíticas, aplicando um determinado conjunto de resultados a uma teoria, novamente seguindo uma metodologia de *case-study*.

Sabemos da dificuldade da elaboração e condução de entrevistas semi-estruturadas, porém consideramos que estas são o instrumento mais adequado para a obtenção de dados qualitativos sobre a identidade europeia em Portugal vista pelos intelectuais. A maior vantagem destas será a compreensão do pensamento do entrevistado (Henn & Weinstein, 2005). Ora, quer estejamos a tratar de identidade, quer estejamos a dialogar com um intelectual público, esta vantagem deve ser valorizada e aproveitada. Um inquérito não captaria as nuances da exposição da identidade como um processo dependente.

Serão feitos todos os esforços para salvaguardar a validade das entrevistas, assim como a justificação criteriosa e cuidadosa de todas as opções por nós realizadas de forma a eliminar a subjetividade. Reconhecemos, no entanto, que haverá sempre algum grau de escolhas subjetivas, especialmente na seleção dos entrevistados.

Apesar da necessidade de resposta à nossa hipótese, não nos sentiremos insatisfeitos se as entrevistas recolhidas levantarem mais interrogações do que afirmações. Afinal, mesmo sendo este um trabalho científico, é realizado no campo das

⁴⁷ Recorrendo à nossa experiência de trabalho no projeto ENEC asseveramos que esta não é uma mera especulação. Questionar sobre a identidade europeia conduz frequentemente a raciocínios mais elaborados do que simplesmente assinalar uma opção numa pergunta fechada.

Ciências Sociais, onde as afirmações perentórias de hoje poderão dar lugar às interrogações de amanhã.

As perguntas axiais da nossa entrevista são as seguintes:⁴⁸

- O que entende por identidade europeia?
- Diria que se sente europeu?
- Diria que se sente menos europeu depois da crise económica?
- Como analisa a identidade europeia em Portugal?
- Que peso atribui aos fatores económicos como influência na identidade europeia?
- Como vê o futuro da identidade europeia e até mesmo da integração europeia?

A primeira pergunta não podia ser outra, na medida em que era inconcebível começar a entrevista por algo que não a definição do conceito em torno do qual toda a conversa se desenrolará. A partir da definição do conceito de identidade europeia, a entrevista procurará apurar como o intelectual sente esta identidade europeia, através da pergunta ‘Sente-se europeu?’ ou, por outras palavras, ‘Partilha dessa identidade?’. Imagine-se que à primeira pergunta, o respondente afirma categoricamente que não se pode falar de uma identidade europeia, o rumo da entrevista teria que mudar e focar-se nas razões para o fracasso dessa identificação, sendo aí possível abordar o tema dos fatores económicos.

Caso o intelectual conceba a existência de uma identidade europeia (quaisquer que sejam os seus elementos), a entrevista seguirá o rumo esperado de análise da influência da crise económica na identidade europeia do intelectual e, num momento posterior, no cenário português.

Apesar da componente pessoal (isto é, da identidade europeia do intelectual) ser a que mais nos interessa, seria uma oportunidade desperdiçada se, na presença de intelectuais, não fosse solicitada uma análise da identidade europeia em Portugal. No final de cada entrevista, caso o tempo, a disponibilidade e o caminho tomado pela conversa permitam, é colocada uma última questão mais direcionada para o futuro: pergunta-se ao

⁴⁸ Para ler todo o guião da entrevista, consultar Anexo 4.

intelectual como entende ele o futuro da identidade europeia (em Portugal e no cenário europeu), da União Europeia⁴⁹, focando em preocupações e possíveis eventos.

⁴⁹ Apesar de, pela nossa parte, o tema da identidade europeia ser rigorosamente delimitado, constatou-se a dificuldade de restringir os entrevistados a esse assunto, procurando estes transmitir interpretações mais abrangentes sobre a integração europeia. Por este motivo, a última questão não podia tratar apenas da identidade europeia, sendo esta enquadrada numa análise mais geral.

3. Múltiplas identidades: da identidade individual à identidade nacional

3.1. Porquê estudar identidades na Ciência Política

Para perceber a importância do estudo das identidades na Ciência Política o ideal será enunciar temáticas em que estas assumem papéis de destaque. Um longo debate sobre uma das matérias essenciais na Ciência Política (e na Sociologia Histórica) – o Estado – exemplifica a relevância da identidade nesta disciplina. Discussões em torno do Estado-Nação moderno pretendem descodificar se a formação do Estado precede a Nação ou vice-versa. Opõem-se aqueles que defendem que as nações e os nacionalismos são fenómenos essencialmente modernos, posteriores à Revolução Francesa (modernistas) e aqueles, em menor número, que afirmam que as nações são algo natural e existente desde tempos imemoriais (Cederman, 2001: 141). Ora, aqui é fundamental ponderar questões de formação de identidades sociais e coletivas.⁵⁰ A definição de nação como uma comunidade imaginada, avançada por Benedict Anderson (1983), evidencia a necessidade de perceber que ideias, interações e símbolos permitem a construção de uma comunidade com uma identidade comum, mesmo que esta, previsivelmente, não esgote o contacto entre si.

Se no dito mundo ocidental o estudo já não se foca tanto na construção do Estado-nação moderno, mas na sua evolução e/ou dissolução, a questão da identidade assume especial relevância em Estados menos robustos, com pouca coesão identitária. Mas, note-se, no coração da Europa existem também conflitos motivados por diferenças identitárias em maior ou menor escala. Por exemplo, Espanha, Bélgica e Reino Unido assistem a desejos separatistas no seu interior, motivados por diferenças identitárias. Por outro lado, é longa a discussão em França sobre a integração dos imigrantes, dificultada por identidades que chocam entre si. Na atualidade discute-se acesamente a distribuição e integração de refugiados vindos do Norte de África e Médio Oriente, emergindo nacionalismos que a União Europeia julgava fora de portas.⁵¹ Todas estas problemáticas concorrem também para a discussão do que pode ser a identidade europeia, se há diferenças inter e intra-estatais, bem como valores que colidem. Fora da Europa, vejam-

⁵⁰ Aliás, a divisão entre modernistas e primordialistas coloca-se também na questão da formação das identidades.

⁵¹ Não se ignore o confronto de diferenças identitárias na ex-Jugoslávia e no Kosovo, palcos de trágicos genocídios no final do século XX.

se também as campanhas presidenciais nos Estados Unidos, onde são frequentes os apelos (amiúde radicais) à defesa da identidade norte-americana, discriminando-se o estrangeiro.

A identidade é crucial para o entendimento de outros fenómenos políticos, nomeadamente as lutas de classe enunciadas por Marx, na medida em que estas refletem a ação de um determinado grupo consciente da sua identidade coletiva diferenciada face a outros grupos.

Acrescente-se ainda que a Ciência Política não pode ser vista como uma disciplina divorciada das Relações Internacionais, pelo que é imperativo lembrar a escola Construtivista. Isto porque de todas as correntes de pensamento e teorias da Ciência Política e das Relações Internacionais é o Construtivismo que mais explicitamente confere importância às identidades. Emanuel Adler, um dos teóricos construtivistas, define esta corrente da seguinte forma:

Constructivism is the view that the manner in which the material world shapes and is shaped by human action and interaction depends on dynamic normative and epistemic interpretations of the material world (Adler, 1997: 322).

É célebre a ideia de Construtivismo como ocupando um *middle ground* entre materialismo e idealismo, entre agência individual e estrutura social.

Em termos muito gerais, as ideias básicas do Construtivismo focam-se na construção das Relações Internacionais. Isto é, estas são socialmente construídas através de processos de constante interação. Nas célebres palavras de Alexander Wendt (1992), por exemplo, *anarchy is what states make of it*. Os interesses e identidades do Estado possuem um papel fundamental neste jogo de interações, visto serem eles que definem o comportamento do Estado, onde o papel das ideias e das normas é também fundamental.

Questões identitárias são centrais no Construtivismo, daí a nossa alusão a esta escola. Também Alexander Wendt caracteriza a identidade como um fenómeno com potencial de construção e adaptação permanente (Wendt, 1994). Este enunciado de Relações Internacionais⁵² apresenta uma influência clara da Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979) que também sublinha a construção das identidades, a sua projeção nos papéis a desempenhar, bem como a importância das normas. Pode, então, verificar-se uma relação circular em que as identidades, convertidas em papéis e funções, definem

⁵² Apesar do foco principal do Construtivismo ser a identidade internacional dos Estados, os seus princípios são facilmente aplicáveis a qualquer identidade coletiva.

a ação dos Estados, mas também a própria ação influencia as expectativas, preferências, identidades e significados de um Estado (March & Olsen, 1998: 969).

Falamos de Estados como podemos falar de indivíduos possuidores de uma determinada identidade coletiva: estes recorrem a um reportório de papéis e identidades e assim respondem a uma determinada situação. Ou seja, adaptam-se a um novo contexto, numa lógica de adequação (no original, *logic of appropriateness* – March & Olsen, 2004). Este raciocínio é particularmente importante para a presente dissertação, na medida em que importa perceber como a identidade europeia da elite intelectual se adaptou a um contexto de severa crise económica, com impacto não só em Portugal mas também noutros Estados-membros, na atuação das instituições e na prossecução dos objetivos fundacionais da União Europeia. ‘Face a este novo contexto a identidade alterou-se?’ é a pergunta fulcral. ‘Houve alguma adaptação da identidade ao novo contexto?’

Contudo, se estudos mais recentes avançam sem hesitações a ligação (tanto teórica como de análise empírica) entre o Construtivismo e a identidade europeia (Rumelili & Cebeci, 2015), a literatura que relaciona esta escola com a integração europeia constrói-se lenta e ponderadamente. Christiansen, Jorgensen e Wiener (1999) são os primeiros a identificar a ligação tardia entre o Construtivismo e o projeto europeu. Já Rumelili e Cebeci (2016) destacam que pese embora o papel da União Europeia como o exemplo primário de projeto de identidade coletiva, a formação desta tem sido teorizada como *an ultimate possibility and not analysed as an empirical reality* (ibid., 32). Esperávamos que sucedesse o oposto, ou seja, uma grande profusão de trabalhos que procurassem relacionar a escola construtivista com a integração europeia.

Regressamos às palavras introdutórias de importância dos sentimentos na Ciência Política, citando Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (1998: 916), teóricas construtivistas que sumarizam claramente a nossa posição face à importância daqueles no estudo da vida política contemporânea:

But to pretend that affect and empathy do not exist is to miss fundamental dynamics of political life, and we have tried to suggest how attempts in psychology to wrestle with these issues may be helpful.

Aliás, a tomada de decisão política nem sempre é tão racional como se pode julgar. March e Olsen (1972) refletem sobre esta característica da vida política, decorrente das inevitáveis condições de incerteza e ambiguidade, mas também da experiência adquirida.

Isto é, as respostas dos atores políticos podem não ser sempre uniformes, dada a adequação destas a novos contextos (*logic of appropriateness* – March & Olsen, 2004), com a aplicação de memórias, crenças e informações de experiências anteriores. Ora, no caso da integração europeia, esperava-se que esta decorresse de forma mais ou menos fluida, de acordo com um caminho mais ou menos inexorável e uma lógica de *spillover*. Contudo, é natural que a ambiguidade das circunstâncias e a heterogeneidade de preferências dos atores políticos mas também dos cidadãos conduza a alterações no processo.

Terminamos a reflexão sobre a importância das identidades na Ciência Política com as seguintes palavras de Charles Tilly:

The concept "identity" has remained blurred but indispensable in political analysis and social history for three obvious reasons: first, the phenomenon of identity is not private and individual but public and relational; second, it spans the whole range from category to organization; third, any actor deploys multiple identities, at least one per category, tie, role, network, group and organization to which the actor is attached (Tilly, 1995: 7).

3.2. Conceitos de identidade e identidade coletiva

São múltiplas as definições de identidade, algumas mais abstratas, outras mais concretas. Neste trabalho entendemos a identidade como o conjunto de características de um indivíduo que são simultaneamente únicas (identidade individual) e partilhadas com outros indivíduos (identidade social e coletiva), sujeitas ao contexto e interações. A identidade é assim encarada não como uma estrutura, mas como um processo (Wendt, 1994). Mais do que definir identidade, importa decompor o conceito nas suas várias dimensões e concomitantemente problematizá-lo.

A identidade coletiva constitui objeto de estudo, essencialmente, da Sociologia. Isto é, a teorização da identidade como fator impulsionador da ação política é feita pela Sociologia, reciclando abordagens e modelos da Psicologia (estando esta mais focada na identidade individual do que na identidade coletiva). A enunciação de características identitárias como impulsionadoras de ação coletiva remonta a Marx e à consciência de

classe, mas também a outros teóricos: a ‘consciência coletiva’ de Durkheim, o conceito de *verstehen* de Durkheim⁵³ e a noção de *gemeinschaft* de Tönnies⁵⁴ (Cerulo, 1997: 386).

Contudo, é na segunda metade do século XX que os estudos sobre o papel e formação das identidades ganham maior forma e atenção regular. Cerulo (1997) revê exhaustivamente a literatura sobre a identidade no âmbito da Sociologia, frisando a passagem de um enfoque individual para coletivo. Esta transformação é motivada por três tendências dos últimos trinta anos do século passado: a proliferação de movimentos sociais e nacionalistas, o interesse em estudar processos de identificação e motivações para a agência e as novas tecnologias de comunicação que libertam as interações dos constrangimentos da presença física (ibid.: 386), podendo os cidadãos estabelecer, assim, relações com indivíduos distantes de si.

Além dos nomes supracitados, a tradição do estudo da identidade deve ser localizada no domínio da Psicologia Social, sendo George Herbert Mead (1934) considerado um dos pais fundadores desta disciplina e dos primeiros enunciados sobre a relação entre identidade e contexto social. Stryker e Burke assumem a continuidade desta escola, lembrando a fórmula básica de Mead: *Society shapes self shapes social behavior* (Stryker & Burke, 2000: 285).⁵⁵ Note-se que as teorizações de Mead datam das primeiras três décadas do século XX; Stryker e Burke referem ainda William James que em 1890⁵⁶ afirmava que os indivíduos possuem tantas identidades quantos os grupos de pessoas com quem interagem (ibid.: 286), avançando a ideia das identidades múltiplas. Note-se que esta noção de identidades múltiplas é particularmente importante para o presente trabalho e para qualquer trabalho que se foque na identidade europeia, sempre em interação e procura de equilíbrio com outras identidades.

⁵³ Este conceito refere-se a uma abordagem sociológica interpretativa em que o observador, para entender a ação do outro, deve colocar-se na sua posição e papel.

⁵⁴ A *gemeinschaft* (comunidade) opõe-se à *gesellschaft* (sociedade), na medida em que aquela se forma pelas interações pessoais e valores implícitos nestas, numa lógica de construção da identidade.

⁵⁵ Note-se, no entanto, que Stryker e Burke introduzem modificações, tornando o enunciado mais preciso e coincidente com as complexas interações sociais que moldam o indivíduo e obrigam a escolhas: *Commitment shapes identity salience shapes role choice behavior* (ibid.: 286).

⁵⁶ Esta visão encontra-se exposta e explicada no seu livro *Principles of Psychology*, de 1890.

Brewer e Hewstone (2004) dão-nos outras referências dos embriões da Psicologia Social, onde a identidade assume um papel central, quer seja nas metodologias apresentadas por Wundt⁵⁷ ou na psicologia das multidões avançada por Le Bon em 1896.

Ora, nas últimas décadas a identidade tem sido teorizada de forma mais consistente, embora seja tratada de diferentes pontos de vista, consoante nos encontremos perante uma abordagem de construtivismo social, novo institucionalismo ou pós-modernismo (Cerulo, 1997). A primeira destaca o papel dos agentes na socialização, a segunda a influência das estruturas políticas na agenda política mas também na autodefinição coletiva, enquanto a última procura desconstruir teorias e focar-se, por exemplo, no discurso público (ibid.).

Outras perspetivas podem ser referidas, nomeadamente a social-cognitiva e a interacionista simbólica. A primeira defende que tendo em conta as suas limitadas capacidades cognitivas as pessoas tendem a categorizar informação. Estes esquemas são mobilizados nas relações sociais, sendo que a saliência das várias identidades individuais e sociais depende desse mesmo contexto. Já o interacionismo tem como premissa básica os significados simbólicos que as pessoas atribuem a objetos, comportamentos e outras pessoas, desenvolvidos e transmitidos através da interação⁵⁸ (Howard, 2000: 371).

Devem ser destacadas as teorias do âmbito da Psicologia que problematizam questões de identidade coletiva de forma explícita. Debruçar-nos-emos agora sobre estas e posteriormente enunciaremos as dimensões mais interessantes e prementes do estudo da identidade. Assim, a Teoria da Identidade Social enuncia que a identidade social de um indivíduo é construída pelas suas interações que possibilitam, assim, a formação de categorias sociais, consequências emocionais e avaliativas da pertença a um determinado grupo (Hornsey 2008: 206). Desta pertença decorre não só a consciência de parte da identidade construída em função de um grupo, mas também sentimentos de orgulho e mesmo autoestima, acompanhados da perceção de um papel social a cumprir (Hogg, Terry & White 1995).⁵⁹ Neste processo de definição de identidade há, claro, não só algum grau de despersonalização, mas especialmente a maximização das semelhanças

⁵⁷ Referimo-nos à *volkerpsychologie*, metodologia que não recorre à experimentação, procurando antes entender a natureza humana através de aspetos não materiais como as religiões, as línguas, os mitos, a pertença a uma comunidade e a uma cultura.

⁵⁸ Assim, os indivíduos agem face aos objetos e/ou pessoas tendo em conta os significados que estes têm para si e não as suas propriedades concretas.

⁵⁹ Os papéis a desempenhar decorrentes da identidade são também uma marca da Teoria Construtivista das Relações Internacionais.

intragrupo e das diferenças intergrupo, embora tais categorizações sejam o objeto de maior estudo da Teoria da Auto-categorização (Hornsey, 2008: 208). Na sua revisão destas teorias, Brewer e Hewstone (2004) recuperam um outro estudo de Mackie e Smith⁶⁰ onde estes concluem que muitos destes modelos (Teoria da Identidade Social, Teoria da Auto-categorização e outros daqui decorrentes) partilham pressupostos e conclusões comuns pelo que, acrescentamos nós, a sua distinção exaustiva não terá lugar neste trabalho.

Atente-se, no entanto, numa questão importante: na análise destas teorias e respetivos textos parece notar-se alguma conflagração entre identidade social e identidade coletiva. Klandermans (2002: 890) apresenta a distinção mais clara entre estas duas identidades: *collective identity is a characteristic of a group, social identity is a characteristic of an individual*. O estudo da identidade social faz-se a partir da perspectiva do indivíduo face ao grupo em que se insere, enquanto a abordagem à identidade coletiva implica não apenas as conceções individuais, mas mais acentuadamente a coesão dessa identidade. Assim, a identidade social pressupõe uma relação diádica ou entre um pequeno grupo de pessoas que se relaciona e onde cada um desempenha um determinado papel; pelo contrário, a identidade coletiva não obriga a relações pessoais entre os membros de um grupo (Brewer & Gardner 1996: 1).

Neste sentido, parece claro o enunciado de Benedict Anderson referente à nação (a mais evidente identidade coletiva) como uma comunidade imaginada, dada a necessidade de construir uma identidade de um coletivo que nunca irá esgotar o contacto direto entre os membros. Adiantamos já que, tendo em conta esta distinção, estudaremos a identidade europeia do ponto de vista de uma identidade coletiva.

A construção das identidades coletivas constitui um assunto estudado de diferentes perspetivas. Ora, refere Eisenstadt (1998: 230) que o debate sobre a “idade” das identidades se divide da mesma forma que o debate sobre a “idade” das nações que apontámos acima, pelas razões óbvias de impossibilidade de dissociar a nação da identidade. Desta forma, a visão natural e primordial (de existência das identidades desde tempos remotos) opõe-se à visão moderna de construção de comunidades imaginadas como respostas a fenómenos como o capitalismo, o industrialismo e o imperialismo. Por outras palavras, *the construction of collective identity is either naturally given,*

⁶⁰ Estes estudo e revisão estão expostos na obra *Social Psychology*, publicada em 1997.

*constituting an independent ontological reality, or is historically epiphenomenal and secondary to power or economic relations (ibid.).*⁶¹

Mesmo que a perspetiva adotada seja a da naturalidade centenária (ou mesmo milenar) da identidade, predomina a perspetiva de construção desta. Mas daqui advêm novas questões. *It is easy to agree on the fact that, from a sociological perspective, all identities are constructed. The real issue is how, from what, by whom, and for what* (Castells, 1997: 7). As identidades coletivas podem formar-se de forma relativamente endógena no sistema e assim estimular cooperação (Wendt, 1994: 384). Por outro lado, o processo de formação de uma identidade coletiva pode ser iniciado de cima para baixo, por meio das elites, implicando que os atores internalizem os traços identitários e construam os significados da sua ação em torno destes. No domínio da identidade que se pretende para a União Europeia é esta construção *top-down* que predomina, através da formulação e implementação de políticas como o ERASMUS ou políticas culturais (as capitais europeias da cultura, por exemplo). A formação endógena de identidades e a cooperação natural do Construtivismo parecem ainda miragens no projeto europeu.

Mas note-se que existem diversos fatores que podem assumir maior ou menor preponderância na construção da identidade coletiva. Castells (ibid.) aponta os seguintes: a História, a Geografia, a Biologia, a memória coletiva, as fantasias pessoais, os fatores religiosos. Tendo em conta a diversidade de fatores e variável importância de cada um deles, não se pode falar de um único modelo de construção da identidade coletiva que constitua um processo homogêneo ou indiferenciado entre as várias sociedades (Eisenstadt, 1998: 231). Como estas teorizações remetem mais imediatamente para a construção das identidades nacional e europeia, deixá-las-emos para momentos posteriores.

Importa relembrar, mais uma vez, o carácter mutável da identidade; esta transforma-se, ainda que de forma lenta. Neste sentido, é fundamental o trabalho de Peter J. Burke (2006) que, seguindo a teoria do controlo da identidade, procura compreender quais os modos pelos quais se processa a mudança de identidades. O primeiro dá-se

⁶¹ Eisenstadt considera que a construção das identidades coletivas é uma componente básica da vida social, realizada a par com processos económicos e de poder, mas relativamente autónoma. Este autor defende ainda que esta construção tem decorrido sempre em todas as sociedades humanas ao longo da História. Contudo, a sua visão não é primordialista, mas algo intermédia, na medida em que reconhece a cristalização das identidades na Idade Contemporânea (ibid.).

quando os significados de uma identidade-padrão (isto é, a identidade da identidade)⁶² se alteram lentamente de forma a corresponderem aos significados da identidade em situações específicas.⁶³ A identidade pode também alterar-se quando duas identidades partilham dimensões comuns e gradualmente se aproximam. Embora com menor destaque, Burke enuncia também a possibilidade de mudança de identidades se houver maior comprometimento para com uma identidade em detrimento da outra, ou se uma se revelar mais saliente.

Até agora apresentámos perspectivas de teorização e defesa do conceito de identidade, mas importa também explorar as críticas a este tipo de estudos, vindas de autores alheios a estes ou mesmo de autores que se dedicam ao estudo da identidade. Por exemplo, Stryker e Burke afirmam: *The language of “identity” is ubiquitous in contemporary social science, cutting across psychoanalysis, psychology, political science, sociology, and history* (Stryker & Burke, 2000: 284). Acrescentam ainda a variabilidade considerável quer nos significados conceptuais, quer no papel teórico deste conceito. Ora, consideram estes que a palavra identidade pode ser usada com diferentes significados: cultura e etnicidade, identificação com um coletivo ou uma categoria social (Teoria da Identidade Social) ou ainda para se referir às interpretações que as pessoas associam aos múltiplos papéis que desempenham. Brubaker e Cooper partilham destas constatações, indo mais além na crítica à inconsistência do conceito de identidade, lamentando que as Ciências Sociais e as Humanidades se tenham rendido a este (Brubaker & Cooper, 2000: 1).

Outros apontam fraquezas à noção de semelhança inerente ao conceito de identidade, defendendo que um critério de semelhança absoluta é altamente questionável quando o que se está a ter em conta é um grupo com vários membros (Wodak et al, 1999: 11). Deverá, portanto, evitar-se uma visão estática da identidade que sugira um coletivo sólido e imutável que age sempre em conjunto e com consistência (ibid.).

Não partilhamos das críticas de Stryker, Burke, Brubaker e Cooper. Ou melhor, aceitamos as suas constatações mas não as entendemos como fraquezas. Por outro lado, não nos parece que as Ciências Sociais e as Humanidades se tenham rendido ao conceito de identidade, pelo contrário. Já a reflexão de Wodak possui significativa pertinência, na

⁶² Por outras palavras, para cada identidade há um padrão que indica a importância de cada dimensão de significado desta, assim se traduzindo no que significa ser-se quem se é (Burke, 2006: 82).

⁶³ No fundo trata-se de uma adaptação da identidade-padrão causada pela socialização.

medida em que distingue identidade de homogeneidade. Esta distinção pode ser especialmente útil nos processos de construção de identidade europeia, dada a multiplicidade de identidades no contexto europeu.

Depois desta breve revisão da literatura sobre identidade o que retiramos? Essencialmente, que a identidade é um conceito partilhado e usado por muitos, exigindo uma interdisciplinaridade que poucos estudos exigem.

3.3. A formação e os desafios das identidades nacionais

A identidade nacional é o mais lembrado exemplo de identidade coletiva, embora as teorias sobre a sua formação e evolução diverjam. Referimo-nos às identidades nacionais não porque queiramos assumir uma perspectiva de decalcação das características desta e transposição para a identidade europeia, mas porque não podíamos deixar de tecer algumas considerações sobre aquelas. Também não pretendemos assumir uma abordagem de colisão entre identidade nacional e identidade europeia, mas antes ter a consciência de que a identidade europeia não se sobrepõe nem pode deixar de lado as identidades nacionais.

São muitos os estudos realizados sobre o conceito de identidade nacional, quer pretendam estudar esta de forma holística, quer pretendam focar um determinado Estado ou região. Contudo, afirmam McCrone e Surridge (1998), *National identity is one of the most discussed but least understood concepts of the late 20th century* (McCrone & Surridge, 19998 apud Norris 2000). Virá a identidade europeia a ser um dos conceitos mais discutidos mas menos percebidos do século XXI? Afinal, apesar da indefinição do conceito de identidade europeia, frequentemente se refere a crise identitária da União Europeia; 2016, muito graças ao referendo que ditou a saída do Reino Unido da União, tem sido um ano repleto dessas referências.

Voltando à definição de identidade nacional, esta é indissociável do conceito de nação que, por sua vez, não pode ser estudado sem que sejam tidos em conta os seus elementos. Anthony D. Smith (1992) define a nação da seguinte forma:

A named human population sharing a historical territory, common memories and myths of origin, a mass, standardized public culture, a common economy and territorial mobility, and common legal rights and duties for all members of the collectivity (Smith, 1992: 60).

Esta definição comporta então diferentes dimensões que devem compor uma nação: a História, a cultura pública, a economia e mobilidade assim como a dimensão cívica. Apenas na presença de todos estes elementos se apresenta uma nação. Sendo uma das definições mais claras do que constitui uma nação, não se pode ignorar que constitui um enunciado relativamente recente⁶⁴, pelo que importa também apontar alguns pontos do percurso fundamentais para a definição conceptual desde conceito.

Por exemplo, em finais do século XIX, Ernest Renan profere uma conferência na Sorbonne (a 11 de Março de 1882) subordinada ao título de “Qu’est-ce qu’une nation?”. Ora, a sua definição alimenta a importância das heranças históricas de uma dada população e destaca o consentimento desta e *le désir de vivre ensemble*, sendo a nação um objetivo e um princípio espiritual (Renan, 1882). Nas palavras de Renan, é esta a equação a considerar:

Avoir des gloires communes dans le passé, une volonté commune dans le présent; avoir fait des grandes choses ensemble, vouloir en faire encore, voilà les conditions essentielles pour être un peuple (ibid.).

Esta definição valoriza menos os aspetos concretos de Anthony D. Smith (como a economia e os direitos cívicos), mas inspira claramente Benedict Anderson e o seu enunciado da nação como uma comunidade imaginada. Novamente reafirmamos que não vemos o projeto de identidade europeia como um decalcamento das características das identidades nacionais, mas julgamos ser da maior importância para aquele o desejo de agir concertadamente no futuro, isto é, ter um destino comum.

Entre Renan e os mais contemporâneos Smith e Anderson devemos indicar Karl Deutsch que define uma nação como uma população que ganhou o controlo sobre as instituições de coerção social; é ainda o resultado da transformação de um povo (ou de vários elementos étnicos) no processo de mobilização social (Deutsch, 1953: 169).⁶⁵

De forma mais ou menos evidente todas as definições sugerem alguns elementos comuns: a memória histórica, a formação de um espírito nacional e uma ação orientada para o futuro. Serão estes os elementos fundamentais de uma nação, ainda que esta seja uma comunidade imaginada por nunca haver possibilidade de contacto direto entre todos

⁶⁴ Embora seja muito citado e constitua um ponto de partida para muitos estudos, como é o caso de, por exemplo, Pippa Norris (2000: 6).

⁶⁵ Esta transformação afeta diversas dimensões, nomeadamente a economia, o urbanismo, as comunicações, mas também os símbolos.

os compatriotas (Polyakova & Fligstein, 2013: 8). Relembre-se que quando nos referimos à nação referimo-nos também, indissociavelmente, à identidade nacional.

Na questão do momento da formação das identidades nacionais retomamos o debate entre primordialistas e modernistas. Assim, Anthony D. Smith, ao defender que as nações existem desde sempre (ao contrário dos nacionalismos, que são um fenómeno essencial moderno) coloca-se numa posição de primordialismo das nações. Por outro lado, Mary Kaldor (2004), por exemplo, afirma que as nações são um produto histórico simultâneo com a emergência do Estado-Nação.⁶⁶ Ora, este enunciado possui implicações, nomeadamente o carácter temporário das nações: se estas surgiram num determinado momento também podem desaparecer num momento futuro, sendo substituídas por outro modelo. Smith (2000) não partilha, de todo desta proposta, defendendo, aliás, que as identidades nacionais podem ser consideradas autênticas, perenes e independentes do contexto (ao contrário de identidades de classe ou de religião, por exemplo).⁶⁷ Daqui decorre que, independentemente do rumo futuro do Estado-Nação, as nações poderão sobreviver (Antonsich, 2009: 283). Esta noção de sobrevivência das nações não é bem clara, uma vez que não pode ser sinónimo de manutenção das nações tal como as conhecemos hoje. Alterando-se o Estado-Nação e a sua relevância, inevitavelmente também as nações se modificarão, daí que coloquemos as nossas reservas às presentes teorizações de Smith e Antonsich.

A construção das identidades nacionais pode recorrer a alguns meios, sendo de destacar o discurso. Contudo, note-se que nem todas as concepções de nação conferem a mesma importância à construção discursiva da identidade nacional. Ainda assim, se aceitarmos a premissa de que as identidades nacionais são geradas e reproduzidas através do discurso (Wodak et al., 1999: 186) é possível que concordemos que estas se constroem e fortalecem através do reforço do que é nacionalmente único e da sua uniformidade. Porém é frequente que sejam ignoradas diferenças intra-nacionais, apresentando-se assim uma situação de “narcisismo das pequenas diferenças”, tal como enunciado por Freud (ibid.: 4). Por outro lado, elaboram-se discursos de diferença, especialmente face a outras nações que exibam claras semelhanças com a primeira (ibid.: 186).

⁶⁶ No campo dos modernistas podem ser incluídos Renan e Anderson que veem a nação como uma construção, não descartando a possibilidade da sua dissolução.

⁶⁷ Esta perspectiva choca com a abordagem tipicamente construtivista de transformação das identidades. Recorde-se que Burke (2006) defendia a possibilidade de mudança das identidades, ainda que lentamente e apenas consoante algumas condições.

Este será um dos caminhos mais seguidos embora nem todas as nações o farão do mesmo modo, dada a variedade de contextos mas também de características estruturais de uma identidade. A construção discursiva das identidades parte, essencialmente, das elites, quer políticas, quer intelectuais.

Como afirma Antonsich, no início de um seu trabalho, *the fascination with scenarios beyond the nation has been particularly high among intellectuals during the last 15 years or so* (Antonsich, 2009: 281). Efetivamente, muito se reflete sobre o futuro do Estado-Nação⁶⁸, especialmente desde três mudanças apontadas por Mary Kaldor (2004: 166)⁶⁹:

- o desenvolvimento da economia baseada na informação que reduz a importância da produção industrial baseada na territorialidade;
- a mudança da tecnologia impressa para as comunicações eletrônicas;
- a natureza da guerra, cada vez menos realizada entre Estados.

A estes fatores devem acrescentar-se a intensificação da mobilidade dos cidadãos e do multiculturalismo. Ora, por estes motivos o Estado-Nação tem de lidar com um número crescente de desafios, questionando-se se este será a instância mais adequada para lidar com problemas decorrentes destas alterações. Destaquem-se os fluxos migratórios e o multiculturalismo como fontes de indefinição para as identidades nacionais. Acrescentem-se ainda (embora implícitas nas alterações na economia) as organizações regionais e internacionais que transferem a tomada de decisão do Estado para entidades supranacionais. Referimo-nos, nomeadamente, à União Europeia.

Há visões que creem e mantêm a nação como referencial das identidades coletivas dos cidadãos. Antonsich, por exemplo, afirma que mesmo na era da globalização *nations are still alive and kicking* (ibid.: 291)⁷⁰, facto comprovado pelos inquéritos em que a

⁶⁸ Hedetoft (1999: 72) faz o levantamento de algumas teorias e cenários especulativos nesta discussão: *post-national/postmodern identity politics, the global homogenization of cultures, through the revindication of nationalism (whether in an exceptionalist or liberal form), new regionalisms, the decoupling of states and nations, to the potentially apocalyptic doom and gloom of civilizational clashes of various orders of magnitude and depth (between nations, states and cultures as well as within them).*

⁶⁹ Relembre-se, no entanto, que o debate sobre o futuro do Estado-Nação e possível passagem a um Estado global não é característico apenas das últimas décadas (embora aqui se dê a sua profusão). Pippa Norris enumera aqueles que otimistamente esperam que a Humanidade transcenda as fronteiras nacionais em direção a uma cultura e sociedade globais: Auguste Comte, John Stuart Mill, Karl Marx e o mais contemporâneo Anthony Giddens (Norris, 2000: 2).

⁷⁰ Contudo, destaque-se que Antonsich reserva uma frase para justificar por que razão algumas nações não estão *alive and kicking*. Se tal não acontece é porque essas nações (como Itália, refere ele) nunca estiveram em boa forma.

maioria dos cidadãos se diz muito ligado à sua identidade nacional (mais do que a qualquer outra identidade coletiva de caráter político e/ou cultural). Assim, conclui: *in the age of globalisation, the re-scaling of the nation-state, both in economic and politico-institutional terms, is not accompanied by a rescaling of national identity* (ibid.: 294).

Hedetoft, embora mais cauteloso⁷¹, parece partilhar da mesma opinião quando afirma que foram o Estado-Nação e o nacionalismo os responsáveis pela criação do sistema global; ou seja, constituem as pré-condições, as referências para os processos globais (Hedetoft, 1999: 77).

Outros veem o mundo de forma mais matizada, não preconizando nem o desaparecimento do Estado-nação e emergência de uma sociedade global nem o reforço do Estado-nação face às tendências globalizantes. Ou melhor, preconizam um e outro desenvolvimento, mas em simultâneo e em diferentes dimensões. Por outras palavras, Michael Mann (1997), por exemplo, conclui que capitalismo global, perigos ambientais, políticas de identidade e geopolítica pós-nuclear impactam de forma variada os diferentes Estados-nação em diversas regiões; há tendências de reforço do Estado-nação e tendências de enfraquecimento.⁷² O nosso entendimento situa-se nesta perspectiva mais matizada e plural.

Como supracitado, Mary Kaldor (2004) crê que o modelo nacional possa vir a ser substituído por um modelo cosmopolita⁷³ onde a nação deixa de ser a referência. Para as perspetivas de iminente dissolução do Estado-Nação muito contribuem os desenvolvimentos económicos e comerciais que tornam os mercados interdependentes e questionam a capacidade dos Estados para pensar e gerir estas matérias (Ohmae, 1996). Não negligenciando a importância destas teorias, há que notar que ignoram largamente o papel das identidades nacionais, vendo o Estado apenas na sua dimensão política e não afectiva.

⁷¹ *There is no reason to think that the nation-state will wither away, but certainly the conditions for its survival are changing so fast it is doubtful whether by 'nation-state' we mean the same as we did 50 or 100 years ago* (Hedetoft, 1999: 89).

⁷² Mann critica veementemente os “entusiastas globalistas e transnacionalistas” não pelas suas teorias mas pelas suas convicções precipitadas:

With little sense of history, they exaggerate the former strength of nation-state; with little sense of global variety, they exaggerate their current decline; with little sense of their plurality, they downplay inter-national relations (Mann, 1997: 494).

⁷³ O cosmopolitismo é definido mais claramente por Pippa Norris que afirma que os cosmopolitas são aqueles que se identificam mais amplamente com o seu continente ou com o mundo como um todo, acreditando e confiando nas instituições globais de *governance* (Norris, 2000: 6).

Podemos ainda apontar uma outra tendência que, ao invés de se posicionar na constatação do enfraquecimento ou reforço do Estado, opta por questionar os pressupostos do Estado-nação. Isto é, motivada pelas questões colocadas pela globalização a esta organização, esta abordagem redefine as unidades de estudo nesta questão, especialmente o Estado-nação. Neste âmbito Walby (2003) argumenta que o Estado-nação é mais um mito do que uma realidade.⁷⁴

Focando-se esta dissertação no caso português enquadrado na construção europeia importa também refletir brevemente sobre as identidades nacionais na União Europeia. Não pretendendo pensar já sobre o tema da identidade europeia, devemos, no entanto, aceitar que cada Estado-nação possui as suas especificadas coletivas. Ora, estas podem manifestar-se a nível político ou mesmo cultural. Marcussen et al. (1999) distinguem três Estados pelas conceções políticas que marcam a sua identidade: o republicanismo *state-centered* de França, a democracia parlamentar e soberania externa da Grã-Bretanha e o federalismo, democracia e economia social de mercado da Alemanha. Com uma amostra de três Estados é possível constatar de imediato a diversidade europeia. A nível cultural, por exemplo, embora a matriz religiosa na Europa seja judaico-cristã, o entendimento religioso varia entre Estados europeus, decorrentes não só da divisão entre protestantismo e catolicismo, mas também da relação que estabelecem com o Estado e com a Nação. A identidade europeia não pode, portanto, querer significar homogeneidade entre todos os cidadãos europeus.

Há, claro, semelhanças, nas nações e identidades europeias, nomeadamente na sua construção embora se constate que até na semelhança se verificam diferenças. Recuperamos o exemplo de Eisenstadt (1998: 240) que afirma que a característica mais distintiva da experiência histórica europeia foi a constituição múltipla, diversa e competitiva de várias comunidades (especialmente durante a Idade Média e Moderna). Seguiram-se padrões relativamente comuns de Absolutismo e de construção do Estado-nação moderno. Não são de ignorar, também, as clivagens identificadas por Lipset e Rokkan (1967): centro/periferia, Estado/Igreja, Proprietário/Trabalhador, Terra/Indústria.

A História europeia é, portanto, feita de unidade mas também de diversidade. Refletiremos de seguida sobre como se refletem estes dois caminhos distintos na

⁷⁴ Tal constatação deve-se a quatro motivos: há mais nações do que Estados; alguns supostos Estados-nação foram ou são, na verdade, impérios; há diversas *polities* para além dos Estados (organizações multilaterais, globais e regionais); estas frequentemente se sobrepõem.

identidade europeia, respondendo também a tantas outras questões que esta temática levanta.

4. A identidade europeia em interação com a economia

Entendemos a identidade europeia como um processo, em permanente evolução, sujeito a influências várias (entre as quais a economia). Delimitamos a identidade europeia dentro do contexto da União Europeia, pelo que é uma identidade cultural, política e cívica. Assim, definimos a identidade europeia como o reconhecimento de todos os cidadãos da União Europeia de uma herança cultural, política e cívica comum que simultaneamente suporta e é reforçada pelo processo de integração europeia. Não deixamos de, repetidamente, sublinhar o caráter de construção permanente desta identidade, ainda longe de ser uma identidade firmada nos quadros mentais da maioria dos cidadãos. Assim, não é ainda um suporte forte nem um *outcome* significativo do projeto da União Europeia.

Por este motivo afirmamos que a identidade europeia não é a identificação plena de um cidadão com qualquer outro cidadão europeu; não é a subjugação das identidades nacionais; não é a identificação com a União Europeia acima de qualquer outra identificação. Num cenário ideal, a identidade europeia seria o reservatório de confiança dos cidadãos para com o processo de integração. Isto é, se adaptarmos o modelo de apoio político de Easton, a identidade coletiva europeia corresponderia ao apoio difuso⁷⁵. Sabemos que o apoio específico foi abalado pela crise económica e financeira iniciada em 2008⁷⁶; tal poderá refletir-se em ondas de choque na identidade europeia. Mas a ser um reservatório de confiança, não o é de forma muito significativa, dado o caráter ainda frágil da identidade europeia no contexto da União. Percebemos, desde cedo, que tem havido mais a dizer sobre o que a identidade europeia deve ser e nem tanto sobre o que a identidade europeia efetivamente é ou sobre o que a identidade europeia significa no momento presente.

Relativamente à mobilização da identidade europeia para o processo de integração europeia, sabemos da Declaração da Identidade Europeia, mas, acima de tudo, sabemos do investimento feito no programa Erasmus, que se espera fomentador de uma maior identificação entre os europeus. Aliás, este programa é consensualmente tido como uma política de sucesso no desenvolvimento da identificação com a Europa e com a União

⁷⁵ Esta constatação não é consensual. Embora Easton refira a necessidade de considerar o sentimento de comunidade a par com o apoio difuso, alguns autores, tal como Beaudonnet e Di Mauro (2012) discordam. Estes afirmam que a identidade é mais um fator do que um sinal do apoio difuso.

⁷⁶ Tendo em conta os dados do Eurobarómetro que, embora com falhas, são os melhores dados atitudinais de que dispomos.

Europeia, embora não se confine a este território. Para além disto, não é muito claro qual o papel que as instituições pretendem atribuir à identidade europeia. Procuramos, então, nas teorias da integração, a importância da identidade.

Karl Deutsch e Ernst Haas, teóricos, respetivamente, do transnacionalismo e do neofuncionalismo elaboram teorias onde conceitos de ou relacionados com identidade são tidos em conta. A noção de comunidade é central na conceptualização de Deutsch:

The kind of sense of community that is relevant for integration ... turned out to be rather a matter of mutual sympathy and loyalties; of 'we-feeling,' trust, and mutual consideration; or partial identification in terms of self-images and interests... (Deutsch et al. 1957, 36).

No entanto, não é clara qual a relevância do sentido de comunidade para a integração, como é que esta pode contribuir para o fortalecimento da união. Tal como não é claro qual o impacto das *shifting loyalties* enunciadas por Haas no apoio às instituições supranacionais. Por outro lado, Haas possui uma visão *top-down* da integração e da identidade, entendendo esta como um *outcome* e não como impulsionadora da integração.

Ora, constituindo esta uma identidade de tal forma incipiente, interessa perceber quais os fatores que mais fortemente a influenciam. Aquele que iremos estudar com maior afinco será a economia, mas outros existem: a História, os símbolos culturais e as instituições políticas, bem como as políticas que desta emanam. Se é esta a temática que mais nos importa, não é absurdo pensar que em grande parte de todas as outras discussões que rodeiam o conceito de identidade europeia se encontra também implícita a procura dos elementos que possibilitam ou constroem a construção daquela. Façamos, então, esta desconstrução.

Questionar a partir de quando se pode falar de uma identidade europeia implica perguntar desde quando se verificam componentes que a possibilitam. Jacques le Goff (2005), por exemplo, vê uma identidade europeia que começa a ser construída no século XIII, desenvolvimento possibilitado por um elemento de destaque: a reação aos inimigos, ao “outro” (ibid: 148). Por outro lado, embora não negando a existência deste componente, Balzaretto (1992) não vê nele a força suficiente para criar uma identidade europeia, apenas possível com os objetivos políticos da integração europeia.

Perceber a relação entre identidade europeia e identidades nacionais (uma das mais acesas discussões no âmbito da identidade europeia) envolve perguntar quais os

elementos mais fortes, que melhor funcionam e maior identificação/empatia provocam. Carey (2002) conclui pela incompatibilidade provocada pelos fortes sentimentos de identidade nacional que ajudam à perceção da União Europeia como uma ameaça. Pelo contrário, Duchesne e Frognier (2007) destacam desenvolvimentos que originam uma maior complementaridade entre identidade nacional e identidade europeia: o euro, os alargamentos e a maior frequência de debate sobre a União Europeia.

No domínio da discussão sobre a possibilidade ou não de construção e/ou reforço da identidade europeia sobressaem claramente os enunciados de componentes desta, existentes ou a serem criados. A título de exemplo, Bruter procura perceber o impacto das instituições, da comunicação e dos símbolos na construção da identidade europeia (2004; 2005).

Estudar uma possível crise da identidade europeia acarreta perceber que elementos desta não funcionam, quais devem ser sublinhados e reforçados junto dos cidadãos. Delanty (2008) aponta uma crise de solidariedade (social, essencialmente, incendiada pela crise) na identidade europeia, enquanto Jenkins (2008) descarta a hipótese de crise identitária da União Europeia, uma vez que diferentes elementos da identidade europeia são valorizados por diferentes cidadãos de diferentes Estados. Isto é, constitui uma situação normal haver distintas visões da Europa e da identidade europeia, logo, diversos entendimentos das mais relevantes componentes desta.

Como esperamos ter transmitido, todas as discussões sobre identidade europeia incluem discussões sobre quais os elementos que mais fortemente a poderão reforçar, sobre que elementos estão em falta; em suma, face a que elementos esta responde mais facilmente. Apesar do interesse destas discussões, interessa-nos focar na interação da identidade europeia com os fatores económicos. Abordámos brevemente este assunto no capítulo introdutório. Recuperamos essas reflexões, estabelecendo como que uma cronologia do protagonismo da economia como fator explicativo do apoio à integração europeia e posteriormente da identidade europeia.

Gabel (1998) enumera uma sucessão de possíveis explicações que permitam responder à questão ‘O que leva os cidadãos a apoiar ou contestar a União Europeia?’. A conclusão é de que a motivação mais forte para o apoio reside nos fatores económicos e não nas hipóteses anteriormente exploradas por outros estudos: educação, ocupação profissional, classe e ideologia.

Assim, a par com Palmer (Gabel & Palmer, 1995), Gabel formula a teoria utilitarista do apoio à integração europeia: o apoio dos cidadãos à UE está positivamente relacionado com os benefícios económicos que esperam obter desta (Gabel, 1998: 351). Esta equação implica, portanto, um cálculo de custo-benefício. Registemos estes estudos, mas lembremo-nos também que não procuramos entender as flutuações no apoio mas na identidade.

Eichenberg e Dalton (1993) apontam também fatores económicos (nacionais e decorrentes da integração) como relevantes para a opinião pública face à UE, combinados com explicações políticas. Anderson e Reichert (1995) destacam a correlação positiva entre residir num Estado-membro que beneficia mais com a pertença à UE e elevados níveis de apoio; concluem ainda que os indivíduos que pessoalmente mais ganham com a UE apoiam mais o projeto de integração.

Estes três trabalhos constituem o núcleo da relação entre fatores económicos e apoio à integração europeia. Antes de nos referirmos aos trabalhos que procuram relacionar apoio e fatores económicos com o *new kid on the block* (Hooghe & Marks, 2004: 415), ou seja, a identidade, importa entender a interação entre esta e o apoio. Reiteramos o cuidado a ter com a conflagração entre apoio e identidade. O apoio à integração europeia pode determinar e decorrer, em parte, de sentimentos de identificação com o projeto e com todas as outras pessoas que nele se inserem. A relação entre ambos pode ser bidirecional e cíclica, mas não necessariamente proporcional (Paraschiv & Gherghel, 2014: 387). Isto é, elevados níveis de apoio não são sinónimo de elevada identificação, assim como uma forte identidade pode coexistir com diminuto apoio. O apoio manifesta-se de modo mais imediato, como resposta a uma conjuntura, a uma política, a um assunto recorrente na agenda mediática ou a uma personalidade.

É relativamente consensual que o apoio é mais facilmente afetado pelas circunstâncias e conjunturas, enquanto a identidade europeia não só é percecionada como mais estável como pode funcionar como amortecedor face a conjunturas críticas como crises económicas que alteram o cálculo de custo-benefício. Não deve surpreender que mais frequentemente se procure a relação entre apoio e fatores económicos. Aliás, a identidade muitas vezes só é trazida a jogo quando o apoio é colocado em causa.

Todavia, Hooghe e Marks (2004) arriscam na triangulação destas três dimensões (apoio, identidade e fatores económicos) para perceber se é a economia ou a identidade

que mais impacto tem na definição do apoio à integração europeia. Mas note-se que a identidade aqui considerada não é a europeia, mas a identidade nacional, concluindo os autores que o efeito desta é paradoxal: pode coexistir com forte apoio à integração europeia, exceto em determinadas circunstâncias (quando se observa um carácter mais exclusivista daquela).

Mas a triangulação destas três dimensões pode ser realizada de outro modo. Começamos por Garry e Tilley (2009), cujo trabalho visa verificar que impacto possuem os fatores macroeconómicos na identidade (nacional e europeia) que, por sua vez, influenciarão as atitudes face à UE. O estudo conclui que a identidade apenas se modifica em determinados contextos económicos. Contrariamente àquela que será a nossa abordagem (refletida na pergunta de partida e na hipótese de trabalho), Garry e Tilley constatarem que uma menor identidade europeia (na perspetiva de euroceticismo) decorre de uma maior riqueza do Estado-membro. Isto é, quanto mais rico e com maiores benefícios decorrentes da integração, mais migração económica o Estado atrai, daí aumentando o potencial de xenofobia. Assim a solidariedade é colocada em causa, que, como vertente de destaque da identidade europeia, coloca também esta em dificuldades.

Já Verhaegen, Hooghe e Quintelier (2014) procuram compreender o impacto da economia tanto na identidade europeia como no apoio à integração, concluindo que os fatores económicos ajudam a explicar melhor o apoio, dada a sua dificuldade em esclarecer os aspetos mais afetivos da identidade. Esta dificuldade não pode, no entanto, ser entendida como impossibilidade. Afinal, quando nós próprios, neste trabalho, nos referimos ao impacto da economia na identidade não pretendemos dizer que o défice influencia a identificação dos cidadãos com a União Europeia. A economia não vale aqui só por si mas pelas transformações que impõe a uma dada população, especialmente em contexto de crise económica. Quando nos referimos à economia referimo-nos, portanto, não só à crise em si e às medidas tomadas para a combater, como também aos resultados sociais desta conjuntura crítica. A evolução económica que potencialmente compromete as aspirações materiais e sociais de um cidadão pode ter impacto nas suas identificações.

Ora, estes três textos são um bom ponto de partida para perceber de que modo economia, identidade e apoio podem interagir. Mas tendo em conta a excecional conjuntura crítica da crise económica vivida nos últimos anos importa também problematizar o impacto desta na identidade europeia e/ou apoio à integração. Serricchio, Tsakatika e Quaglia (2013) fazem isso mesmo, destacando que o aumento mais

significativo do euroceticismo se deu nos países mais afetados pela crise, sendo também consideradas as instituições políticas e a identidade nacional para explicar este fenómeno. Ou seja, o *research design* é semelhante ao de Hooghe e Marks (2004): procurar perceber se é a economia ou a identidade que mais influenciam a opinião pública face à UE. As conclusões referem o papel explicativo da economia mas sublinham, com mais relevância, a identidade nacional e as instituições como variáveis explicativas. Mitchell (2014) tende também a valorizar o papel da identidade em detrimento dos elementos materiais para explicar o apoio à integração; assim destaca a possível importância do sentido de comunidade para manter uma comunidade política mesmo em tempos de crise. No entanto, acrescentamos nós, e invocando a nossa hipótese, o incipiente sentido de comunidade europeu, possivelmente ainda mais diminuído pela crise económica, está longe de ser suficiente para a manutenção desta comunidade política.

Gomez (2015) não considera a identidade, mas conclui que o apoio à integração foi, efetivamente, afetado pela crise: nos Estados-membros com piores condições económicas a redução do apoio foi maior. Há um interessante dado adicional apresentado por este trabalho: os jovens europeus tendem a responder mais intensamente à crise, em sentido negativo, apesar de serem tradicionalmente mais europeístas.

Já Braun e Tausendpfund (2014) concluem também que a crise europeia teve impacto nas atitudes dos cidadãos face à integração europeia, enquanto Hobolt e Wratil (2015), contrariamente aos estudos enunciados até aqui, apresentam resultados que apontam para a manutenção de elevados níveis de apoio à integração. Estes autores consideram que a crise conferiu saliência às matérias europeias junto dos cidadãos da Zona Euro, que recorrem a análises de custo-benefício e deixam de pensar exclusivamente em termos de identificação nacional.

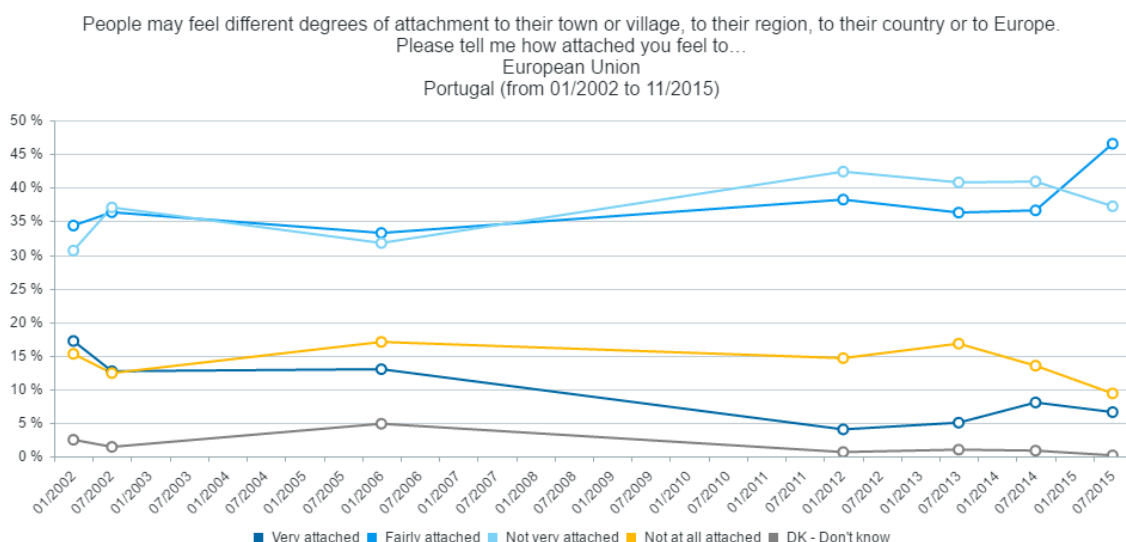
Ora, repetimos, a nossa hipótese decorre, no que à interação entre economia e identidade diz respeito, dos primeiros textos aqui explorados. No entanto, não inserimos o apoio à integração na nossa equação ou, pelo menos, não o temos em conta na nossa hipótese e pergunta de partida. Afinal, o nosso conceito fundamental é a identidade europeia e não o apoio à integração ou mesmo a identidade nacional. Neste núcleo central de trabalhos que procuram relacionar fatores económicos com identidade europeia, nunca se estudam estas dimensões sem a “interferência” do apoio ou com o objetivo último de compreender impactos no apoio. A nossa insistência no estudo do impacto da crise económica na identidade europeia não é um capricho, mas uma tarefa que deve ser feita

no momento presente. Afinal, depois do claro impacto (constatado através dos dados do Eurobarómetro) da crise no apoio específico, importa saber em que ponto está o apoio difuso, na tipologia de Easton.

5. A identidade europeia em Portugal

Antes de avançarmos para as perceções dos intelectuais portugueses, é necessário recapitular o que sabemos sobre o apoio à integração europeia e a identidade europeia dos portugueses. Na verdade, a identidade europeia em Portugal é pensada por um grupo muito restrito de pessoas, sendo mais frequente refletir sobre o apoio à integração. Esta diferença pode ter várias motivações, algumas por nós já afloradas. Em primeiro lugar, a justificação mais prática de facilidade de medição do apoio, mas não da identidade. Por outro lado, a identidade europeia pode não ser um assunto muito discutido por se assumir que esta não existe na consciência dos portugueses ou não existe de todo ou até mesmo porque a sua possível existência não entra em conflito com a identidade nacional. Se sobre a identidade europeia num sentido mais alargado temos as reflexões do Professor Adriano Moreira, do Professor Eduardo Lourenço e do falecido Vasco Graça Moura⁷⁷, sobre a identidade europeia em Portugal menos linhas são escritas. Destacar-se-ão, possivelmente, os textos do Professor Adriano Moreira (Moreira, 1994).

Figura 1 - Ligação dos cidadãos portugueses à União Europeia⁷⁸



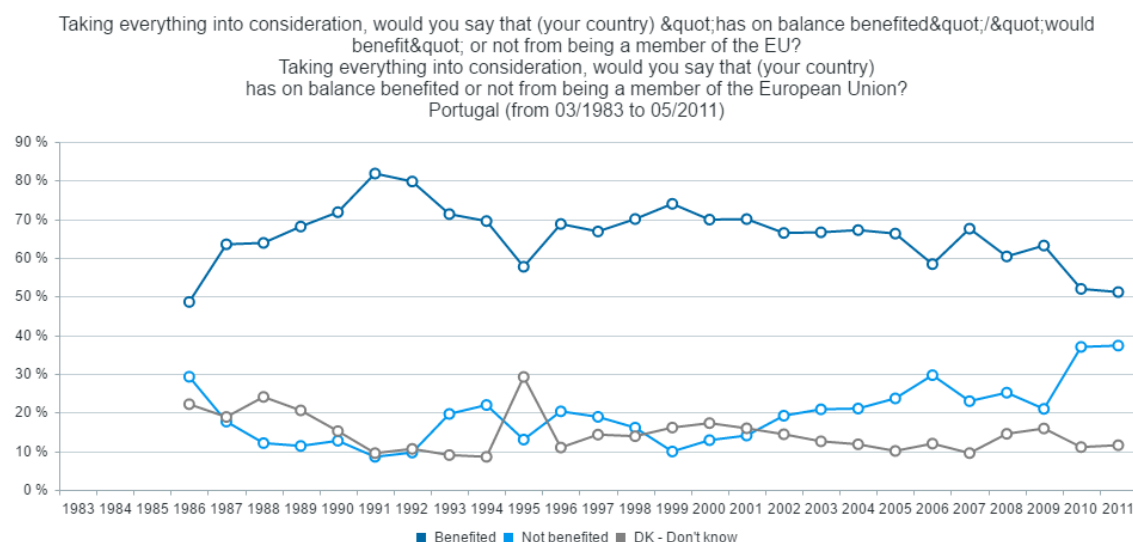
Não obstante, os portugueses são frequentemente tidos como um povo europeísta, entusiasta da integração europeia, percecionada como sinónimo de democracia e

⁷⁷ Outras reflexões existem mas, não as desmerecendo, são estas que recolhem maior atenção.

⁷⁸ Disponível em: <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/getChart/chartType/lineChart/theMeKy/26/groupKy/314/savFile/180> [Consultado em: 02 de Outubro de 2016]

vantagens económicas. A aspiração portuguesa à pertença europeia era, no fundo, uma aspiração ao desenvolvimento (Cabral & Marques, 2014). No entanto, estes sentimentos foram abalados pela crise económica, conforme dados do Eurobarómetro.

Figura 2 - Apoio dos cidadãos portugueses à União Europeia⁷⁹



Se os portugueses veem (pelo menos num momento inicial) a integração europeia como sinónimo de valores democráticos, tal deve-se ao ponto final colocado em 1974 ao isolamento autoritário do país. Portugal queria ser reconhecido como democracia, para tal precisando de estar inserido no grupo de democracias que era a União Europeia. Por outro lado, Portugal deseja também a integração. Tão somente isso: a integração em algo que engrandeça o país. Com a perda do Império, Portugal volta a ser pequeno, mencionando-se frequentemente o trauma da perda do Império. Se nos últimos cinco séculos Portugal tinha dado prioridade à vocação atlântica, a democratização e descolonização ditaram a necessidade de voltar a atenção para a vocação europeia.

A então CEE era uma nova oportunidade, mas não era olhada em absoluto como uma coisa boa. Podemos começar por analisar as expectativas de Portugal antes da integração na CEE, expostas no Eurobarómetro de 1985. Verifica-se maior ceticismo nos respondentes portugueses do que nos espanhóis (que viriam a integrar a então CEE aquando Portugal): um em cada dez portugueses sentem que os efeitos da integração serão

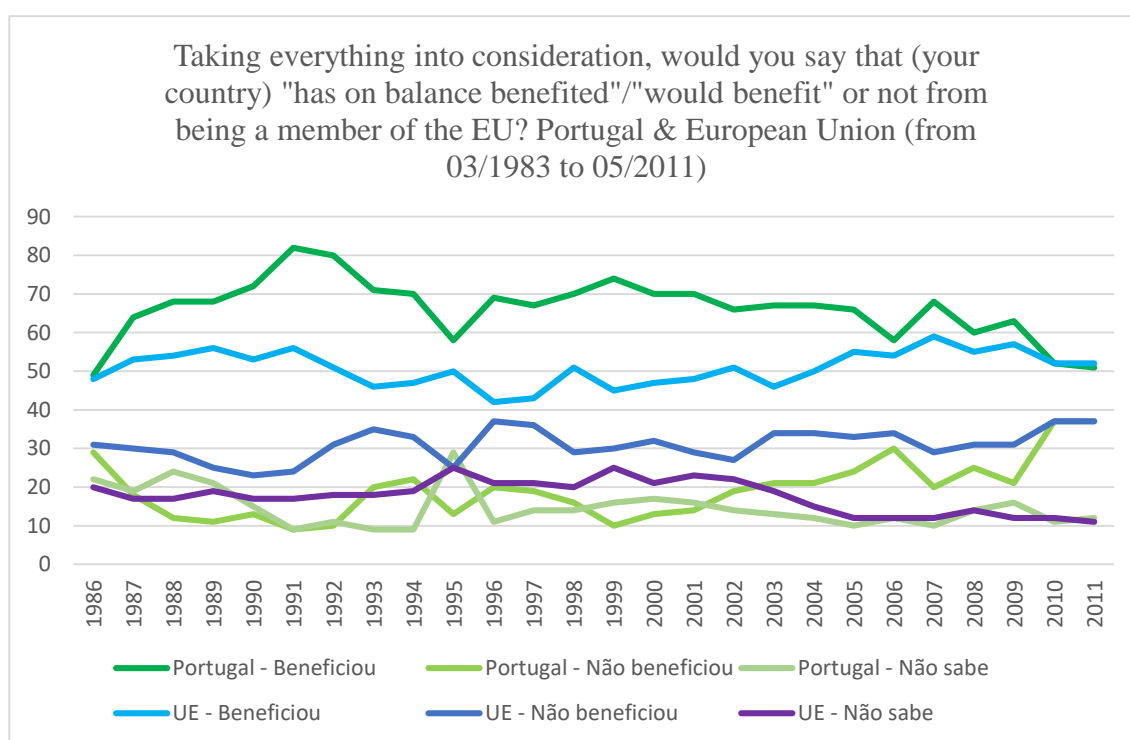
⁷⁹

Disponível em: <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/getChart/chartType/lineChart/theMeKy/4/groupKy/4/savFile/73> [Consultado em: 02 de Outubro de 2016]

bons ou muito bons, por oposição a seis/sete em cada dez espanhóis (Eurobarómetro 1985: 91). Contudo, a impressão geral é a da expectativa de benefícios materiais.

Os países do Sul da Europa são tipicamente reconhecidos como euro-entusiastas, sentimento motivado por essa mesma expectativa de benefícios e pela associação da integração europeia a ideias positivas – prosperidade económica, influência no mundo e democracia. Nestes países as bases para o euroceticismo são frágeis mas podem fortalecer-se na sequência de maus desempenhos económicos consecutivos (Gramacho e Llamazares, 2005). Note-se que esta teorização é comprovada pelos dados do Eurobarómetro supracitados e abaixo desenvolvidos. Afinal, em todo o período de integração no projeto europeu, foi nestes últimos anos que se assistiu aos supracitados “maus desempenhos económicos consecutivos”.

Figura 3 – Apoio dos cidadãos portugueses à União Europeia em comparação com a média da União Europeia⁸⁰



Importa também questionar: Portugal segue as tendências europeias no que concerne às respostas dadas no Eurobarómetro? No que diz respeito aos benefícios da

⁸⁰ Gráfico construído a partir dos dados disponibilizados pelo *Eurobarometer Interactive*.

União Europeia para cada um dos Estados-membros há pouca variação na média europeia. 2010 é assinalado como o ano em que há mais entrevistados a considerar que o seu país não beneficiou com a integração na União Europeia; em Portugal tal pico dá-se no ano seguinte (não contando com o primeiro ano de inquirição e de adesão). Portugal acompanha a tendência europeia de decréscimo da perceção dos benefícios a partir de 1991 (Parlamento Europeu, 2014: 10-11).

Aquando da adesão, a percentagem de portugueses que considera a integração na União Europeia como algo bom é exatamente igual à média europeia nesse ano de 1986; apenas diferem os 19% de portugueses que consideram a integração de Portugal má face à média europeia de 9% (Parlamento Europeu, 2014: 7). 1991 marca o momento em que os cidadãos tanto portugueses como dos outros Estados-membros se começam a mostrar mais céticos face à integração dos respetivos países na União Europeia. Depois de um aumento progressivo do apoio à integração europeia na década de oitenta, o início da década seguinte marca o momento em que os níveis de apoio da generalidade dos cidadãos europeus iniciam a sua descida. Hix e Høyland (2011: 109) procuram as causas para esta evolução das atitudes, apontando as dificuldades no processo de ratificação do Tratado de Maastricht, as mudanças das relações geopolíticas (fim da Guerra Fria, queda do muro de Berlim e reunificação alemã) e a perceção de que, com Maastricht, a União vai além da integração económica, gerando ansiedades e incertezas quanto ao estágio seguinte de integração, sem qualquer precedente. Sugerimos também que é neste ano que se dá a passagem mais visível de *permissive consensus* para *constraining dissensus*. Enquanto as elites discutem Maastricht, os cidadãos percebem que a União irá infiltrar-se cada vez mais nas suas vidas quotidianas.

Com a crise iniciada em 2008, o conjunto dos europeus continua a acreditar que a pertença dos seus Estados-membros à União Europeia é algo positivo e bom, enquanto em Portugal diminuem os respondentes que acreditam que a integração de Portugal é uma coisa boa, aumentando o número dos que consideram ser má. A crise económica e financeira pairou sobre toda a Europa, mas terá influenciado mais significativamente as atitudes face à integração dos Estados que foram alvo de programas de resgate, com participação das instituições europeias. Nestes Estados (e especialmente em Portugal) é nas atitudes dos cidadãos que mais se reflete o impacto negativo das medidas que conferem maior saliência à influência europeia no país.

A pergunta mais diretamente relacionada com a medição da identidade europeia (face à qual, como já dissemos, possuímos algumas reservas) pode também ser alvo de uma pequena reflexão. A partir de 2006 o Eurobarómetro, inteligentemente, passa a distinguir a ligação à Europa da ligação à União Europeia⁸¹. Por qualquer razão que aqui só poderíamos especular, a ligação à Europa parece estabilizar justamente a partir de 2006. Isto é, de 1999 a 2006 tem significativas oscilações. Poderá essa mudança explicar-se pela distinção nas questões entre Europa e União Europeia? O que parece evidente é que também a ligação à União Europeia, a partir do momento em que começa a ser medida, apresenta também uma evolução linear, relativamente constante, embora a resposta ‘not very attached’ (isto é, uma ligação muito ténue à União Europeia) seja a dominante a partir de 2007. 2012 e 2013 parecem ser os anos mais preocupantes, mas com pouca diferença face aos restantes. O que salta à vista é que 2012 é o ano que regista o maior número de respondentes a dizerem-se ‘not very attached’ e 2013 o ano em que mais indivíduos optam pela resposta ‘not at all attached’. Já em 2014, embora as respostas ‘not very attached’ continuem a dominar, verifica-se um aumento daqueles que se dizem ‘very attached’.

Se a crise teve alguma influência nestas respostas? Possivelmente. Pelo menos estes coincidem com os anos em que a crise mais impacto teve nas vidas dos cidadãos portugueses.

Mas daqui podemos retirar mais um dado pouco surpreendente: a ligação à União Europeia é muito ténue quando comparada com a ligação a Portugal⁸². Não que pretendamos afirmar que a identificação com uma entidade supranacional tenha, necessariamente, que ser semelhante à identificação com a nação; apenas notamos a diferença significativa entre uma e outra. Percebemos, portanto, que a identificação com a União Europeia é ainda muito incipiente.

No próximo capítulo entraremos na parte mais prática desta dissertação, onde procuraremos perceber o entendimento e sentimento de identidade europeia dos intelectuais portugueses. Aproximar-se-ão dos dados de que dispomos relativos à identidade europeia dos cidadãos portugueses? Não entendemos os intelectuais como representativos dos cidadãos, mas antes como um caso paradigmático da sociedade em que se inserem, possivelmente mais radicais do que os cidadãos. Quaisquer que sejam os

⁸¹ Consultar anexos 5 e 6.

⁸² Consultar anexos 6 e 7.

resultados do nosso estudo, não podemos generalizar e afirmar que “Os portugueses sentem que”. Estamos a falar das identificações dos intelectuais, mas partilhamos da noção de que os intelectuais, na formulação das suas reflexões, são fortemente influenciados pelo contexto nacional (Haller, 2008: 311). Se, pelos poucos dados do Eurobarómetro, se sugere o enfraquecimento da identidade europeia dos cidadãos portugueses, formulamos a hipótese de reflexo deste enfraquecimento nas identificações dos intelectuais.

6. A identidade europeia dos intelectuais portugueses

A primeira metade do século XX foi a época de ouro dos intelectuais no que à formulação de ideias para a integração europeia diz respeito. A segunda metade viu o seu afastamento, causado pela perceção de tecnocratização do projeto que deixava de se assemelhar às concepções de “alma Europeia” pretendida anteriormente. Já os intelectuais portugueses, nos três primeiros cartéis do século XX preocuparam-se, essencialmente, com a política nacional: primeiro com a instabilidade do fim da monarquia e dos curtos anos da Primeira República e depois com a oposição ao regime ditatorial do Estado Novo (Monteiro & Pereira, 2015). Antes de se dedicarem à causa europeia, sempre secundarizada face à realidade colonial, os intelectuais portugueses preocupavam-se com as limitações políticas, culturais e económicas do Estado mais ocidental da Europa. Aliás, os intelectuais portugueses, regra geral, não participavam nos encontros europeus que procuravam discutir, informalmente, a ideia de Europa. Quando a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia passou a ser uma realidade, as elites políticas e económicas dominaram o processo. Claro que intelectuais como Agostinho da Silva ou Eduardo Lourenço se pronunciaram, de forma mais ou menos positiva. Hoje a União Europeia é um tema fortemente presente nas elites económicas, políticas e intelectuais. A identidade europeia, contudo, é um tema deixado ao cuidado dos intelectuais e face ao qual a elite política pouco se pronuncia, preferindo dedicar-se.

Os intelectuais portugueses assim, tal como os restantes intelectuais europeus, mobilizam o discurso, esperando-se que as suas opiniões sejam mais radicais e contestatórias do que as da elite política, daí que esperemos que a sua identidade europeia tenha enfraquecido.

Tal como afirmado desde o início da presente dissertação, o ponto de onde partimos quando nos referimos à identidade europeia (neste caso, dos intelectuais) é fundamental, daí que a primeira questão da entrevista seja, inevitavelmente, a da definição e entendimento de identidade europeia. Mas o ponto de partida de que falamos é também constituído, obviamente, pelo sentimento de identidade europeia de cada um dos intelectuais. Pouco sabemos sobre a identidade europeia dos intelectuais portugueses contemporâneos, daí que esta pergunta introdutória seja da máxima importância. Esperamos, logo aqui, dar um contributo ao conhecimento sobre os nossos intelectuais. Antes de sabermos como eles sentem a sua identidade europeia, importa saber o que entendem por identidade europeia.

Apenas com este ponto de partida nos podemos deslocar para a evolução da identidade europeia (exista ou não) de cada um dos intelectuais entrevistados e, portanto, responder à nossa pergunta de partida e hipótese.

6.1. Definição e sentimentos de identidade europeia

Numa primeira análise às respostas dos intelectuais portugueses à segunda pergunta da entrevista (‘Sente-se europeu?’), destaca-se imediatamente que nenhum se diz não-europeu. Mas antes desta resposta é impreterível olhar para as respostas à pergunta da definição europeia. Ou seja, é necessário qualificar a identidade europeia da qual cada um diz partilhar.

Apenas dois entrevistados afirmam a inexistência de uma identidade europeia, ainda que também esta seja qualificada. Daniel Oliveira começa por afirmar que a identidade europeia não existe, mas considera a partilha de uma história comum, ainda que imperial e com valores que não nasceram na Europa.⁸³ Pedro Marques Lopes sublinha a diversidade que é de tal forma poderosa que não permite que os aspetos transversais às várias culturas europeias formem uma identidade europeia efetiva.⁸⁴ No domínio da diversidade, João Lobo Antunes observa, também, um “puzzle”, nas suas palavras, mas vê o caráter distintivo da Europa (cultural e político), quando confrontando esta com outras regiões.⁸⁵

Miguel Real afirma que não há, atualmente, uma identidade europeia, encontrando-se esta num “intervalo civilizacional e cultural”, vivendo sobre os escombros de uma identidade religiosa que entretanto se dissipou. No entanto, tal como José Adelino Maltez, considera que constitui uma identidade antiga.⁸⁶ Este último

⁸³ Esta posição de recusa do eurocentrismo é muito interessante e rebate as críticas que frequentemente são feitas aos intelectuais europeus de apenas usarem as lentes europeias para verem o mundo.

⁸⁴ As tentativas de união desta diversidade têm falhado, no entender de Pedro Marques Lopes, por a construção da identidade ser essencialmente top-down, sentindo-se os cidadãos afastados de um projeto ao qual não são chamados a participar.

⁸⁵ João Lobo Antunes não é o único a enunciar o caráter distintivo da Europa quando comparada com o exterior. Miguel Real, Miguel Monjardino, Richard Zimler e Luís Campos e Cunha refletem também sobre esta perceção. Todos eles (exceto Richard Zimler, pois o seu caminho é o inverso) destacam que nos Estados Unidos, antes de se sentirem portugueses, sentem-se europeus. Aliás, note-se, João Lobo Antunes teve esta experiência durante um longo período de tempo, uma vez que viveu e trabalhou nos Estados Unidos durante treze anos. Daniel Oliveira também refere esta “identidade europeia por antinomia”, embora sublinhe que esta perceção de contraste é enganador, na medida em que implica reconhecer coisas noutros países que se entendem erradamente como não-europeias.

⁸⁶ Reforçamos que os entrevistados se referem aqui à identidade da Europa como continente e não à identidade europeia estruturada pela União Europeia.

considera, ainda, a identidade europeia uma “federação unificante de várias visões” ou seja, a diversidade não é aqui um obstáculo, mas antes o núcleo. Adelino Maltez reitera a antiguidade da identidade europeia: “E refugiamo-nos, muitas vezes e estupidamente, em pensar que quem define identidade europeia são os funcionários da Comissão Europeia”.

Vários respondentes têm dificuldades em definir o conceito de identidade europeia. Francisco Louçã começa logo por dizer que não sabe o que a expressão quer dizer, dado o corrente apelo e uso errado do conceito em nome de uma supra e protonacionalidade que não existe. No entanto, destaca a existência de um espaço histórico, não podendo a identidade europeia ser algo mais do que isso. Não muito distante desta resposta, Miguel Sousa Tavares refere um espaço cultural, mas também uma aspiração a “recolher o melhor de cada um dos povos”. Pedro Mexia combina ambos os espaços, considerando que a identidade europeia corresponde a uma “memória histórica e cultural do continente europeu”. André Azevedo Alves corrobora este entendimento, acrescentando a religião e afirmando categoricamente que a identidade europeia não se esgota na União Europeia, devendo antes corresponder a elementos desenvolvidos ao longo de séculos.⁸⁷ No fundo, de Miguel Real a André Azevedo Alves, é assumida a possibilidade de uma identidade estruturada pela União Europeia mas que começa a ser construída muitos séculos antes.

Por outro lado, António Costa Pinto e Pedro Lains veem a identidade europeia como uma identidade cultural (mas também, quase inevitavelmente, histórica), estruturada pela União Europeia. Miguel Monjardino admite também esta estruturação da identidade pela União Europeia, vendo a identidade europeia como uma “ideia política muito poderosa, no sentido de criar uma nova fase para a história europeia”, embora as pessoas estejam a chegar à conclusão que esta ou não existe ou brevemente deixará de existir, possibilidade influenciada pela situação interna dos Estados.

De alguma forma, Viriato Soromenho Marques partilha da conceção da identidade europeia como uma combinação entre cultura e política, “um processo psicológico que tem claramente uma base cultural”. Confere-lhe, no entanto, um carácter incipiente, uma aspiração a construir, sendo atualmente uma “não-identidade” ou uma “identidade da rebeldia”. Adriano Moreira partilha deste entendimento de uma identificação incipiente, observando um sentimento difuso de identidade, tal como João César das Neves que vê

⁸⁷ André Azevedo Alves afirma que no domínio da União Europeia “não há propriamente uma identidade europeia; o que há é uma opinião favorável ou desfavorável a certos tipos de integração.”

uma identidade antiga, muito sofrida, que não é inexistente, mas também não é extraordinária. Luís Campos e Cunha admite também a história sofrida e violenta desta identidade, vendo traços comuns, ainda que não se trate de uma identidade em absoluto, sendo um tema em torno do qual haverá sempre muita discussão.⁸⁸

Já António Vitorino de alguma forma combina todas estas dimensões, enunciando claramente a identidade europeia, no âmbito da União Europeia, como um triângulo composto por três vértices: valores, políticas e instituições. Se António Vitorino organiza, explicitamente, as dimensões da identidade europeia num triângulo, Rui Tavares faz o mesmo num quadrado, enunciando como elementos fundamentais para a subsistência da diversidade da identidade europeia os seguintes: Estado de direito, democracia, direitos fundamentais e prosperidade partilhada.⁸⁹

Richard Zimler, o único estrangeiro na nossa amostra, naturalizado português, vê a identidade europeia como um legado histórico, filosófico e democrático; no fundo, um passado maravilhoso, composto por várias camadas, que o fascinou desde cedo. Aliás, quanto à sua primeira visita à Europa, mais concretamente a Itália, o balanço de Zimler deixa pouca margem para dúvidas: “Mudou a minha vida!”

Pedro Adão e Silva não afirma a inexistência da identidade europeia, antes desvalorizando o papel das questões culturais identitárias no processo de integração: “A Europa nasce para resgatar o Estado-nação”⁹⁰, assim recorrendo a ideias em circulação que se adequavam àquele contexto particular de incerteza do pós-Segunda Guerra Mundial. Não o questionámos sobre tal, mas julgamos que Adão e Silva tenderia a concordar com a ideia de que a legitimidade da União Europeia passa pela eficiência e não tanto pelos laços emocionais (Zielonka, 2016). Assim como possivelmente também concordaria com Bo Strath, que, ao questionar-se se esta ainda é a Europa de Milward (isto é, a Europa que resgata o Estado-nação), relega as questões identitárias para segundo plano, identificando como uma *hypocritical bypass around the real problems* (Strath, 2011: 9) os apelos a uma identidade europeia a partir dos anos setenta.

⁸⁸ Luís Campos e Cunha começa a entrevista, após a interrogação quanto ao entendimento sobre a identidade europeia, logo por afirmar “Dizer sim ou não [à existência de uma identidade europeia] é uma coisa um bocadinho difícil. Posso arranjar vinte argumentos para sim e vinte argumentos para dizer que não”.

⁸⁹ Rui Tavares está longe de fazer assemelhar a identidade europeia à identidade nacional, pressupondo, antes, um patriotismo constitucional, tal como enunciado por Habermas.

⁹⁰ Pedro Adão e Silva recorre, assim, a um enunciado de Milward que evidencia como a União Europeia foi vantajosa para os Estados europeus e como continuará a ser se estes não cederem ao nacionalismo e prosseguirem com uma ação concertada.

Tal como afirmámos no início desta secção, nenhum dos entrevistados se diz não europeu. De todos, nove afirmam-se, sem hesitar e sem qualificar, europeus: António Costa Pinto, Miguel Real, José Adelino Maltez, Adriano Moreira, Pedro Lains, Miguel Monjardino, António Vitorino, João César das Neves e Luís Campos e Cunha.

Por outro lado, e aqui entramos em respostas muito diversas, onze respondentes consideram-se europeus mas por diferentes motivos e em diferentes graus. Daniel Oliveira e Francisco Louçã consideram que se podem dizer europeus porque são portugueses, nasceram e vivem no continente europeu. André Azevedo Alves afirma que se sente europeu tal como se sente outras coisas (“europeu, português, católico, portuense”). Pedro Adão e Silva e Pedro Mexia afirmam que se sentem mais ocidentais do que propriamente europeus, tal como Pedro Marques Lopes se diz sentir mais identificado com a comunidade de países de língua portuguesa do que com a Europa. Rui Tavares partilha de uma identidade não exclusivamente europeia, mas cosmopolita. Viriato Soromenho Marques considera que se identifica com o país, com o mundo, tentando ser um cidadão europeu.

Miguel Sousa Tavares diz sentir-se culturalmente europeu, tal como João Lobo Antunes, embora este último distinga uma identificação científica de carácter anglo-saxónico. Richard Zimler, embora tenha as suas primeiras ligações para com os Estados Unidos e a comunidade judaica de Nova Iorque, sente-se europeu pela identificação com a cultura que o encantou desde a sua primeira visita ao continente europeu.

Entre respostas tão diversas torna-se difícil agrupá-las e criar categorias onde as mesmas possam ser encerradas. No entanto, podemos delinear algumas respostas relativamente semelhantes concernentes à definição de identidade europeia:

- a não existência de uma identidade europeia (Daniel Oliveira e Pedro Marques Lopes);
- uma identidade antiga, construída ao longo de séculos (José Adelino Maltez e João César das Neves observam uma identidade efetiva, enquanto Miguel Real e Luís Campos e Cunha têm mais relutância);
- uma identidade que assenta na partilha de uma História e/ou cultura (José Adelino Maltez, João César das Neves, Miguel Real, Luís Campos e Cunha, Francisco

Louçã, Pedro Mexia, Miguel Sousa Tavares, André Azevedo Alves, Richard Zimler, Viriato Soromenho Marques, Pedro Adão e Silva⁹¹);

- uma identidade histórica e cultural estruturada pela União Europeia (André Costa Pinto, Pedro Lains, Miguel Monjardino e António Vitorino);
- uma identidade diversa e até difusa (João Lobo Antunes, Rui Tavares e Adriano Moreira).⁹²

Daqui destacamos que são poucos os intelectuais que partilham do entendimento sistematizado de identidade europeia conforme enunciado por Bruter (2004; 2005): a identidade cívica e a identidade cultural da União Europeia compõem a identidade política desta. Se excetuarmos o entendimento sistematizado de António Vitorino (que, aliás, já desempenhou altas funções nas instituições europeias), as percepções face ao conceito de identidade europeia são muito matizadas e claramente diversas. No entanto, a haver intelectuais a concordar com o enunciado de Bruter, estes serão António Costa Pinto, Pedro Lains e mesmo Miguel Monjardino, embora este último com menos certezas, na medida em que assiste a um maior questionamento da ideia.

Já quanto à partilha de um sentimento identitário europeu, dividimos a amostra em dois grupos:

- os que afirmam a sua identidade europeia sem qualquer relutância (António Costa Pinto, Miguel Real, José Adelino Maltez, Adriano Moreira, Pedro Lains, Miguel Monjardino, António Vitorino, João César das Neves e Luís Campos e Cunha);
- os que se dizem europeus mas com diferentes justificações e motivações (Daniel Oliveira, Pedro Marques Lopes, João Lobo Antunes, Miguel Sousa Tavares, Pedro Adão e Silva, Viriato Soromenho Marques, Francisco Louçã, Richard Zimler, Pedro Mexia, André Azevedo Alves, Rui Tavares), essencialmente por partilharem de uma cultura europeia e se inserirem numa História comum, tendo

⁹¹ Pedro Adão e Silva admite a existência de uma identidade europeia, mas tende a desvalorizar a sua importância nas questões de integração europeia. Por outro lado, apesar de partilharem de concepções relativamente homogêneas sobre identidade, estes respondentes afirmam a sua existência com diferentes graus de certeza. Por exemplo, enquanto Francisco Louçã salienta a indefinição do termo, José Adelino Maltez não tem dúvidas em afirmar a sua existência.

⁹² Estes três intelectuais não dão respostas exatamente semelhantes. João Lobo Antunes destaca a diversidade, tal como Rui Tavares, embora enuncie os elementos que devem agir para a subsistência desta diversidade. A partir desta identidade diversa (mas também por outras razões), Adriano Moreira concebe um sentimento identitário difuso.

mais reservas em dizerem-se parte de uma identidade europeia que seja também estruturada pela projeto de construção europeia.

6.2. O impacto da crise económica na identidade europeia dos intelectuais portugueses

Recordamos neste momento que a nossa hipótese contempla o enfraquecimento da identidade europeia dos intelectuais portugueses. Esta hipótese foi formulada tendo em conta, essencialmente, as seguintes motivações:

- O contexto de crise económica em Portugal, país sujeito a um programa de reajustamento económico com participação das instituições europeias e do Fundo Monetário Internacional, que provocou descontentamento e levou à contestação dos cidadãos portugueses, menos crentes no projeto europeu e menos identificados com este;
- O carácter radical e contestatário do discurso dos intelectuais, sendo por isso mais provável que estes questionem a identidade europeia e espelhem as perceções dos cidadãos.⁹³ Ou seja, os intelectuais portugueses são aqui entendidos como um caso paradigmático que permite ilustrar o estado da identidade europeia em Portugal depois da crise económica.

Comecemos por explorar o grupo de intelectuais que afirmou partilhar de uma identidade europeia. Destes, António Costa Pinto, José Adelino Maltez, Pedro Lains, António Vitorino e João César das Neves consideram que a crise económica não afetou, de forma alguma, a sua identificação com a Europa e com a União Europeia. Costa Pinto admite que “as alterações existem ao nível do europeísmo, mas não propriamente da identidade europeia”, opinião de que partilha António Vitorino. Pedro Lains não considera que a sua identidade europeia ou o seu europeísmo tenham diminuído, na medida em que tem “a noção de que esta crise é passageira, como todas as crises são passageiras” e “a integração europeia evolui um pouco como resposta a crises”. Nesta evolução, César das Neves admite que a sua e a identidade europeia possam estar a ser desafiadas, mas que desta crise irão sair reforçadas.

⁹³ Os intelectuais não só podem dar voz às preocupações dos cidadãos, refletindo as suas perceções, como podem influenciar estas mesmas. Recordamos, neste sentido, o estudo de Page, Shapiro e Dempsey (1987) que conclui que a credibilidade atribuída aos intelectuais permite que estes influenciem a formação de opiniões dos cidadãos.

Por outro lado, Miguel Monjardino, não afirmando um claro impacto da crise na sua identidade europeia, revela sentidas preocupações que fazem denotar que a identidade europeia não é para si uma ideia política tão poderosa como era há umas décadas (“O que é inconcebível para a sua geração é a desintegração. Mas quem estuda história sabe que a desintegração acontece”). Adriano Moreira, embora dizendo-se europeu, diz-se também desapontado. Miguel Real e Luís Campos e Cunha afirmam que a crise económica abalou a sua identidade europeia, sendo que este último começou a sentir este abalo desde logo com os alargamentos a leste.

Concentremo-nos agora nos intelectuais com maior relutância a dizerem-se europeus (ou com mais alíneas a acrescentar à sua identificação com a Europa). Estes, em termos muito gerais, devem ser divididos em dois grupos:

- os que discordam que a crise económica tenha afetado de algum modo a sua identidade europeia porque esta é, essencialmente, cultural, logo, em nada relacionada com os fatores económicos (João Lobo Antunes, Miguel Sousa Tavares, Francisco Louçã, Pedro Mexia e André Azevedo Alves);⁹⁴
- os que consideram que a crise económica afetou a sua identidade europeia, por incipiente que esta seja (Daniel Oliveira, Pedro Marques Lopes, Viriato Soromenho Marques, Richard Zimler).

Pedro Adão e Silva fica de fora desta divisão por se considerar, essencialmente, ocidental. Embora, note-se, admita oscilações na sua pertença ocidental, sendo natural que as tensões latentes em momentos de crise venham à superfície.

Já Rui Tavares merece também uma referência à parte, uma vez que a sua identidade europeia é, fundamentalmente, uma identidade cosmopolita. A crise abalou a sua identidade europeia não no sentido de enfraquecimento, mas também não no sentido de reforço. No seu caso a crise tornou mais enfática a necessidade de cosmopolitismo e de fuga ao encerramento no Estado-nação que só poderá ser prejudicial.

Voltando à divisão enunciada, Daniel Oliveira, tal como Pedro Marques Lopes, afirma o enfraquecimento da sua ténue identidade europeia sem qualquer tipo de dúvida ou hesitação. Aliás, Daniel Oliveira, num momento final da entrevista fala do seu percurso pessoal, a nível político, partilhando a sua transição de europeísta convicto

⁹⁴ André Azevedo Alves admite, no entanto, que a confiança na União Europeia possa ter saído abalada – não necessariamente a sua confiança, mas da população em geral.

(mesmo federalista) para “antieuropeísta militante” quando percebe que uma das dimensões fundamentais daquilo que era para si a identidade europeia, o Estado social, deixa de ser defendida pela União Europeia.⁹⁵

Viriato Soromenho Marques não poupa em adjetivos quando se trata evidenciar por que razões a crise abalou a sua identidade europeia ainda em construção: “A gestão da crise é uma gestão absolutamente medíocre; é uma gestão tecnicamente incompetente, historicamente amnésica e moralmente abjeta”

Como se pode ver, as respostas são muito divididas, o que faz com que não possamos referir-nos a um enfraquecimento da identidade europeia dos intelectuais portugueses. Parece ser essa a tendência, mas as respostas estão longe de ser homogéneas. Os próprios intelectuais estão longe de ser um grupo homogéneo.

Embora esta investigação se tenha proposto a focar o impacto da crise económica na identidade europeia, devem ser destacados elementos aos quais os intelectuais atribuem importância na construção da sua identidade. Por exemplo, referimo-nos ao impacto dos alargamentos na identidade europeia de Luís Campos e Cunha. Ora, para além deste intelectual, outros referiram como os alargamentos a leste diluíram as perspetivas de uma identidade europeia: Pedro Adão e Silva e Miguel Sousa Tavares. Campos e Cunha e Sousa Tavares entendem que a crise económica apenas agudizou as tensões latentes provocadas pelos alargamentos. Sousa Tavares enuncia uma sequência em que a identidade europeia se começou a esfumar com os alargamentos, agudizou-se com a crise “e praticamente implodiu com a crise dos refugiados”.

Por outro lado, outras questões não económicas foram espontaneamente alvo de reflexão por parte dos intelectuais, nomeadamente o referendo britânico sobre a permanência na União Europeia.⁹⁶ Embora com diferentes posições, o evocar deste assunto era sempre feito para exemplificar as questões identitárias mais imediatas com que a União Europeia se defrontará. Enquanto Daniel Oliveira torcia pela saída do Reino

⁹⁵ Neste sentido, Daniel Oliveira, mais do que analisar a mudança da sua identidade europeia, analisa a mudança que se deu na própria ideia de identidade europeia: “...mesmo o discurso sobre a identidade europeia é um logro, porque ele está associado a um projeto político muito específico, não está de facto associado à Europa enquanto tal. Depois como essa identidade, que na realidade foi mais uma identidade europeísta do que uma identidade europeia, mais associada ao projeto político europeísta do que propriamente à Europa, era uma identidade acima de tudo política, não era uma identidade cultural, era uma identificação política com um projeto político. E como é curioso como essa identidade mudou radicalmente para o seu oposto!”

⁹⁶ As entrevistas foram realizadas entre 26 de Abril e 27 de Junho de 2016, daí que o tema do referendo britânico (realizado a 23 de Junho) tenha sido recorrente.

Unido da União Europeia, Miguel Real, Pedro Marques Lopes, Miguel Sousa Tavares, Pedro Mexia, André Azevedo Alves, Luís Campos e Cunha e Rui Tavares viam o possível *Brexit*⁹⁷ com muita preocupação.

O programa Erasmus, pelo contrário, foi evocado como uma política de “investimento silencioso” (nas palavras de José Adelino Maltez), fomentadora de identidade europeia, por José Adelino Maltez, Viriato Soromenho Marques, Luís Campos e Cunha e Rui Tavares.

6.3. A identidade europeia em Portugal de acordo com os intelectuais

De todos os intelectuais entrevistados apenas quatro consideram que a identidade europeia em Portugal não saiu beliscada pela crise económica. No entanto, note-se, Pedro Mexia e André Azevedo Alves consideram que a identificação dos portugueses com a Europa não sofreu alterações, mas o mesmo não se pode dizer do apoio e confiança destes na União Europeia.⁹⁸ Já Pedro Lains e Luís Campos e Cunha não consideram que essa alteração se tenha dado, sendo que o primeiro vê mesmo um reforço da identificação dos cidadãos com a União Europeia, na medida em que estão hoje mais alertas para o seu papel e ação. Recordamos que esta perspetiva é também partilhada por Hobolt e Wratil (2015) que consideram que a crise deu maior saliência às matérias europeias junto dos cidadãos da Zona Euro.

Os restantes intelectuais afirmam que a crise económica teve impacto na identidade europeia dos portugueses: Adriano Moreira, António Costa Pinto, António Vitorino, Daniel Oliveira, Francisco Louçã, João César das Neves, João Lobo Antunes, José Adelino Maltez, Miguel Monjardino, Miguel Real, Miguel Sousa Tavares, Pedro Adão e Silva, Pedro Marques Lopes, Richard Zimler, Rui Tavares, Viriato Soromenho Marques.

Muitos dos intelectuais confirmam o enunciado utilitarista de apoio e identidade europeia dos cidadãos portugueses condicionados pela economia, no sentido dos benefícios ou dos posteriores inconvenientes, que fazem redirecionar os sentimentos da população. Faça-se, contudo, uma ressalva da maior importância: para estes intelectuais

⁹⁷ Note-se que a entrevista a Rui Tavares foi a única de toda a nossa amostra realizada já depois do referendo. Pode haver alguma distorção nas respostas que nos foram dadas, na medida em que no período de realização destas entrevistas o referendo britânico era o assunto europeu do momento.

⁹⁸ Não podemos esconder a nossa satisfação em ver o apoio distinguido da identidade.

é muito difícil falar da identidade europeia dissociada do apoio à integração europeia, pelo menos em Portugal. Assim, enquanto alguns referem claramente que a identidade europeia foi afetada pela crise económica, outros assumem uma posição mais ambígua em que identificam explicitamente a diminuição do apoio, deixando entender que também a identidade foi afetada. Por exemplo, António Costa Pinto e António Vitorino começam por falar da complementaridade entre identidade europeia e identidade portuguesa, mas logo refletem sobre o apoio à integração. Ao longo desta nossa compilação das reflexões dos intelectuais sobre a identidade europeia em Portugal é, portanto, necessário ter em conta esta associação.

Ainda assim, os seguintes intelectuais constataam uma ligação significativa entre a evolução da economia e a identificação dos cidadãos portugueses com a União Europeia (e respetivo apoio): António Costa Pinto, Miguel Real, Miguel Monjardino, João César das Neves, Daniel Oliveira, Pedro Marques Lopes, Miguel Sousa Tavares, Pedro Adão e Silva, Viriato Soromenho Marques, Francisco Louçã e Richard Zimler. É no grupo dos intelectuais que mais questionam o seu próprio sentido de identificação europeia que se encontram mais respostas positivas quanto à formação utilitarista da identidade europeia nos cidadãos portugueses.

Ao relacionar o apoio à integração europeia com os benefícios materiais, estes intelectuais corroboram, então, as conceptualizações de Gabel e Palmer (1995).

Retomando, então, a complementaridade entre identidade europeia e portuguesa, José Adelino Maltez e Adriano Moreira partilham desta conceção, exemplificando de forma prática. Adriano Moreira identifica Luís de Camões como um dos primeiros europeístas⁹⁹, enquanto Adelino Maltez reitera a presença da Europa no patriotismo português através de eventos históricos passados em Portugal que se assemelham a eventos europeus. De forma mais concreta, Adelino Maltez faz um paralelo entre a revolta de Gomes em Freire e dos mártires da pátria em 1817 e a manifestação dos *burschenschaft* na Alemanha, no mesmo ano. Não deixa, ainda, de referir a obra ‘Portugal na balança da Europa’ publicada por Almeida Garrett em 1830, ano em que a Bélgica se independentiza e Giuseppe Mazzini se bate pela unificação italiana e pelos desejos de maior união europeia. Refere-se ainda a António Enes como o primeiro defensor do projeto de Estados

⁹⁹ Esta observação deve-se, essencialmente, aos versos do Canto III d’*Os Lusíadas* onde Camões escreve ‘Eis aqui, quase cume da cabeça/ De Europa toda, o Reino Lusitano,/ Onde a terra se acaba e o mar começa’.

Unidos da Europa¹⁰⁰ e a Sebastião de Magalhães Lima como tradutor do livro de Lemmonier, *Estados Unidos da Europa*. Com estes enunciados, Adelino Maltez procura evidenciar a integração de Portugal no contexto europeu.

Pedro Lains refere a consciência de uma identidade europeia nos portugueses. Pelo contrário, Viriato Soromenho não fala de uma consciência, mas talvez de uma atitude mais positiva face à União Europeia distante do que ao governo nacional próximo. António Vitorino refere também um certo distanciamento, motivado por uma distinção entre “nós”, portugueses, e eles, “europeus”. Luís Campos e Cunha refere a existência de uma identidade europeia nos portugueses, mas não vivida de forma consciente.

João Lobo Antunes e Miguel Sousa Tavares partilham da opinião de que os europeístas são uma minoria em Portugal. Zimler não afirma que os europeístas sejam uma minoria; no entanto considera que a identidade europeia em Portugal relaciona-se com a noção de um conceito e história comuns, mas não com a União Europeia.

Miguel Sousa Tavares junta-se também a Daniel Oliveira e Pedro Mexia para associar a procura de uma identidade europeia em Portugal ao fim do Império e à necessidade de colmatar a pequenez do país.¹⁰¹

Por último, e agora sim relacionando diretamente a identidade com o apoio e a evolução da economia, vários intelectuais referem o bem-estar e o progresso material como condições para a formação (ou tentativa de formação) de uma identidade europeia em Portugal. Esses intelectuais foram os seguintes: António Costa Pinto, Pedro Marques

¹⁰⁰ António Enes foi Comissário Régio da guerra em Moçambique, em 1885, sendo na obra *A Guerra e a Democracia* (1870) que defende a ideia de Estados Unidos da Europa como forma de evitar a absorção de Portugal por Espanha. Esta lógica de ideias mostra que o ideal europeu representa para Portugal a possibilidade de sobrevivência e de integração num espaço maior de influência há mais tempo do que se julga. Como veremos adiante, alguns intelectuais referem a necessidade de integração das comunidades europeias para ultrapassar a pequenez novamente adquirida com a perda do Império.

¹⁰¹ O colonialismo foi um tema presente em algumas entrevistas. João César das Neves e Adriano Moreira afirmam claramente que a identidade da União Europeia passa pelo passado imperial e colonial. Daniel Oliveira, José Adelino Maltez e Miguel Sousa Tavares destacam o momento de transição crucial para Portugal: com a descolonização, Portugal deixa de ser grande, daí necessitando de algo maior onde se possa integrar. A União Europeia constituiu, portanto, a entidade maior onde Portugal via o seu futuro assegurado, embora Adelino Maltez menorize esta lógica. Aliás, Adelino Maltez sublinha que a identidade europeia de Portugal passa também pela construção colonial, traço dominante na Idade Moderna e parte da Contemporânea (“Até a construção do império colonial é uma construção radicalmente europeia”).

Lopes, Miguel Monjardino, Pedro Adão e Silva, Francisco Louçã¹⁰², João César das Neves e Rui Tavares¹⁰³.

Em suma, as reflexões referentes ao conteúdo e forma da identidade europeia em Portugal giram em torno dos seguintes eixos:¹⁰⁴

- a complementaridade entre identidade portuguesa e identidade europeia (António Costa Pinto e António Vitorino);
- influência da expectativa e condições de bem-estar e progresso material (António Costa Pinto, Pedro Marques Lopes, Miguel Monjardino, Pedro Adão e Silva, Francisco Louçã, João César das Neves e Rui Tavares);
- fim do Império que leva à procura de novos espaços de influência (Daniel Oliveira¹⁰⁵, Miguel Sousa Tavares e Pedro Mexia);¹⁰⁶
- europeístas são uma minoria em Portugal (João Lobo Antunes, Miguel Sousa Tavares e Richard Zimler);
- identidade europeia vivida de forma consciente (Pedro Lains) ou inconsciente (Luís Campos e Cunha, Viriato Soromenho Marques)

Apesar do nosso objetivo principal ser a recolha das perceções dos intelectuais portugueses face à sua própria identidade europeia, não seria, obviamente, desperdiçada a oportunidade de os ouvir sobre a identidade europeia em Portugal, daí as questões sobre este mesmo assunto. No entanto, estas foram também motivadas para perceber se as respostas de cada intelectual relativas à sua identidade europeia refletem a tendência que identificam nos cidadãos portugueses.

Neste sentido, os intelectuais que afirmam o impacto da crise na sua identidade europeia e na identidade europeia dos portugueses são os seguintes: Miguel Real, Adriano Moreira, Miguel Monjardino, Daniel Oliveira, Pedro Marques Lopes, Miguel Sousa

¹⁰² Francisco Louçã, além das suas reticências quanto ao conceito de identidade europeia, possui também uma postura hesitante face à noção de apoio dos portugueses à integração europeia motivada pelos benefícios materiais, uma vez que este nunca foi pedido aos cidadãos.

¹⁰³ Na verdade, o enunciado de Rui Tavares afirma a necessidade de uma identidade cosmopolita dos portugueses para ter acesso, mais do que à prosperidade material, ao Estado de direito, à democracia e aos direitos fundamentais.

¹⁰⁴ Não se estranhem duplas inclusões de diferentes intelectuais em várias categorias de respostas. Afinal, sobre a identidade europeia em Portugal muitas podem ser as respostas e uma pessoa não tem que partilhar apenas de uma única resposta.

¹⁰⁵ Daniel Oliveira foca-se na União Europeia que ajudaria Portugal a ultrapassar o seu complexo de inferioridade, referindo a ilusão face à possibilidade de construção e partilha de uma identidade europeia.

¹⁰⁶ José Adelino Maltez refere-se a esta visão para a recusar e desvalorizar a sua importância.

Tavares (quando tem em conta não a identidade cultural mas a tentativa de identidade europeia no contexto da União Europeia), Viriato Soromenho Marques e Richard Zimler)

Por outro lado, alguns intelectuais que consideram que a crise não abalou a sua identidade europeia reconhecem que o fenómeno contrário terá sucedido com os cidadãos portugueses. São eles: António Costa Pinto, José Adelino Maltez, Pedro Lains, António Vitorino, João César das Neves, João Lobo Antunes, Pedro Adão e Silva¹⁰⁷, Francisco Louçã, Pedro Mexia e André Azevedo Alves.

Por fim, Luís Campos e Cunha considera o impacto da crise na sua identidade europeia já enfraquecida pelos alargamentos ao mesmo tempo que defende que os cidadãos portugueses não podem falar exatamente de um abalo na sua identidade europeia. Pelo contrário, os cidadãos partilham e usufruem das vantagens da construção Europeia (a mobilidade, por exemplo).

6.4. Observações finais sobre as entrevistas

Afirmámos num dos momentos iniciais desta dissertação que não nos sentiríamos insatisfeitos se a mesma levantasse mais questões do que respostas. Foi isso que aconteceu e é dessa forma que reagimos. Por isso, embora o capítulo final se intitule ‘Conclusões’, deste trabalho retiramos muitas informações relevantes mas que não se encerram sobre si mesmas. Ou seja, a este nosso trabalho de entrevistas poderia seguir-se outro para explorar algumas questões transversais que seriam importantes. Ainda assim, temos, obviamente, algumas observações finais interessantes a retirar destas entrevistas.

A primeira é a de que nenhum intelectual nega a sua pertença europeia, seja ela meramente geográfica, cultural ou política e mais próxima do ideal de identidade europeia que a União Europeia pretenderia construir. Quanto ao impacto da crise económica nesta pertença, as respostas dividem-se, essencialmente entre três categorias:

- a negação de qualquer impacto na identidade europeia mesmo que esta coincida com a identidade europeia que a União Europeia pretende estruturar;

¹⁰⁷ Recorde-se, no entanto, que não se trata de ausência de impacto da crise na identidade europeia, mas de não aplicação deste tipo de categorias e identificações.

- a negação de qualquer impacto na identidade europeia porque esta é, fundamentalmente, cultural e não se deixa alterar por conjunturas críticas económicas e políticas;
- a afirmação de uma identidade europeia abalada pela crise, sua gestão e consequências.

Ora, quando falamos desta divisão de respostas falamos, efetivamente, de uma divisão. Ou seja, não há um conjunto de respostas que se destaque claramente das restantes. Tendo em conta esta nossa amostra está, portanto, fora de questão afirmar categoricamente coisas como “A identidade europeia dos intelectuais portugueses foi afetada pela crise” ou o seu contrário. Julgamos que esta divisão é um dado relevante, que sublinha a diversidade de entendimentos e de sentimentos.

Por outro lado, há maior unanimidade quando se trata de diagnosticar o estado da identidade europeia em Portugal. A maioria dos intelectuais observa um abalo na identidade europeia dos cidadãos portugueses, simultaneamente com um abalo no apoio destes à integração europeia. São muito poucos os que olham com otimismo para a identificação dos cidadãos com a União Europeia e que veem com esperança o futuro desta.

Associando a identidade europeia dos intelectuais portugueses à identidade europeia dos cidadãos portugueses entendida por aqueles, há um dado curioso e que parece, acidentalmente, comprovar a perspetiva dos intelectuais como caso paradigmático. Ou, pelo menos, constatar que eles próprios falam em nome dos cidadãos portugueses, especialmente no caso daqueles que admitem um enfraquecimento da identidade europeia. Por outras palavras, quando questionados sobre o possível impacto da crise na sua identidade europeia, muitos intelectuais optam por analisar o que terá sucedido no panorama português em detrimento de responder diretamente à questão ou imediatamente depois de o fazerem, ainda antes de lhes ser pedido que analisassem a identidade europeia em Portugal. São disto exemplo Daniel Oliveira, Miguel Real, José Adelino Maltez, Adriano Moreira, Pedro Marques Lopes, Miguel Sousa Tavares, Miguel Monjardino, António Vitorino, Pedro Adão e Silva, Viriato Soromenho Marques, Richard Zimler, Pedro Mexia. João César das Neves, André Azevedo Alves, Luís Campos e Cunha, Rui Tavares. Alguns fazem-no colocando-se do lado daquelas que consideram ser as perceções dos cidadãos, enquanto outros o fazem distinguindo-se do que pode ser

sentido pelos cidadãos (Adelino Maltez, António Vitorino, Adão e Silva, Pedro Mexia, César das Neves e Campos e Cunha).

Apesar da nossa pequena amostra, nem na resposta à pergunta de partida nem à hipótese poderemos indicar respostas dadas com unanimidade. Assim, o que podemos responder à nossa pergunta de partida ‘Foi a identidade europeia dos intelectuais portugueses afetada pela crise? Se sim, como?’ Em geral, os intelectuais portugueses dizem-se ou menos europeus e/ou menos otimistas quanto à construção de uma identidade europeia e ao futuro da União Europeia que a devia estruturar.

Por outro lado, constatamos que a identidade a construir pela União Europeia está longe de ser uma questão independente na integração europeia. Isto é, relacionar-se-á sempre com outras dimensões da integração: o apoio, a confiança, as políticas e, claro, os valores. Por que deduzimos isto? Raras foram as entrevistas em que um intelectual, questionado sobre a identidade europeia, reflete apenas sobre esta, ignorando todas as restantes questões laterais da integração. Isto passou-se com intelectuais que dizem não existir uma identidade europeia, com os que dizem existir uma identidade europeia cultural e com os que dizem existir uma identidade europeia estruturada pela União. Por outras palavras, não se trata de ver a identidade europeia como uma questão menor, mas interdependente de outros elementos: apoio e confiança dos cidadãos, políticas, valores. Por outro lado, pode esta indissociabilidade dar razão a Verhaegen, Hooghe e Quintelier (2014) quando estes concluem que os fatores económicos ajudam a explicar melhor o apoio à integração europeia, uma vez que os aspetos afetivos da identidade são mais difíceis de esclarecer? Talvez os aspetos afetivos possuam uma explicação mais complexa, dependente de outras dimensões.

Resta responder a uma questão da máxima relevância: a identidade europeia reforçar-se-á em momentos de sucesso destes elementos ou fortalece-se como resposta a conjunturas críticas? Por muito que o quiséssemos não poderíamos responder a esta interrogação com os dados que temos (nem das entrevistas nem dos estudos académicos nem da História). As entrevistas dão-nos a entender (com algumas exceções) que as conjunturas críticas não reforçam, antes minam a construção da identidade europeia. Quando nos referimos aqui a conjunturas críticas referimo-nos não só à crise económica e financeira, mas também a todas as outras questões que os intelectuais foram referindo como problemáticas para o projeto europeu: os alargamentos precipitados, o *Brexit*, a má gestão da crise dos refugiados, entre outras.

Já quanto à nossa hipótese de trabalho ('A crise económica e financeira iniciada em 2008 provocou um enfraquecimento da identidade europeia nos intelectuais portugueses'), a resposta é igualmente matizada. De algum modo verifica-se o enfraquecimento da identidade europeia dos intelectuais mas, mais do que isso, a crescente preocupação destes com a identificação dos próprios e dos cidadãos portugueses com o projeto europeu.

7. Conclusões

Chegamos ao fim deste trabalho. Daqui o que retiramos? Antes de mais, confirmamos um dado face ao qual estávamos conscientes desde o início: a pluralidade do conceito de identidade europeia, longe de ser um conceito unânime e unívoco. Esta variedade de entendimentos em torno do conceito verifica-se na atualidade, certamente verificar-se-ia no passado e dificilmente se inverterá no futuro. O conceito sai daqui enfraquecido? Não necessariamente; possivelmente a discussão até sairá enriquecida, dada a abertura e flexibilidade do conceito.

Relembramos a pergunta de partida: Foi a identidade europeia dos intelectuais portugueses afetada pela crise? Se sim, como? Esta dupla questão implica saber como era a identidade europeia dos intelectuais antes da crise económica. Na nossa pequena amostra, os entendimentos e sentimentos sobre a identidade europeia são muito divididos. Como indicado anteriormente, dividimos as respostas em dois grupos principais: os europeus e os europeus com reservas, sendo que neste segundo grupo se encontram os intelectuais que se dizem europeus apenas por terem nascido no continente europeu ou por partilharem de uma história e cultura comuns ou ainda aqueles que mais facilmente destacam uma identificação ocidental do que europeia. Portanto, o ponto de partida é o de uma identidade europeia pouco evidente. Ainda assim, esta sofreu os efeitos da crise económica, em alguns intelectuais no sentido do enfraquecimento; noutros no sentido, se não de enfraquecimento, pelo menos de maior questionamento – não apenas da identidade europeia mas de todo o projeto europeu. Não podemos, no entanto, ignorar aqueles que vêem um reforço não só da identidade europeia, mas também da consciência europeia.

A nossa hipótese confirma-se parcialmente. Relembramo-la: A crise económica e financeira iniciada em 2008 provocou um enfraquecimento da identidade europeia nos intelectuais portugueses. Em resposta, podemos afirmar que sim, há um enfraquecimento da identidade europeia mas, mais do que isso, há uma crescente preocupação dos intelectuais com o rumo da construção da unidade e União Europeia (embora devam ser feitas as devidas exceções, expostas no capítulo anterior).

Nos momentos finais de redação desta dissertação, a interrogação permanente era (e agora somos obrigados a deixar a primeira pessoa do plural e passar para o singular): “Mas será que vou terminar o trabalho a concordar com todos aqueles que me disseram para desistir da ideia de estudar a identidade europeia porque ela não existe?” A preocupação desvaneceu-se quando percebi que daqui retiro significativas observações.

São todas elas rigorosamente científicas? É possível que não. Julgamos que a conclusão mais significativa é a da diversidade de entendimentos e interpretações da realidade europeia e da identidade que a União Europeia pretende estruturar. Para analisar o conteúdo das entrevistas tentámos (como se percebe pela nossa exposição) agrupá-las, o que se revelou uma tarefa bem mais árdua do que era expectável.

Diretamente relacionado com a identidade europeia, a constatação mais relevante será a da indissociabilidade deste tema de outras dimensões da integração. Quer se interprete a existência desta quer se negue a sua existência e/ou possibilidade, o tema da identidade europeia resvala para, essencialmente, as políticas e atuação da União Europeia. O que pode parecer uma tautologia mostra que a força da identidade europeia estruturada pela União Europeia passa pela coerência das suas políticas e atuação reforçadora e não questionadora da união. Neste sentido, a actuação da União Europeia perante a crise económica mas também os alargamentos e a dificuldade em integrar e trabalhar com as diferenças (culminando no *Brexit*) dificultam a construção de uma identidade europeia, no entender de alguns intelectuais. Alguns intelectuais, aliás, admitem o efeito enfraquecedor da crise económica na identidade europeia mas como culminar de um processo de enfraquecimento iniciado anos antes.

Esta investigação não está fechada. A partir dos seus resultados, as hipóteses explicativas multiplicam-se. No parágrafo anterior referimo-nos à indissociabilidade do tema da identidade europeia de outras dimensões da integração. Perguntamo-nos: esta constatação verificar-se-ia noutros países europeus? Possivelmente em alguns, não necessariamente em todos. Não nos esqueçamos da variedade de histórias europeias e da diversidade de representações. É possível que em determinados Estados da União Europeia o tema da identidade derivasse para problemas de tensão entre a identidade nacional e a identidade europeia ou mesmo desse azo apenas a reflexões sobre a fragilidade da identidade nacional. Sendo Portugal um Estado com poucos (ou mesmo nenhuns) problemas de identidade, a identidade europeia não é vista como uma ameaça à identidade nacional, ao contrário das políticas europeias, percecionadas por alguns intelectuais como uma ameaça à estabilidade e coesão nacionais. Assim, a importância da identidade é minorizada face a dimensões da integração que influenciam mais imediatamente o quotidiano dos cidadãos.

Recuperamos Checkel e Katzenstein e o seu enunciado de “identidades europeias” e não “identidade europeia” para destacarmos aquelas que nos parecem as

particularidades da identidade europeia em Portugal, consoante o entendimento dos intelectuais. Uma identidade pouco consciente, mas não conflitual com a identidade nacional, ligada às aspirações materiais e de integração num espaço maior que o território português.

Por outro lado, mesmo nos intelectuais que não reconhecem uma identidade europeia estruturada pela União Europeia, a identidade europeia mais fácil e imediatamente reconhecível é a identidade europeia histórica e cultural. Políticas como o programa Erasmus são frequentemente tidas como bem sucedidas no fomento da identidade europeia. Quer isto dizer que, a insistir no reforço da identidade europeia estruturada pela União Europeia, as políticas para tal devem ser culturais? Mas o que serão exatamente políticas culturais? Quão efetivas serão elas? Estas serão questões deixadas para o domínio das políticas públicas da União e que não nos cabe a nós decifrar aqui a resposta.

Quanto às narrativas dos intelectuais, a atribuir-lhes poder, este não é claro nem se dirige numa única direção, dada a diversidade de entendimentos dos intelectuais face à identidade europeia. O tom dominante é o da preocupação com o rumo da União Europeia (nalguns intelectuais mais claro do que noutros; nalguns, raros, pode ser mesmo inexistente). Se facilmente aceitamos que esta preocupação também se verifica nos cidadãos (se analisarmos os dados disponíveis pelo Eurobarómetro), já não é tão simples deduzir que estes tenham sido influenciados pelos intelectuais.

Terminamos com uma dupla questão: vale a pena estudar a identidade europeia? Vale a pena estudar as atitudes dos intelectuais? A nossa resposta é afirmativa a ambas as questões. Vale a pena pensar a identidade europeia e vale a pena pensar as atitudes e opiniões dos intelectuais, reunindo-as, analisando e, se possível, chegar a um entendimento mais claro sobre a função e poder dos intelectuais no século XXI.

Bibliografia

ADLER, E. (1997) "Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics". In *European Journal of International Relations*, 3, 319 – 363.

ANDERSON, B. (1983) *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Revised Edition* (2006). Londres: Verso.

ANDERSON, C. J. (1998) "When in doubt, use proxies. Attitudes Toward Domestic Politics and Support for European Integration". In *Comparative Political Studies*, 31 (5), 569 – 601.

ANTONSICH, M. (2009) "National identities in the age of globalisation: The case of Western Europe". In *National Identities*, 11 (3), 281 – 299.

ARMINGEON, K. & CEKA, B. (2013) "The loss of trust in the European Union during the great recession since 2007: The role of heuristics from the national political system". In *European Union Politics*, 0 (0), 1 – 26.

BALZARETTI, R. (1992) "The Creation of Europe". In *History Workshop*, 33, 181 – 196.

BAUMAN, Z. (1987) *Legislators and interpreters: on modernity, post-modernity and intellectuals*. Cambridge: Polity Press.

BEAUDONNET, L. & DI MAURO, D. (2012) "Support for Europe: Assessing the complexity of individual attitudes" In BEAUDONNET, L. & DI MAURO, D. (eds.) "Beyond Euro-skepticism: Understanding attitudes towards the EU". *European Integration online papers*, Special Mini-Issue 2, 16.

BOURDIEU, P., WACQUANT, L. J. D. & FARAGE, S. (1994) "Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field". In *Sociological Theory*, 12 (1), 1 – 18.

- BRAUN, D. & TAUSENDPFUND, M. (2014) “The Impact of the Euro Crisis on Citizens’ Support for the European Union”. In *Journal of European Integration*, 36 (3), 231 – 245.
- BREWER, M. & GARDNER, W. (1996) “Who Is This ‘We’? Levels of Collective Identity and Self Representation”. In *Journal of Personality and Social Psychology*, 71 (1), pp. 83 – 93.
- BREWER, M. & HEWSTONE, M. (2004) *Self and Social Identity*. Nova Jérícia: Wiley-Blackwell.
- BRUBAKER, R. & COOPER, F. (2000) “Beyond ‘Identity’”. In *Theory and Society*, 29 (1), 1 – 47.
- BRUTER, M. (2003). “Winning Hearts and Minds for Europe. The Impact of News and Symbols on Civic and Cultural European Identity”. In *Comparative Political Studies*, 36 (10), 1148 – 1179.
- BRUTER, M. (2004). “On what citizens mean by feeling ‘European’: perceptions of news, symbols and borderless-ness”. In *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30 (1), 21 – 39.
- BRUTER, M. (2005). *Citizens of Europe? The Emergence of a Mass European Identity*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- BURKE, P. J. (2006) “Identity Change”. In *Social Psychology Quarterly*, 69 (1), 81 – 96.
- CABRAL, R. & MARQUES, V. S. (2014) “Portugal: 40 years of Democracy and Integration in the European Union”. Consultado em: 05 de Março de 2016. Disponível em: <https://eu.boell.org/en/2014/03/25/portugal-40-years-democracy-and-integration-european-union>

CAREY, S. (2002) “Undivided Loyalties. Is National Identity an Obstacle to European Integration?” In *European Union Politics*, 3 (4), 387 – 413.

CASTANO, E., YZERBYT, V. & BOURGUIGNON, D. (2003). “We are one and I like it: The impact of ingroup entitativity on ingroup identification”. In *European Journal of Social Psychology*, 33 (6), 735 – 754.

CASTELLS, M. (1997) *The Power of Identity. The Information Age: Economy, Society, and Culture. Volume II*. West Sussex: Blackwell Publishing Ltd.

CERULO, K. A. (1997) “Identity Construction: New Issues, New Directions”. In *Annual Review of Sociology*, 23, 385 – 409.

CHECKEL, J. T & KATZENSTEIN, P. J. (2009). *European Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

CHRISTIANSEN, T., JORGENSEN, K. E. & WIENER, A. (1999) “The Social Construction of Europe”. In *Journal of European Public Policy*, 6 (4) Special issue, 528 – 544.

COMISSÃO EUROPEIA (2012). The Development of European Identity/Identities: Unfinished Business. Consultado em: 20 de Novembro de 2015. Disponível em: https://ec.europa.eu/research/social-sciences/pdf/policy_reviews/development-of-european-identity-identities_en.pdf.

COMUNIDADE EUROPEIA (1973) *Declaration on European Identity*. Disponível em: http://www.cvce.eu/content/publication/1999/1/1/02798dc9-9c69-4b7d-b2c9-f03a8db7da32/publishable_en.pdf. Consultado em: 16 de Novembro de 2015.

CRAM, L., PATRIKIOS, S. & MITCHELL, J. (2011) “What Does the European Union Mean to Its Citizens? Implicit Triggers, Identity(ies) and Attitudes to the European Union”. Paper para apresentação: APSA, Seattle, Setembro de 2011.

- DAVIES, J. C. (1962) "Toward a Theory of Revolution". In *American Sociological Review*, 27 (1), 5 – 19.
- DELANTY, G. (2005) "What does it mean to be a 'European'?" In *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 18 (1), 11 – 22.
- DELANTY, G. (2008) "Fear of Others: Social Exclusion and the European Crisis of Solidarity". In *Social Policy & Administration*, 42 (6), 676 – 690.
- DEUTSCH, K. W. (1953) "The Growth of Nations: Some Recurrent Patterns of Political and Social Integration". In *World Politics*, 5 (2), 168 – 195.
- Deutsch, K. W., et al. (1957) *Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- DIEZ-MEDRANO, J. (2003) *Framing Europe: Attitudes to European Integration in Germany, Spain, and the United Kingdom*. Princeton: Princeton University Press.
- DIEZ-MEDRANO, J (2010) "Europe's Political Identity – Public Sphere and Public Opinion". In LACROIX, J. & NICOLAIDIS, K. (ed.) (2010) *European Stories: Intellectual Debates on Europe in National Contexts*. Oxford: Oxford University Press.
- DOGAN, M. (1996) "Political Science and the Other Social Sciences" in GOODIN, R. E. & KLINGEMANN, H.-D. (eds.) (1996) *A New Handbook of Political Science*. New York: Oxford University Press.
- DUCHESNE, S. & FROGNIER, A.-P. (2007) "Why Is It so Difficult to Know if National Pride Leads the Way to European Identity or Prevents it?". In *Les Cahiers européens de Sciences Po*, 3.

DUCHESNE, S. (2008) “Waiting for a European Identity... Reflections on the Process of Identification with Europe”. In *Perspective on European Politics and Society*, 9 (4), 397 – 410.

DUCHESNE, S. & FROGNIER, A.-P. (2007) “Why is it so difficult to know if national pride leads the way to European identity or prevents it?”. In *Les Cahiers européens de Sciences Po*, n.º 03/2007.

EASTON, D. (1975) “A Re-Assessment of the Concept of Political Support”. In *British Journal of Political Science*, 5 (4), 435 – 457.

EICHENBERG, R. C. & DALTON, R. J. (1993) “Europeans and the European Community: The Dynamics of Public Support for European Integration”. In *International Organization*, 47 (4), 507 – 534.

EXPRESSO (2015) *Joseph Weiller: “A Europa sem a Grécia está morta”*. [Consultado em: 15.Abril.2016] Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2015-07-04-Joseph-Weiller-A-Europa-sem-a-Grecia-esta-morta>

FINNEMORE, M. & SIKKINK, K. (1998) “International Norm Dynamics and Political Change”. In *International Organization*, 52 (4), 887 – 917.

FLIGSTEIN, N., POLYAKOVA, A. & SANDHOLTZ, W. (2011). “European Integration, Nationalism, and European Identity”. IRLE *Working Paper* No. 114 – 12. Disponível em: <http://www.irle.berkeley.edu/workingpapers/114-12.pdf>

FLYVBJERG, B. (2006) “Five Misunderstandings About Case-Study Research”. In *Qualitative Inquiry*, 12 (2), 219 – 245.

FREEDEN, M. (2010) “On European and Other Intellectuals”. In LACROIX, J. & NICOLAIDIS, K. (ed.) (2010) *European Stories: Intellectual Debates on Europe in National Contexts*. Oxford: Oxford University Press. 143 – 154.

- GABEL, M. (1998) “Public Support for European Integration: An Empirical Test of Five Theories”. In *The Journal of Politics*, 60 (2), 333 – 354.
- GARRY, J. & TILLEY, J. (2009). “The Macroeconomic Factors Conditioning the Impact of Identity on Attitudes towards the EU”. In *European Union Politics*, 10 (3).
- GARTON ASH, T. (2007) “Europe’s true stories”. [Consultado em: 01.Agosto.2016]
Disponível em: <http://www.prospectmagazine.co.uk/features/europestruestories>.
- GLASER, B. G. & STRAUSS, A. L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory*. New Brunswick, Estados Unidos: AldineTransaction.
- GOMEZ, R. (2014) “The economy strikes back. Support for the EU during the Great Recession”. In *Journal of Common Market Studies*, 53 (3), 577 – 592.
- HAAS, E. B. (1958) *The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces 1950-57*. Stanford: Stanford University Press.
- HABERMAS, J. (2005) “Why Europe needs a constitution”. In ERIKSEN, E. O., FOSSUM, J. E. & MENEDEZ, A. J. (2005) *Developing a Constitution for Europe*. Londres: Routledge.
- HABERMAS, J. (2006) “The First to Sense What Matters: What Distinguishes an Intellectual”. In *Neprikosnovenny Zapas*, 3, p. 3. Apud BALAYAN, A. (2011) “Intellectual Elite: Identification Problem and Influence on Socio-Political Processes in Europe by the Example of France and Poland”. In *International Journal of Business and Social Science*, 2 (19), 236 – 240.
- HALLER, M (2008) *European Integration as an Elite Process*. Londres: Routledge.

HAVEL, V. (1991) *Disturbing the Peace: A Conversation with Karel Hvizdala*. Nova Iorque: Vintage Books.

HEDETOFT, U. (1999) "The Nation-state Meets the World. National Identities in the Context of Transnationality and Cultural Globalization". In *European Journal of Social Theory*, 2 (1), 71 – 94.

HENN, M. & WEINSTEIN, M. (2005). *A Short Introduction to Social Research*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications.

HEWITSON, M. & D'AURIA, M. (2012) *Europe in Crisis. Intellectuals and the European Idea, 1917 – 1957*. Nova Iorque: Berghahn Books

HOBOLT, S. B. & WRATIL, C. (2015) "Public Opinion and the crisis: the dynamics of support for the euro". In *Journal of European Public Policy*, 22 (2), 238 – 256.

HOGG, M. A., TERRY, D. J. & WHITE, K. M. (1995) "A Tale of Two Theories: A Critical Comparison of Identity Theory with Social Identity Theory". In *Social Psychology Quarterly*, 58 (4), 255 – 269.

HOOGHE, L. & MARKS, G. (2004) "Does Identity or Economic Rationality Drive Public Opinion on European Integration?" In *PS: Political Science and Politics*, 37 (3), 415 – 420.

HOOGHE, L. & MARKS, G. (2008) "A Postfunctionalist Theory of European Integration: From Permissive Consensus to Constraining Dissensus". In *British Journal of Political Science*, 39, 1 – 23.

HORNSEY, M. J. (2008) "Social Identity Theory and Self-Categorization Theory: A Historical Review". In *Social and Personality Psychology Compass*, 2 (1), 204 – 222.

- HOWARD, J. (2000) “Social Psychology of Identities”. In *Annual Review of Sociology*, 26, 367 – 393.
- HURRELMANN, A. (2015). “Demoi-cratic citizenship in Europe: an impossible ideal?” In *Journal of European Public Policy*, 22 (1), 19 – 36.
- HUYST, P. (2008). “‘We have made Europe, now we have to make Europeans’: Researching European Identity among Flemish Youths’. In *Journal of Contemporary European Research*, 4 (4), 286 – 302.
- INGLEHART, R. (1970). “Cognitive Mobilization and European Identity”. In *Comparative Politics*, 3 (1), 45 – 70.
- JACOBY, R. (1987). *The Last Intellectuals. American Culture in the Age of Academe*. Nova Iorque: Basic Books.
- JENKINS, R. (2008) “The Ambiguity of Europe: ‘Identity crisis’ or ‘situation normal’?”. In *European Societies*, 10 (2), 153 – 176.
- JONES, E. (2009) “Output Legitimacy and the Global Financial Crisis: Perceptions Matter”. In *Journal of Common Market Studies*, 47 (5), 1085 – 1105.
- JUDT, T. (1996). *Uma Grande Ilusão? Um ensaio sobre a Europa*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- JUDT, T. (2012) *Pensar o Século XX*. Lisboa: Edições 70.
- KAINA, V., KAROLEWSKI, I. P. & KUHN, S. (eds.) (2015) *European Identity Revisited: New approaches and recent empirical evidence*. Londres: Routledge.
- KALDOR, M. (2004) “Nationalism and Globalisation”. In *Nations and Nationalism*, 10 (1/2), 161 – 177.

KAROLEWSKI, I. P. (2011). “European Identity making and Identity Transfer”. In *Europe-Asia Studies*, 63 (6), 935 – 955.

KATZENSTEIN, P. J. & CHECKEL, J. T. (2009) *European Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

KLANDERMANS, B. (2002) “How Group Identification Helps to Overcome the Dilemma of Collective Action”. In *American Behavioral Scientist*, 45 (5), 887 – 900.

KOHLI, M. (2000) “The Battlegrounds of European Identity”. In *European Societies*, 2 (2), 113 – 137.

KUNDNANI, H. (2014) *Even Germany’s intellectual elite is falling out of love with the EU*. Disponível em: <https://euobserver.com/opinion/123673>. Consultado em: 22 de Março de 2016.

LA STAMPA (2012) *Umberto Eco’s Shallow Europe and Dreams of a Different Sexual Revolution*. [Consultado em; 15.Abril.2016] Disponível em: <http://www.lastampa.it/2012/01/31/esteri/lastampa-in-english/umberto-eco-s-shallow-europe-and-dreams-of-a-different-sexual-revolution-128F4GP6xA38aKkSzcYsYJ/pagina.html>

LACROIX, J. & NICOLAIDIS, K. (ed.) (2010) *European Stories: Intellectual Debates on Europe in National Contexts*. Oxford: Oxford University Press.

LE GOFF, J. (2005) *The Making of Europe*. Oxford: Blackwell Publishing.

LEHNING, P. B. (1999). “European Citizenship: Towards a European Identity?”. In *Working Paper Series in European Studies*, 2 (3), 1 – 56.

LEVI, M. (1998) “A State of Trust” in LEVI, M. & BRAITHWAITE, v. (eds), *Trust and Governance*. Nova Iorque: Russel Sage Foundation, pp. 77 – 101.

- LINDBERG, L. N. & SCHEINGOLD, S. A., eds. (1970) *Regional Integration: Theory and Research*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- LIPSET, S. M. & DOBSON, R. B. (1972) “The Intellectual as Critic and Rebel: With Special Reference to the United States and the Soviet Union”. In *Daedalus*, 101 (3), 137 – 198.
- LIPSET, S. M. & ROKKAN, S. (1967) *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*. Nova Iorque: Free Press.
- LOURENÇO, E. (2001). *A Europa Desencantada: Para uma Mitologia Europeia*. Lisboa: Gradiva.
- MARCH, J. G. & OLSEN, J. P. (1975) “The Uncertainty of the Past: Organizational Learning under Ambiguity”. In *European Journal of Political Research*, 147 – 171.
- MARCH, J. G. & OLSEN, J. P. (1998) “The Institutional Dynamics of International Political Orders”. In *International Organization*, 52 (4), 943 – 969.
- MARCH, J. G. & OLSEN, J. P. (2004) “The logic of appropriateness” In *ARENA Working Papers*, 04/09, 1 – 28.
- MARCUSSEN, M. et. al. (1999) “Constructing Europe? The Evolution of French, British, and German Nation-State Identities”. In *Journal of European Public Policy*, 6 (3).
- MCCRONE, D. & SURRIDGE, P. (1998). “National Identity and National Pride”. In *British and European Social Attitudes, the 15th Report*. Editado por Roger Jowell et al. Aldershot: Ashgate. Apud NORRIS, P. (2000) “Global governance and cosmopolitan citizens”. In *Governance in a Globalizing World* (eds) NYE, J. S. & DONAHUE, J. D. Washington: Brookings Institution Press. 155 – 177.

- MEAD, G. H. (1934) *Mind, Self and Society, from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press.
- MEDRANO, J. D. & GUTIÉRREZ, P. (2001). “Nested identities: national and European identity in Spain”. In *Ethnic and Racial Studies*, 24 (5), 753 – 778.
- MEIER-PESTI, K. & KIRCHLER, E. (2002). “Attitudes towards the Euro by national identity and relative national status”. In *Journal of Economic Psychology*, 24, 293 – 299.
- MEIER-PESTI, K. & KIRCHLER, E. (2003). “Nationalism and patriotism as determinants of European identity and attitudes towards the euro”. In *Journal of Socio-Economics*, 32, 685 – 700.
- MITCHELL, K. (2014) “Does European Identification Increase Support for Further Economic Integration?”. In *Journal of European Integration*, 36 (6).
- MONTEIRO, B. & PEREIRA, V. B. (2015) *Intelectuais Europeus no Século XX: Exercícios de objectivação sócio-histórica*. Porto: Edições Afrontamento.
- MOREIRA, A. (1994). *Identidade Europeia e Identidade Portuguesa*. Porto: Página a Página.
- MOURA, V. G. (2013). *A Identidade Cultural Europeia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MÜLLER, J.-W. (2003) “Europe’s intellectuals need to quit playing the ‘identity game’”
[Consultado em: 09.Agosto.2016] Disponível em:
<http://www.politico.eu/article/europes-intellectuals-need-to-quit-playing-the-identity-game/>

- MUÑOZ, J., TORCAL, M. & BONET, E. (2011) “Institutional trust and multilevel government in the European Union: Congruence of compensation?”. In *European Union Politics*, 0 (0), 1 – 24.
- NEWTON, K. (2001) “Trust, Social Capital, Civil Society and Democracy”. In *International Political Science Review*, 22, 201 – 214.
- NORRIS, P. (1997) *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NORRIS, P. (2000) “Global governance and cosmopolitan citizens”. In *Governance in a Globalizing World* (eds) NYE, J. S. & DONAHUE, J. D. Washington: Brookings Institution Press. 155 – 177.
- OMAE, K. (1996) *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*. Nova Iorque: Free Press.
- ONAR, N. F. & NICOLAÏDIS, K. (2013) “The Decentring Agenda: Europe as a post-colonial power”. In *Cooperation and Conflict*, 48 (2), 283 – 303.
- PAGE, B. I., SHAPIRO, R. Y. & DEMPSEY, G. R. (1987) “What Moves Public Opinion?”. In *The American Political Science Review*, 81 (1), 23 – 44.
- PARASCHIV, L.-M. & GHERGHEL, M.-F. (2014) “Economic Rationality and Support for European Identity Providers” In *Management Dynamics in the Knowledge Economy*, 2 (2), 377 – 398.
- PARSONS, T. (1951) *The Social System*. Nova Iorque: Free Press. *Apud* JOST, J. T., FEDERICO, C. M. & NAPIER, J. L. (2009) “Political Ideology: Its Structure, Functions, and Elective Affinities”. In *Annual Review of Psychology*, 60, 307 – 337.

- POLYAKOVA, A. & FLISGTEIN, N. (2016) “Is European Integration Causing Europe to Become More Nationalist?”. In *Journal of European Public Policy*, 23 (1), 60 – 83.
- POSNER, R. (2001). *Public Intellectuals: A Study of Decline*. Cambridge: Harvard University Press.
- PUTNAM, R. (2000) *Bowling Alone: The collapse and revival of American community*. Nova Iorque: Simon and Schuster.
- QUINTELIER, E., VERHAEGEN, S. & HOOGHE, M. (2014) “The Intergenerational Transmission of European Identity: The Role of Gender and Discussion within Families”. In *Journal of Common Market Studies*, 52 (5), 1103 – 1119.
- RECCHI, E. (2014) “Pathways to European identity formation: a tale of two models”. In *The European Journal of Social Science Research*, 27 (2), 119 – 133.
- RENAN, E. (1882) *Qu'est-ce qu'une nation?*. Conferência proferida na Sorbonne a 11 de Março de 1882. [Consultado em: 01.Março.2016] Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/renan_ernest/qu_est_ce_une_nation/renan_quest_ce_une_nation.pdf
- RIBEIRO, M. M. T. (2003). A ideia de Europa: uma perspetiva histórica.
- RIBEIRO, M. M. T. (2010a). *De Roma a Lisboa: A Europa em Debate*. Coimbra: Edições Almedina.
- RIBEIRO, M. M. T. (2010b). *Imaginar a Europa*. Coimbra: Edições Almedina.
- RIBEIRO, M. M. T. (2010c). *2009: (Re)Pensar a Europa*. Coimbra: Edições Almedina.
- RISSE, T. (2003). “The Euro between national and European identity”. In *Journal of European Public Policy*, 10 (4), 487 – 505.

ROTH, F. (2009a) “Who can be trusted after the financial crisis?”. In *CEPS (Centre for European Policy Studies) Working Document* No. 322.

ROTH, F. (2009b) “The effect of the financial crisis on systemic trust”. In *Intereconomics*, 44 (4), 203 – 208.

ROTH, F., LEHMANN, F. N. & OTTER, T. (2011) “Has the financial crisis shattered citizens’ trust in national and European governmental institutions? Evidence from the EU member states”. In *CEPS (Centre for European Policy Studies) Working Document*, no. 343.

RTP (2015) *Joseph Weiler diz que Europa falhou os dois grandes testes de solidariedade.*

[Consultado em: 15.Abril.2016] Disponível em:

http://www.rtp.pt/noticias/mundo/joseph-weiler-diz-que-europa-falhou-os-dois-grandes-testes-de-solidariedade_v841964

RUMELILI, B. & CEBECI, M. (2015) “Theorizing European identity: Contributions to constructivist international relations debates on collective identity”. In KAINA, V., KAROLEWSKI, I. P. & KUHN, S. (eds.) *European Identity Revisited: New Approaches and Recent Empirical Evidence*. Oxon: Routledge.

SAID, E. W. (2002) “The Public Role of Writers and Intellectuals”. In SMALL, H. (ed.) *The Public Intellectual*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002. 19 – 39.

SERRICCHIO, F., TSAKATIKA, M. & QUAGLIA, L. (2013) “Euroscepticism and the Global Financial Crisis”. In *Journal of Common Market Studies*, 51 (1), 51 – 64.

SHAKIR, M. (2002) “The selection of case studies: Strategies and their applications to IS implementation cases studies”. On *Research Letters in the Information and Mathematical Sciences*, 3, 191 – 198.

- SKOCPOL, T. (1979) *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SMITH, A. D. (1992). “National Identity and the Idea of European Unity”. In *International Affairs (Royal Institute of International Affairs)*, 68 (1), 55 – 76.
- SNOW, D. (2001) “Collective Identity and Expressive Forms”. In *CSD Working Papers*.
- SOWELL, T. (2010) *Intellectuals and Society*. Nova Iorque: Basic Books.
- STRATH, B. (2002). “A European identity – To the Historical Limits of a Concept”. In *European Journal of Social Theory*, 5 (4), 387 – 401.
- STRATH, B. (2011) “Still the Europe of Milward” In *The European Institute – London’s Global University*. Working Paper No. 1/2011.
- STRYKER, S. & BURKE, P. J. (2000) “The Past, Present, and Future of an Identity Theory”. In *Social Psychology Quarterly*, 63 (4), 284 – 297.
- TAJFEL, H. & TURNER, J. C. (1979) “An integrative theory of intergroup conflict”. In AUSTIN, W. G. & WORCHEL, S. (eds.) *The social psychology of intergroup conflict*, 33 – 47. Monterey, Califórnia: Brooks/Cole.
- THE GUARDIAN (Julho.2015) Jorgen Habermas’s verdict on the EU/Greec debt deal – full transcript. [Consultado em: 15.Abril.2016] Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/jul/16/jorgen-habermas-eu-greece-debt-deal>
- TILLY, C. (1995) “Citizenship, Identity and Social History”. In *International Review of Social History*, 40 (3), 1 – 17.
- VALENTE, I. (2006). “Ideia ou Ideias de Europa?” In *Mneme – Revista de Humanidades*, 22, 39 – 56.

- VALENTE, I. (2011). “Pensar uma outra Identidade Europeia: marítima, insular e ultraperiférica”. In *Debater a Europa*, 4, 18 – 30.
- VERHAEGEN, S., HOOGHE, M. & QUINTELIER, E. (2014) “European Identity and Support for Economic Integration: A Matter of Perceived Economic Benefits?”. In *KYKLOS*, 67 (2), 295 - 314.
- VOSSING, K. (2015) “Transforming public opinion about European integration: Elite influence and its limits”. In *European Union Politics*, 16 (2), 157 – 175.
- WALBY, S. (2003) “The Myth of the Nation-State: Theorizing Society and Politics in a Global Era”. In *BSA Publications Ltd*, 37 (3), 529 – 546.
- WEILWE, J. H. H. (1997) “The Reformation of European Constitutionalism”. In *Journal of Common Market Studies*, 35 (1), 97 – 131.
- WENDT, A. (1992) “Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics”. In *International Organization*, 46 (2), 391 – 425.
- WENDT, A. (1994) “Collective Identity Formation and the International State”. In *The American Political Science Review*, 88 (2), 384 – 396.
- WODAK, R., DE CILLIA, R., REISIGL, M. & LIEBHART, K. (1999) *The Discursive Construction on National Identity*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- ZIELONKA, J. (2016) “A new narrative for the EU: a neo-medieval Europe of societal networks. [Consultado em: 09.Agosto.2016] Disponível em: <http://euforum.nl/en/a-new-narrative-for-the-eu-a-neo-medieval-europe-of-societal-networks>

Anexos

Anexo 1 – Entrevistas e entrevistados

Como já referido, foram encetados 55 contactos, todos eles através de email. Destes 55 houve uma taxa de resposta de 58%. No entanto, a taxa de resposta à entrevista foi de 36%, o que reflete uma amostra de 20 entrevistados. A referir ainda que das 55 pessoas contactadas, 9 foram mulheres e os restantes 46 homens. Como também já explorado, não pretendemos incluir representação de género por considerarmos que a amostra poderia sair distorcida e artificial.

Todos os entrevistados tiveram conhecimento, desde o primeiro contacto, do objetivo da entrevista e da sua posterior utilização na presente dissertação de mestrado. Nunca tiveram conhecimento, no entanto, da nossa hipótese de trabalho nem da abordagem que adotamos no nosso trabalho. Desde o início, também, que os entrevistados souberam que as respostas não seriam tratadas anonimamente (exceto se solicitado por eles em algum momento) e toda a entrevista seria gravada. Todas elas estão transcritas, embora não tenham lugar nestas páginas.

A duração das entrevistas foi muito variável. Enquanto algumas foram feitas em apenas 12 minutos, outras chegaram a levar praticamente uma hora. No entanto, a duração média rondava os 25 minutos.

O local da entrevista foi sempre colocado ao critério do entrevistado. Duas das entrevistas foram realizadas nas respetivas residências, enquanto algumas o foram nos gabinetes/escritórios dos intelectuais e outras ainda em espaços públicos como cafés e bibliotecas.

Num balanço global, as duas maiores dificuldades deste projeto de entrevistar intelectuais foram as seguintes: chegar ao contacto com cada um deles e conversar com eles apenas o permitido pelo guião da entrevista. Confessamos que, algumas vezes, após desligado o gravador, se desenrolavam breves conversas, mas sempre apenas depois de obtidas todas as respostas pretendidas, sem enviesamento destas. A análise das entrevistas foi também uma tarefa que exigiu competências nunca antes adquiridas. Se na condução da entrevista, especialmente, e até mesmo na preparação desta já tínhamos uma breve experiência, o mesmo não se pode dizer da fase de análise qualitativa.

Anexo 2 – Esquematização dos intelectuais entrevistados e suas ocupações

Nome	Entrevista	Académico	Jornalista	Político	Escritor	Cronista/Columnista	Comentador televisivo	Livros publicados (não académicos)	Redes sociais	Outras profissões/ocupações
Adriano Moreira	04 de Maio									
André Azevedo Alves	20 de Junho									
António Costa Pinto	26 de Abril									
António Vitorino	23 de Maio									Advogado
Daniel Oliveira	27 de Abril									
Francisco Louçã	24 de Maio									
João César das Neves	20 de Junho									
João Lobo Antunes	16 de Maio									Neurocirurgião
José Adelino Maltez	03 de Maio									
Luís Campos e Cunha	21 de Junho									
Miguel Monjardino	20 de Maio									
Miguel Real	28 de Abril									
Miguel Sousa Tavares	18 de Maio									
Pedro Adão e Silva	23 de Maio									
Pedro Lains	17 de Maio									
Pedro Marques Lopes	11 de Maio									
Pedro Mexia	07 de Junho									Poeta
Richard Zimler	06 de Junho									Intervenção pontual, mas não frequente
Rui Tavares	27 de Junho									
Viriato Soromenho Marques	24 de Maio									

Legenda:



É atualmente

Já foi

Anexo 3 - Breves notas biográficas dos intelectuais entrevistados

Adriano Moreira

Adriano Moreira nasceu em Grijó (Macedo de Cavaleiros), em 1922. Tem uma vasta experiência política e uma ainda mais preenchida experiência académica. Da primeira destacam-se os seus cargos como Ministro do Ultramar (1961 – 1963), deputado (1979 – 1995), Vice-Presidente da Assembleia da República (1991 – 1995) e Presidente do Partido do Centro Democrático Social (1985 – 1988). É doutor pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, onde posteriormente foi Professor Catedrático, Diretor e Presidente do Conselho Científico. Lecionou também noutras instituições, tais como a Universidade Católica Portuguesa, a Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade Aberta, sendo atualmente Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa (à qual também já presidiu). É dos mais destacados intelectuais portugueses, dando inúmeras entrevistas onde reflete não só sobre o país, mas também sobre a Europa e o mundo. Essas reflexões estão também expostas em variados livros por si publicados. Escreve esporadicamente para o Diário de Notícias e é presença recorrente em programas de comentário da RTP.

André Azevedo Alves

Licenciado em Economia, mestre em Ciência Política e doutorado em Government pela London School of Economics, André Azevedo Alves leciona na Universidade Católica Portuguesa, onde também coordena o Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos. Escreve regularmente para o jornal online Observador, sendo também um dos colaboradores do blog ‘O Insurgente’

António Costa Pinto

António Costa Pinto, nascido em 1953, é doutorado pelo Instituto Universitário Europeu. Lecionou em várias universidades norte-americanas (Stanford, Georgetown, Princeton e California – Berkeley), foi Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política e é hoje Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É comentador regular na SIC.

António Vitorino

António Vitorino, nascido em 1957, tem uma vasta e diversa experiência política. Foi deputado à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, onde presidiu à Comissão das Liberdades Cívicas e dos Assuntos Internos. Foi Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Secretário-Adjunto do Governador de Macau, Ministro da Presidência e Ministro da Defesa Nacional. Entre 1999 e 2004 foi Comissão Europeu, com a pasta da Justiça e Assuntos Internos. Deu aulas de Direito, exercendo hoje a atividade de advogado. Partilha com Santana Lopes um espaço de comentário semanal na Edição da Noite, na SIC Notícias.

Daniel Oliveira

Nascido em 1969, Daniel Oliveira é um jornalista português que hoje tem como atividade principal o comentário político. Passou por vários partidos e movimentos de esquerda, sendo atualmente independente, depois de ter cessado a militância no Bloco de Esquerda. Possui uma coluna no semanário Expresso e colabora regularmente no Expresso Diário. Faz parte do painel dos programas Eixo do Mal (SIC Notícias) e Sem Moderação (Canal Q). É ainda um utilizador muito ativo do Facebook, onde expressa muitas das suas opiniões e interage com pessoas que leem e comentam as mesmas.

Francisco Louçã

Francisco Louçã, nascido em 1956, possui uma reconhecida experiência política, sendo também um destacado economista. É professor catedrático no ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) e tem vários livros publicados (académicos e não académicos). Foi um dos fundadores do partido Bloco de Esquerda (em 1999), tendo sido deputado de 1999 a 2012, ano em que também abandona a coordenação do partido. Possui um espaço de comentário semanal na SIC Notícias, publicando também na rubrica ‘Tudo Menos Economia’ do jornal Público.

João César das Neves

Nascido em 1957, João César das Neves é doutorado em Economia, sendo professor, nesta área, na Universidade Católica Portuguesa. Foi conselheiro do ex-

primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva. Publica regularmente no Diário Notícias, na coluna de opinião ‘Não há almoços grátis’.

João Lobo Antunes

Médico e professor catedrático de neurocirurgia, João Lobo Antunes nasceu em Lisboa em 1944. Apesar destas profissões, João Lobo Antunes é mais do que as mesmas e fala para lá das mesmas. Teve intervenção política como mandatário nacional da candidatura de dois Presidentes da República. Não é comentador regular da atualidade nacional, mas, sempre que é entrevistado, veicula a sua análise do país (e não só) de um modo que reflete a sua formação humanista.

José Adelino Maltez

Inicialmente professor de Direito e depois de Ciência Política, Adelino Maltez teve também algumas passagens pela vida política (como adjunto de gabinetes ministeriais, candidato a deputado e defensor da regionalização). Afirma que pratica ‘jornalismo de ideias’ e diz-se ‘repúblico’. Neste âmbito, faz comentário na SIC (ocasionalmente), é frequentemente entrevistado e expressa-se também com regularidade através da rede social Facebook.

Luís Campos e Cunha

Luís Campos e Cunha, doutorado em Economia pela Columbia University, é Professor Catedrático na Universidade Nova de Lisboa, tendo sido já diretor dessa mesma faculdade, mas também Vice-Governador do Banco de Portugal (1996 – 2002) e Ministro das Finanças (2005). Mesmo sem possuir um espaço de comentário regular na imprensa, Campos e Cunha é uma voz frequentemente ouvida no que diz respeito aos assuntos económicos.

Miguel Monjardino

Miguel Monjardino, licenciado em Direito e mestre em Segurança Internacional pelo Graduate Institute of Political and International Studies, é professor na Universidade

Católica Portuguesa. Com uma coluna no semanário Expresso e presença frequente na SICNotícias, Miguel Monjardino é um dos mais reputados analistas de política internacional em Portugal.

Miguel Real

Pseudónimo de Luís Martins, Miguel Real é escritor, ensaísta e professor de filosofia. Faz, essencialmente, crítica literária (no Jornal de Letras). Possui inúmeras obras publicadas, entre as quais destacamos *Portugal: Um País parado no meio do Caminho* (2000 – 2015) e *O Último Europeu: 2284*.

Miguel Sousa Tavares

Jornalista e escritor, Miguel Sousa Tavares é presença assídua nos espaços de comentário político televisivo há mais de 20 anos. Atualmente escreve semanalmente para o Expresso e apresenta-se no Jornal da Noite, na SIC, todas as segundas-feiras, onde reflete sobre a realidade nacional e internacional.

Pedro Adão e Silva

Doutorado em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu, Pedro Adão e Silva é professor no ISCTE-IUL. Além de possuir uma coluna semanal no Expresso, partilha com Rui Tavares e José Eduardo Martins o espaço ‘O Outro Lado’, na RTP3, onde são debatidas questões nacionais e internacionais. É também comentador na TSF.

Pedro Lains

Nascido em 1959, Pedro Lains (também doutorado pelo Instituto Universitário Europeu) é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e leciona na Universidade Nova de Lisboa. Historiador económico, foi colaborador de vários jornais, sendo hoje frequentemente chamado a emitir a sua opinião sobre variadas questões económicas nacionais e internacionais.

Pedro Marques Lopes

Licenciado em Direito, Pedro Marques Lopes é um destacado comentador político. Com colunas no Diário de Notícias e no Dinheiro Vivo, faz também parte do painel do programa Eixo do Mal, na SICNotícias. Na TSF partilha com Pedro Adão e Silva o programa Bloco Central.

Pedro Mexia

Atualmente consultor cultural do Presidente da República, Pedro Mexia é poeta e crítico literário, possuindo uma coluna semanal na revista do jornal Expresso. Desde 2008 que faz parte do painel do Governo Sombra (inicialmente apenas difundido na TSF e desde 2012 com presença na TVI24), colaborando esporadicamente com o Canal Q.

Richard Zimler

Nascido nos Estados Unidos, em 1956, Richard Zimler veio para Portugal em 1990 (adquirindo a nacionalidade em 2002). É escritor e professor, sendo o autor do célebre livro O Último Cabalista de Lisboa. Não sendo presença regular nos meios de comunicação, assume esporadicamente posições destacadas face a variados temas (educação, igualdade sexual, Holocausto), não só nos media como também em escolas.

Rui Tavares

Um dos fundadores do partido LIVRE, Rui Tavares, formado em História e História de Arte, foi deputado ao Parlamento Europeu entre 2009 e 2014. Cronista no jornal Público, faz parte do painel d'O Outro Lado, na RTP3. Um estudo de 2015 elegeu-o o político português mais influente na rede social twitter.

Viriato Soromenho Marques

Nascido em 1957, Viriato Soromenho Marques é professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, lecionando, entre outras, a disciplina de História das Ideias na Europa Contemporânea. Colaborou com diversos órgãos de

comunicação social, destacando-se, na atualidade, as suas crónicas frequentes no Diário de Notícias. É uma das vozes mais ouvidas no que respeita a temas europeus.

Anexo 4 – Guião da entrevista

Entrevista semiestruturada para a dissertação de mestrado em Ciência Política

A identidade europeia em Portugal depois da crise económica: a perspetiva dos intelectuais portugueses

(Saudação inicial). Antes de começarmos a nossa conversa gostaria de agradecer a sua disponibilidade para responder às seguintes questões. Relembro que esta se trata de uma entrevista semiestruturada que visa conhecer as suas perceções face à identidade europeia em Portugal e ao impacto da crise económica nesta. Recordo ainda que a entrevista é realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado subordinada ao tema ‘A identidade europeia em Portugal depois da crise económica: a perspetiva dos intelectuais portugueses’. O nosso objetivo é, justamente, perceber se a crise económica iniciada em 2008 afetou o modo como sente e vê a identidade europeia. Dado que a entrevista segue uma estrutura relativamente flexível, é-lhe conferida liberdade para expor as suas respostas consoante entender.

Toda a entrevista será gravada e as respostas não serão tratadas anonimamente, exceto se solicitado por si em algum momento.

1. Diferentes pessoas possuem diferentes entendimentos do que constitui ou pode vir a constituir uma identidade europeia. Antes de mais gostaria que partilhasse o que entende por identidade europeia.

(Questões a colocar se o entrevistado não as abordar espontaneamente)

1.1. A identidade europeia no contexto da União Europeia existe? Pode vir a ser construída?

1.2. Diria que a identidade europeia é, essencialmente, cívica? Cultural? Política? Económica?

1.3. Quais os elementos que identifica na identidade europeia?

1.4. Que papel tem ou pode ter na integração europeia?

1.5. O que é e o que devia ser?

2. Diria que se sente europeu, segundo o seu entendimento de identidade europeia?

2.1. Em caso de resposta negativa devido à crise: questionar 3.1.

2.2. Em caso de resposta negativa, sem referir crise:

- Alguma vez se sentiu europeu?

Se sim, o que determinou essa alteração?

Se não, porquê? Como se poderia sentir europeu? (Não questionar 3. e passar para 4.)

3. Diria que se sente menos europeu depois da crise económica?

3.1. Em caso de resposta afirmativa: menor identidade europeia reflete-se no apoio à integração europeia?

3.2. Em caso de resposta afirmativa: quais as causas mais específicas para o enfraquecimento da sua identidade europeia?

Atuação do governo nacional perante a crise? Atuação das instituições europeias em Portugal? Atuação das instituições europeias no contexto da União Europeia? Falta de solidariedade europeia? Predomínio da economia sobre a política?

3.3. Em caso de resposta negativa: quais os fatores que poderiam afetar a sua identidade europeia?

4. Como analisa a identidade europeia em Portugal?

4.1. Existe? Existiu em determinado momento? Pode vir a existir?

4.2. Os cidadãos distinguem entre identidade europeia e apoio à integração europeia?

4.3. Foi afetada pela crise económica? Se sim, compromete o apoio dos cidadãos portugueses à integração europeia?

5. Que peso atribui aos fatores económicos como influência na identidade europeia?

- 5.1. Que outros fatores podem ser apontados?
- 5.2. Há outros fatores com mais peso? Integração política? Cultura? Cenários nacionais?
- 5.3. Deve ser feita a distinção entre a influência na identidade europeia no intelectual, em Portugal e a identidade europeia na União Europeia? Isto é, os fatores económicos influenciam de diferentes formas a identidade europeia do intelectual, do cidadão e de outro qualquer europeu?

Para intelectuais que responderam não se sentir europeus, questionar 6. apenas se tiverem referido enfraquecimento da identidade europeia dos cidadãos em Portugal.

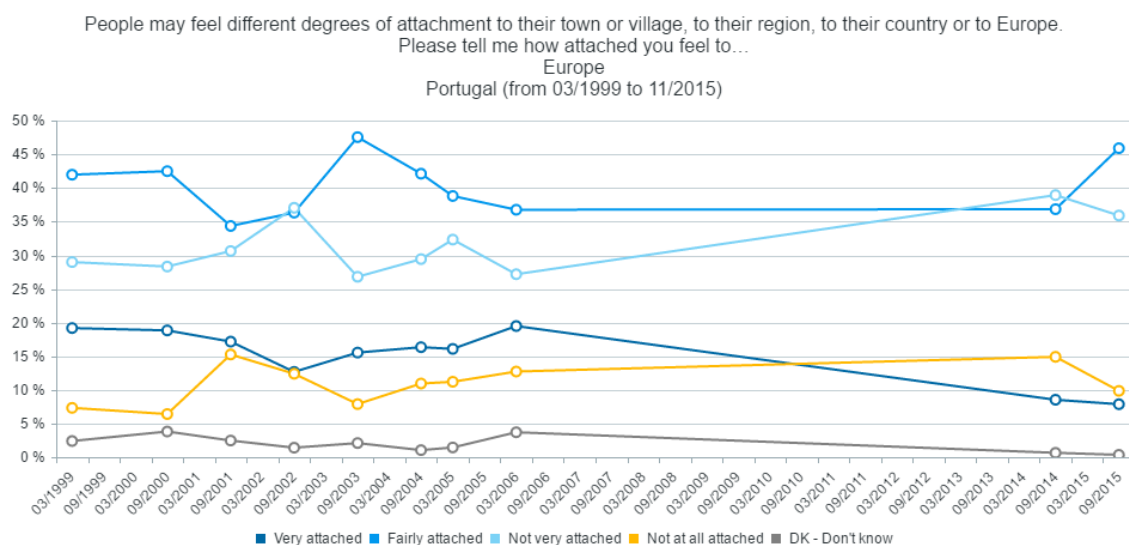
6. Em caso de resposta afirmativa de diminuição da identidade europeia do intelectual e dos portugueses: Em que cenário pode a sua identidade europeia inverter a tendência de enfraquecimento? E a dos portugueses?

6.1. União Europeia pode estimular a identidade europeia no pós-crise? Por que meios?

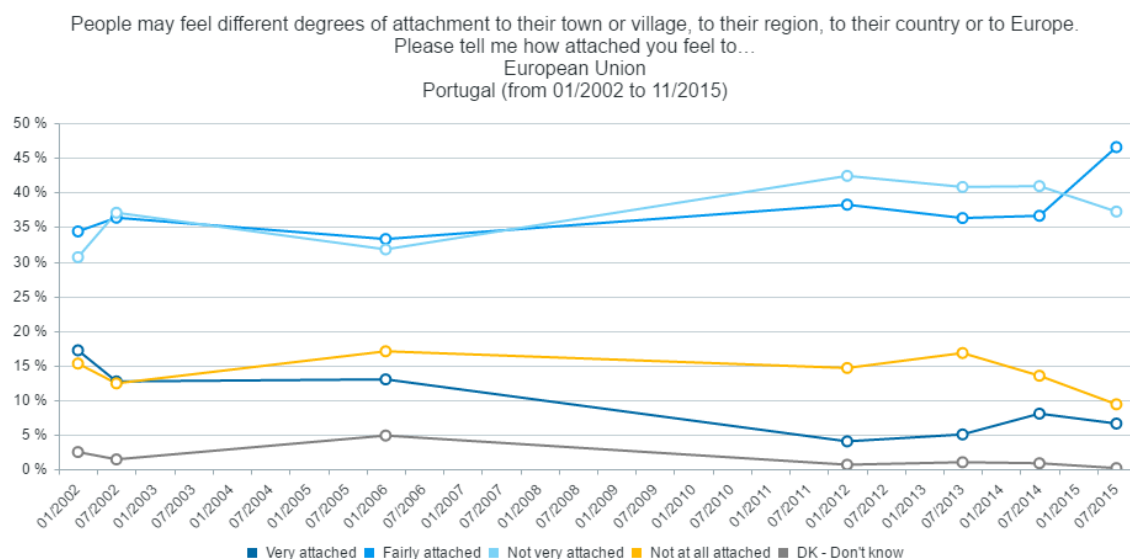
7. Chegamos ao fim da nossa entrevista. Gostaria de acrescentar algo que ainda não tenha tido oportunidade de abordar?

Obrigada pela atenção e colaboração.

Anexo 5 – Ligação dos cidadãos portugueses à Europa¹⁰⁸



Anexo 6 – Ligação dos cidadãos portugueses à União Europeia¹⁰⁹



¹⁰⁸

Disponível

em:

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/publicopinion/index.cfm/Chart/getChart/chartType/lineChart/theMeKy/26/groupKy/159/savFile/194> [Consultado em: 02 de Outubro de 2016]

¹⁰⁹

Disponível

em:

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/publicopinion/index.cfm/Chart/getChart/chartType/lineChart/theMeKy/26/groupKy/314/savFile/180> [Consultado em: 02 de Outubro de 2016]

Anexo 7 – Ligação dos cidadãos portugueses a Portugal¹¹⁰

People may feel different degrees of attachment to their town or village, to their region, to their country or to Europe.
Please tell me how attached you feel to...
(OUR COUNTRY)
Portugal (from 03/1999 to 11/2015)

